



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO  
AMAZONAS**

**CAMPUS MANAUS CENTRO**

**PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO, PESQUISA E INOVAÇÃO  
TECNOLÓGICA**

**JOSÉ BARBOSA DA SILVA**

**A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA COMO AÇÃO PÚBLICA  
PROMOTORA DA FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL E DA INCLUSÃO DE  
JOVENS EM RISCO SOCIAL NO MUNDO DO TRABALHO**

**MANAUS – AM**

**2020**

**JOSÉ BARBOSA DA SILVA**

**A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA COMO AÇÃO PÚBLICA  
PROMOTORA DA FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL E DA INCLUSÃO DE  
JOVENS EM RISCO SOCIAL NO MUNDO DO TRABALHO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, Campus Centro, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Francisca Morais de Lima

**MANAUS - AM**

**2020**

**Biblioteca do IFAM - Campus Manaus Centro**

---

S586e Silva, José Barbosa da .

A educação profissional tecnológica como ação pública promotora da formação humana integral e da inclusão de jovens em risco social no mundo do trabalho. / José Barbosa da Silva. – Manaus, 2020.

141 p. : il. color.

Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, *Campus* Manaus Centro, 2020.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Francisca Morais de Lima.

1. Educação profissional e tecnológica. 2. Formação Humana Integral. 3. Ensino não formal. 4. Inclusão – mundo do trabalho. I. Lima, Maria Francisca Morais de. (Orient.) II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. III. Título.

CDD 378.013

---



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO  
CAMPUS MANAUS CENTRO  
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM REDE NACIONAL



JOSÉ BARBOSA DA SILVA

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA COMO AÇÃO  
PÚBLICA PROMOTORA DA FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL E DA  
INCLUSÃO DE JOVENS EM RISCO SOCIAL NO  
MUNDO DO TRABALHO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, Campus Manaus Centro, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica, sob orientação da Profa. Dra. Maria Francisca Morais de Lima.

Linha de Pesquisa: Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 26 de agosto de 2020.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Francisca Morais de Lima  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas

Prof. Dr. Vanderlei Antônio Stefanuto – Membro Interno  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – PROFEPT/IFAM

Profa. Dra. Joésia Moreira Julião Pacheco – Membro Externo  
Universidade do Estado Amazonas – UEA

Profa. Dra. Maria dos Anjos Lopes Viella – Membro Externo  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – IFSC



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO  
CAMPUS MANAUS CENTRO  
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM REDE NACIONAL



JOSÉ BARBOSA DA SILVA

## APP EDUCACIONAL – JOSÉ CORNÉLIO

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, Campus Manaus Centro, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica, sob orientação da Profa. Dra. Maria Francisca Moraes de Lima.

Linha de Pesquisa: Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 26 de agosto de 2020.

### COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Francisca Moraes de Lima  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas

Prof. Dr. Vanderlei Antônio Stefanuto – Membro Interno  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – PROFEPT/IFAM

Profa. Dra. Joésia Moreira Julião Pacheco – Membro Externo  
Universidade do Estado Amazonas – UEA

Profa. Dra. Maria dos Anjos Lopes Viella – Membro Externo  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – IFSC

Dedico este trabalho à minha companheira de vida Édna Rodrigues, ao meu filho Rodrigo e às  
minhas filhas: Emily, Clara e Áurea.  
Saibam, essa é uma conquista de todos nós!

## AGRADECIMENTOS

A pós-graduação era um sonho a realizar e um objetivo de vida a ser alcançado, uma etapa importante em minha trajetória de formação acadêmica. Ao final, sinto-me grato por tudo que vivenciei no decorrer do curso. Dessa forma, externo meus agradecimentos:

A Deus, pela força e coragem que me deu para caminhar durante essa jornada, sem sua presença seria impossível seguir.

A meus familiares, de forma especial, à minha mãe Maria Nelci Barbosa da Silva e ao meu pai José Pinheiro da Silva, pela vida e pela criação.

À minha esposa Édna Rodrigues pelo companheirismo e compreensão ao longo de toda minha vida acadêmica e, principalmente, durante o mestrado.

Ao meu filho Rodrigo Rodrigues, pela grande contribuição que me deu durante a preparação do produto educacional, sem seu conhecimento técnico seria mais difícil produzi-lo.

À Coordenadora do Projeto de Formação Profissional José Cornélio, Maria Jomara Baima Silva, pela cordialidade, respeito e profissionalismo demonstrado durante todos os momentos em que estive presente no local da pesquisa.

À Profa. Dra. Maria Francisca Moraes de Lima, orientadora deste trabalho, pelo acompanhamento, pelas contribuições e pela dedicação com que me conduziu até o final. Não há palavras para expressar minha gratidão!

Às Profas. Dras. Joesia Moreira Julião Pacheco e Maria dos Anjos Viella, pelas sugestões fornecidas durante o Exame de Qualificação e a defesa, e pelo apoio incondicional à realização deste trabalho;

Aos meus professores e professoras do mestrado, de forma especial, à Professora Doutora. Rosa Oliveira Mariz Azevedo, pela contribuição, atenção e parceria no decorrer da pós-graduação, e ao querido Professor Doutor Vanderlei Stefanuto, que nos presenteou com as primeiras orientações na disciplina Metodologia de Pesquisa.

À Professora Doutora Deuzilene Salazar, Coordenadora do PROFEPT, pela atenção e disponibilidade, sempre demonstradas no decorrer do curso, pessoa extraordinária!

Aos colegas do Mestrado, todo meu respeito, carinho e gratidão pelos momentos que passamos juntos, partilhando conhecimento, alegrias e angústias.

Enfim agradeço a todos e a todas que de alguma forma contribuíram para a realização desta pesquisa. Sou eternamente grato!

*De tudo ficaram três coisas...*  
*A certeza de que estamos começando...*  
*A certeza de que é preciso continuar...*  
*A certeza de que podemos ser interrompidos*  
*antes de terminar...*  
*Façamos da interrupção um caminho novo...*  
*Da queda, um passo de dança...*  
*Do medo, uma escada...*  
*Do sonho, uma ponte...*  
*Da procura, um encontro!*

**Fernando Sabino**

## **RESUMO**

Esta pesquisa foi elaborada durante o Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, cuja a temática trata da Educação Profissional Tecnológica como ação pública promotora da formação humana integral e da inclusão de jovens em risco social no mundo do trabalho, tendo como foco principal da pesquisa o curso profissionalizante de marcenaria, promovido pelo Projeto de Formação Profissional José Cornélio, realizado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, SEMDES, no Município de Óbidos, Estado do Pará. Nesse sentido, o objetivo geral da pesquisa é analisar as concepções de trabalho e de formação profissional presentes no referido curso e a sua contribuição para o processo de inclusão social dos jovens em risco social no mundo do trabalho e na preparação para a vida. A metodologia de pesquisa seguiu os pressupostos metodológicos de um estudo de caso em uma perspectiva qualitativa, a qual conta com o desenvolvimento de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. Concernente à pesquisa bibliográfica foi feito o levantamento de obras e autores que tratam do tema. Na pesquisa de campo, as técnicas de coleta de dados foram a observação participante, as entrevistas abertas e semiabertas e a análise documental. Como instrumento de coleta de dados, foram utilizados questionários estruturados e semiestruturados e rodas de conversas, as quais foram gravadas. A pesquisa seguiu a abordagem filosófica do materialismo-histórico-dialético, pelo fato desta concepção de mundo explicitar, de forma clara, a realidade material e as contradições existentes nos meandros das relações sociais de produção e da construção da existência humana. Os resultados da pesquisa apontam para a existência no curso de marcenaria e nas demais atividades do Projeto de Formação José Cornélio das concepções de trabalho e formação profissional ligadas à ideia de trabalho enquanto criação e produção da existência humana. Além disso, as práticas educativas que permeiam o cotidiano do PJFC contribuem significativamente para a formação integral dos jovens e de sua inclusão no mundo do trabalho sem deixar de evidenciar elementos que servem de entraves para uma formação emancipatória e que se coadunam com a concepção restrita de trabalho enquanto sinônimo de empregabilidade. Assim, apresentou-se como produto final, a produção do Aplicativo Educacional José Cornélio, uma ferramenta didática que contém estratégias pedagógicas que intenta contribuir com o processo de formação humana integral do (da) futuro (a) marceneiro (a) formado (a) no Projeto de Formação José Cornélio.

**Palavras-Chave:** Educação Profissional, Ensino Não-Formal, Jovens em Risco Social, Formação Humana Integral, Inclusão no Mundo do Trabalho.

## ABSTRACT

This research was developed during the Professional Master in Professional and Technological Education - ProfEPT whose theme deals with Professional Technological Education as a public action that promotes integral human formation and the inclusion of young people at social risk in the world of work, with the main focus of the research the professional carpentry course, promoted by the José Cornélio Professional Training Project, carried out by the Municipal Social Development Secretariat, SEMDES, in the Municipality of Óbidos, State of Pará. In this sense, the general objective of the research is to analyze the conceptions of work and professional training present in that course and its contribution to the process of social inclusion of young people at social risk in the world of work and in preparing for life. The research methodology followed the methodological assumptions of a case study in a qualitative perspective, which includes the development of bibliographic research and field research. Concerning bibliographic research, a survey of works and authors dealing with the topic was carried out. In field research, data collection techniques were participant observation, open and semi-open interviews and document analysis. As a data collection instrument, structured and semi-structured questionnaires and conversation circles were used, which were recorded. The research followed the philosophical approach of materialism-historical-dialectic, because this conception of the world clearly explains the material reality and the contradictions that exist in the intricacies of the social relations of production and the construction of human existence. The research results point to the existence in the carpentry course and in the other activities of the José Cornélio Training Project of the conceptions of work and professional training linked to the idea of work as the creation and production of human existence. In addition, the educational practices that reward the daily life of the PJFC contribute significantly to the integral formation of young people and their inclusion in the world of work, while highlighting elements that serve as obstacles to an emancipatory formation and that are consistent with the restricted conception of work as a synonym for employability. Thus, the production of the Educational Application José Cornélio was presented as a final product, a didactic tool that contains pedagogical strategies that intends to contribute to the process of integral human formation of the future carpenter (a) trained in the José Cornélio Formation Project.

**Keywords:** Professional Education, Non-Formal Education, Youth at social risk, Comprehensive Human Training, Inclusion in the world of work.

## LISTA DE IMAGEM

Figura 1: Vista aérea da Cidade de Óbidos – Pará.....	55
Figura 2: Vista da parte frontal do prédio onde funciona o PFJC.....	56
Figura 3: Instrutor e alunos do PFJC vivenciando um momento de aula teórica.....	57
Figura 4: Instrutor e alunos do PFJC vivenciando um momento de aula prática.....	58
Figura 5: Instrutores e alunos do PFJC em um curso de primeiros socorros.....	59
Figura 6: Tela de abertura do App.....	105
Figura 7: Menu principal do App.....	106
Figura 8: Menu secundário do App.....	106
Figura 9: Cabeçalhos/banners/ícones do app.....	107
Figura 10: 1º Tela de Login.....	107
Figura 11: 2º Tela de login.....	107
Figura 12: Área do Aluno.....	107
Figura 13: Página do aplicativo na Google Play Store.....	108
Figura 14: Gestor (CMS – Content Management System) .....	109
Figura 15: Registro da Webinar para avaliar o App Educacional José Cornélio.....	112
Figura 16: Avaliação do App quanto contribuição para a formação integral.....	113
Figura 17: Avaliação do App quanto a sua contribuição na aprendizagem.....	113
Figura 18: Avaliação do App quanto à sua interatividade.....	114
Figura 19: Avaliação do App enquanto estratégia de ensino.....	115
Figura 20: Avaliação do App sobre suas funcionalidades.....	116
Figura 21: Avaliação das formas físicas e das funcionalidades.....	116

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - O olhar dos jovens efetivos do PFJC sobre as condições de trabalho impostas aos trabalhadores a partir das cenas do filme “Tempos Modernos”.....	66
Quadro 2 - A importância e a necessidade do trabalho no olhar dos jovens do PFJC.....	67
Quadro 3 - As expectativas dos jovens efetivos do PJFC sobre o trabalho com marcenaria.....	68
Quadro 4 - Expectativas dos jovens do PJFC sobre a profissão de marceneiro no mundo do trabalho atual.....	69
Quadro 5 - O trabalho de marcenaria como uma saída para o desemprego no olhar dos Jovens do PJFC.....	71-72
Quadro 6 - Jovens atendidos no PFJC entre os anos de 2007 a 2019.....	93
Quadro 7 - Inclusão de jovens no mundo do trabalho considerando a formação de marceneiro do PFJC.....	93

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Escolaridade dos pais ou responsáveis dos Jovens do PFJC.....	73
Gráfico 2: Os sentidos do trabalho para os jovens do PFJC.....	75
Gráfico 3: Percepção das atividades do curso de marcenaria para os jovens do PFJC.....	76
Gráfico 4: A formação profissional de marceneiro para os jovens do PFJC.....	77
Gráfico 5: A profissão de marceneiro nos dias atuais para os jovens do PFJC.....	78
Gráfico 6: Importância das atividades formativas para os jovens do PFJC.....	79
Gráfico 7: Dificuldades de aprendizagem apontadas pelos jovens do PFJC.....	80
Gráfico 8: Medidas para facilitar a aprendizagem dos jovens no curso de marcenaria.....	81
Gráfico 9: Sugestão de material didático dado pelos jovens do PFJC.....	82
Gráfico 10: A situação dos egressos do PFJC no mundo do trabalho.....	84
Gráfico 11: A importância das práticas educativas para os egressos do PFJC.....	88

## **LISTA ABREVIATURAS E SIGLAS**

- BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
- CUT – Central Única dos Trabalhadores
- ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
- EPT – Educação Profissional e Tecnológica
- FHC – Fernando Henrique Cardoso
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- MEC – Ministério da Educação
- MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- OIT – Organização Internacional do Trabalho
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PFJC – Projeto de Formação José Cornélio
- PNPE – Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego
- PPA – Plano Plurianual
- PREAL – Programa para Reforma Educacional na América Latina e Caribe
- PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
- PROEPT – Programa de Pós-Graduação de Educação Profissional e Tecnológica
- PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
- REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
- SUAS – Sistema Único de Assistência Social
- SEMDES – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
- SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
- SENAC – Sistema de Educação Nacional de Aprendizagem Comercial
- SINAJUVE – Sistema Nacional da Juventude
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>1. AS POLÍTICAS DE INCLUSÃO NO BRASIL</b> .....	21
1.1 A legislação vigente.....	27
1.2. Concepções de trabalho na sociedade: um trajeto histórico.....	31
1.2.1 Trabalho como princípio educativo.....	36
1.2.2 A formação humana integral.....	39
<b>2. INCLUSÃO E MUNDO DO TRABALHO</b> .....	45
2.1 Inclusão e formação profissional.....	47
2.1.1 Projetos de inclusão social e formação profissional.....	49
<b>3. METODOLOGIA</b> .....	52
3.1 Caracterização do local da pesquisa.....	54
3.1.1 O curso de marcenaria do Projeto de Formação José Cornélio.....	56
3.1.2 Os participantes da pesquisa.....	60
3.1.3 As técnicas de coleta de dados.....	61
3.1.4 Análise de dados.....	63
<b>4. AS VOZES E O OLHAR DOS SUJEITOS DA PESQUISA SOBRE A REALIDADE INVESTIGADA</b> .....	64
4.1 A observação participante.....	64
4.1.1 As entrevistas com os alunos ativos do curso de marcenaria do PFJC, do turno da manhã.....	72
4.1.2 As categorias de análises emergentes das entrevistas com alunos efetivos do PFJC.....	74
4.1.3 A fala dos egressos no contexto das categorias em análise: confrontando os dados com as informações dos alunos efetivos.....	82
4.1.4 As categorias imersas das falas dos responsáveis, coordenadores e instrutores do PFJC.....	90
4.1.5 O combate à vulnerabilidade e a exclusão de jovens em risco social pelo PFJC.....	90
4.1.6 O trabalho como princípio educativo nas práticas pedagógicas do curso de marcenaria do PFJC.....	94
4.1.7 A formação para o mundo do trabalho e a preparação para a vida, no olhar dos responsáveis, coordenadores e instrutores do PFJC.....	98

<b>5 O PRODUTO EDUCACIONAL</b> .....	100
5.1 A proposta de produto educacional.....	101
5.1.1 O Aplicativo Educacional. José Cornélio.....	103
5.1.2 O desenvolvimento e as informações técnicas.....	104
5.1.3 Funcionalidades.....	104
5.1.3.1 Tela de abertura.....	105
5.1.3.1 Menus principal e secundário.....	106
5.1.4 Distribuição para os usuários.....	108
5.1.5 O processo de gerenciamento de conteúdo no APP Educacional José Cornélio.....	109
5.1.6 A validação do Aplicativo Educacional José Cornélio.....	110
5.1.6.1 A realização da webinar.....	111
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	118
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	124
<b>APÊNDICES</b> .....	130

## INTRODUÇÃO

Cursar a pós-graduação sempre foi um dos objetivos do autor desta pesquisa. Hoje, em função do aumento de sua oferta, esse objetivo parece não ser tão difícil de ser alcançado, mas só parece. Os dados relativos à repetência e à evasão escolar demonstram que o funil vai se estreitando cada vez mais na medida em que se elevam os níveis de ensino no Brasil. Apesar das dificuldades finalmente chegamos ao mestrado e, agora, temos que desenvolver a pesquisa diante de uma temática pré-definida.

No momento da definição do tema muitas ideias vêm à mente, mas precisamos focar em algo que de fato seja relevante para a sociedade e que possa contribuir para o desenvolvimento de uma determinada área do conhecimento científico.

Diante do exposto, resolvemos enveredar nossa pesquisa pela área de educação em espaços não formais apesar de hoje temos nossa atuação profissional na área de educação formal. Atuamos na educação básica desde o ano de 1998, nas redes municipal e estadual de ensino em Óbidos, Estado do Pará. No município exercemos atualmente nossas atividades docentes na Escola Municipal “Dr. Raymundo Chaves”, onde lecionamos as disciplinas Língua Portuguesa e Inglesa para alunos e alunas do ensino fundamental, ao passo que na rede estadual desenvolvemos o trabalho de coordenador pedagógico atuando no nível médio.

Então o leitor poderia perguntar, por que enveredar pela trilha da educação profissional em espaços não formais? Primeiramente, compreendemos que tanto os espaços formais como os não formais de aprendizagens são relevantes para a formação do ser humano. Resolvemos então contar ao leitor um pequeno trecho de nossa história, reminiscências de nossa infância e adolescência que certamente o ajudará a compreender o porquê de nosso interesse por uma área que ainda precisa de muita investigação, principalmente no que concerne às políticas públicas implementadas pelos Governos para atender a demanda de jovens em risco social. Sem qualquer intuito de menosprezar as normas de redação oficial e da gramática, peço licença para a seguir contar um pouco de minha história em primeira pessoa.

Nasci em Óbidos, Estado do Pará, no dia 22 de maio de 1972. Sou filho do Senhor José Pinheiro da Silva e da Senhora Maria Nelci Barbosa da Silva, um casal de jovens que residiam na zona rural do município de Óbidos. No início dos anos 70, assim como muitas pessoas, migraram para a cidade em busca de emprego e oportunidade de trabalho, porém sendo eles semianalfabetos era quase impossível conseguir emprego no mercado formal, a saída foi o trabalho pesado no mundo da informalidade. Então, a carvoaria surgiu como a

solução para amenizar a situação financeira da família. Nessa época não havia qualquer política pública de proteção à criança e ao adolescente, sendo, pois, ao redor das caieiras que conheci o trabalho como sentido de sobrevivência.

Já aos sete anos de idade ajudava meus pais no processo de produção do carvão vegetal. Aos dez anos, juntamente com meu outro irmão, vendíamos nas casas os sacos de carvão que pesavam em média entre 15 e 20 quilos. Lembro que era uma rotina cansativa e eu não tinha vontade de ir à escola, no entanto tinha a compreensão de que a escola era importante, por isso fazia o esforço de não faltar. Com o passar do tempo, meus pais perceberam que o carvão estava prejudicando nossa saúde, então passei a vender berlindas, tapiquinhas e outros quitutes na rua. Eu sempre corria risco, pois a maioria dos fregueses eram compostos de pessoas boas, porém sempre haviam àqueles que de alguma forma me constrangiam e ameaçavam. Foi nessa época que surgiu em Óbidos a Fundação do Bem-Estar Social do Menor, uma organização governamental que procurava proteger e orientar os chamados “meninos de rua”.

Com a sanção do Estatuto da Criança e Do Adolescente, Lei nº 8.069/90, a Fundação do Bem-Estar Social do Menor foi extinta, pois seus objetivos conflitaram com a ideia de proteção integral à criança e ao adolescente contida no texto do ECA, principalmente em relação à realização do trabalho de qualquer natureza a menores de 16 anos, exceto na condição de aprendiz a partir dos quatorze anos.

Quando participei da Fundação do Bem-Estar Social do Menor havia a preocupação da assistente social e suas assistentes em inserir os adolescentes e jovens participantes no mundo do trabalho, haviam cursos, encontros e reflexões e prestação de contas do que era vendido ou produzido. Uns dos serviços que conseguiram para mim foi realizar a entrega de jornal, era bem melhor do que os serviços que eu já tinha realizado. Entregava os jornais geralmente em residências de pessoas de maior poder aquisitivo, inclusive entregava na residência do prefeito da época que, anos depois, se tornou um amigo pessoal.

Geralmente, sobravam alguns jornais, tratava-se de “O Liberal”, de Belém do Pará, então passei a ler o jornal que chegava da capital um dia depois de serem impressos. A leitura das notícias foi despertando minha mente e logo percebi que estava em vantagem diante dos outros meninos. Percebia que a leitura das notícias me ajudavam a entender a realidade, ainda que parcial, crescia meu entendimento sobre questões que os meninos na escola e minha própria família não compreendiam como, por exemplo, passei a me ver como um cidadão que tinha que cumprir com meus deveres, mas que também tinha meus direitos e passei a questionar determinadas situações principalmente na escola.

O trabalho e a compreensão do mundo em que estava inserido tornaram-me um jovem questionador. Algumas vezes, a escola tentou me silenciar, mas passei por ela com o desejo e a vontade de transformar o mundo e assim em 1994 cheguei à Universidade para cursar Pedagogia, o único curso que o Programa de Interiorização da Universidade Federal do Pará ofertara à minha cidade. Cursei com sucesso e, em 1993, decidi estudar o curso de Letras.

Os conhecimentos obtidos na universidade levaram-me à uma compreensão mais apurada da realidade social. Entendi, por exemplo, que a exploração humana não advém de leis naturais e sim das relações de trabalho e das formas de produção estabelecidas pelos homens em sociedade. Compreendi, que a ausência de políticas públicas efetivas para crianças, adolescentes e jovens, deixa-os a mercê da própria sorte e da marginalidade, um espectro com o qual me deparei no passado e que ainda hoje ronda as crianças, os adolescentes e os jovens das camadas desfavorecidas da sociedade, todos os dias.

Compreendendo, portanto, a necessidade de existência de políticas públicas efetivas destinadas ao combate da exclusão social e a promoção de oportunidades de educação, trabalho e renda nasceu nossa proposta de pesquisa no mestrado profissional, a qual detalhamos a seguir.

A proposta intitulada “A Educação Profissional Tecnológica Como Ação Pública Promotora da Formação Humana Integral e da Inclusão de Jovens em Risco social no Mundo do Trabalho” teve como viés inspirador a implantação de Ensino Técnico Profissionalizante no Projeto de Formação José Cornélio dos Santos, no município de Óbidos - Estado do Pará, no dia 19 de dezembro de 2007, através da Lei Municipal nº 3.446/2007. De acordo com o seu Art. 1º, a implantação de ensino técnico profissionalizante, no Projeto Formação José Cornélio dos Santos, tem a finalidade de ofertar a formação profissional inicial e continuada aos jovens em situação de vulnerabilidade e exclusão social.

Quanto ao acesso, a Lei 3.446/2007 definiu em seu Art. 2º, inciso IV, entre outros requisitos para os participantes, serem jovens “preferencialmente egressos de outros programas sociais, em cumprimento às medidas socioeducativas, liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade”. Em seu Art. 4º, estabeleceu ainda a possibilidade de realização de “convênios com instituições profissionalizantes, para a contribuição de conteúdo programático dos respectivos cursos”.

Diante da existência da Lei nº 3.446/2007, percebeu-se que o Município de Óbidos implementou uma política pública destinada a combater a vulnerabilidade e a exclusão social dos jovens, por meio da oferta de educação profissionalizante, conforme nomenclatura da lei municipal. Assim, a presente pesquisa tem como tema: “A Educação Profissional

Tecnológica Como Ação Pública Promotora da Formação Humana Integral e da Inclusão de Jovens em Risco Social no Mundo do Trabalho”.

A pesquisa se justifica devido nossa inquietação em querer desvelar qual o tipo de trabalhador que realmente o projeto pretende formar, assim, a questão norteadora da pesquisa foi: de que forma o curso profissionalizante de marcenaria desenvolvido no Projeto de Formação José Cornélio contribui de fato para a formação humana integral e para a inclusão de jovens em risco social no mundo do trabalho e na preparação para a vida?

Face à problemática, ora exposta, a pesquisa seguiu as seguintes questões norteadoras: As concepções de trabalho como princípio educativo e de formação humana integral estão presentes nas práticas educativas do Curso Profissionalizante de Marcenaria do Projeto de Formação José Cornélio? Como os sujeitos envolvidos no processo de ensino aprendizagem do Curso Técnico Profissionalizante de Marcenaria do Projeto de Formação José Cornélio, reconhecem o trabalho e a formação profissional? As práticas educativas, realizadas no curso técnico profissionalizante de marcenaria do Projeto de Formação José Cornélio, contribuem para uma formação emancipadora dos jovens obidenses participantes do projeto?

Quanto à metodologia de pesquisa, seguimos os pressupostos metodológicos de um estudo de caso que contou com o desenvolvimento de pesquisa bibliográfica, análises discursivas e documentais, e ainda, a observação das práticas educativas no ambiente de ensino e aprendizagem.

A pesquisa foi ancorada na abordagem filosófica do materialismo-histórico-dialético, por entender que esta é capaz de revelar a historicidade do fenômeno, situar o problema dentro de um contexto mais complexo e apontar possíveis contradições do fenômeno investigado (BORGES; DALBÉRIO, 2007).

Diante dos elementos expostos, a presente pesquisa teve por objetivo analisar as concepções de trabalho e de formação profissional presentes no curso de marcenaria ofertado pelo Projeto de Formação José Cornélio e sua contribuição à formação integral e à inclusão de jovens em risco social no mundo do trabalho e na preparação para a vida. A partir disso, buscamos explorar objetivos secundários, como demonstrar, via referencial teórico, as concepções de trabalho e de formação profissional e sua importância para a formação humana integral; analisar, via pesquisa de campo, os discursos dos sujeitos envolvidos no processo ensino aprendizagem do curso de marcenaria do Projeto de Formação José Cornélio, sobre os sentidos do trabalho e de formação profissional; identificar, por meio de observação, as práticas educativas docentes realizadas no curso de marcenaria do Projeto de Formação José

Cornélio, verificando suas relações com as concepções de trabalho e formação profissional a elas subjacentes; e por fim, desenvolver um produto educacional didático que apresente estratégias/ ferramentas pedagógicas que possibilitem a interação dos conhecimentos técnicos da marcenaria com outras atividades educativas promotoras da formação integral e, por conseguinte, ajude no processo de inclusão dos jovens participantes do curso profissionalizante de marcenaria do Projeto de Formação José Cornélio, no mundo do trabalho.

Ressaltamos que, as pesquisas realizadas sobre a Educação Profissional no Brasil têm privilegiado os espaços escolares tradicionais. De acordo com Manfredi (2002, p. 65), “para resgatar as concepções e práticas de Educação Profissional no Brasil, é importante ir além das dimensões escolares [...] É importante ir além da perspectiva oficial e da orientação hegemônica”. É neste sentido que, inicialmente, justificamos a realização da presente pesquisa em um espaço de educação não formal, pois tratamos de um projeto social denominado “Projeto de Formação José Cornélio”, localizado na Rua Just Clermont, Bairro de Santa Terezinha, na Cidade de Óbidos – Pará, instituído pela Lei Municipal nº 3.444/2007. A pesquisa trouxe relevantes contribuições tanto para o campo científico quanto para o campo social e profissional.

No campo científico, a realização da pesquisa se constituiu em mais um trabalho de cunho acadêmico que servirá de fonte para futuras pesquisas que se interessarem por iniciativas ou propostas de educação profissional que tenham por norte combater a exclusão social, uma vez que a referida pesquisa cumpre às exigências do regulamento do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT, enquadrando-se dentro da linha de pesquisa 1, denominada “Práticas Educativas em EPT” e do Macroprojeto 2, o qual incorpora o tema “Inclusão e Diversidade em Educação Formal e Não Formal em Ensino na EPT”.

Entendendo a sua relevância social, o resultado da pesquisa é crucial para compreendermos o contexto, a organização e a necessidade de manutenção de um curso profissionalizante que visa combater a exclusão social e a inclusão dos jovens no mundo do trabalho. Além disso, a sociedade obidense tomará conhecimento de dados que irá ajudá-la a compreender de forma crítica o objetivo do curso profissionalizante de marcenaria e o trabalho desenvolvido no Projeto de Formação Profissional José Cornélio.

Vale ressaltar, que a pesquisa foi de grande relevância para a formação profissional do próprio pesquisador, pois essa irá lhe possibilitar a obtenção do título de mestre e o ajudará

na aquisição de conhecimentos teóricos e práticos que lhe permitirão cumprir com qualidade o trabalho educativo.

A partir dos resultados da pesquisa, desenvolvemos um produto educacional que visa o aperfeiçoamento ou possíveis redirecionamentos do processo de ensino aprendizagem do curso técnico profissional de marcenaria do Projeto de Formação José Cornélio e, principalmente, sirva de instrumento colaborativo para instigar o pensamento crítico dos jovens diante da realidade histórica em que eles estão inseridos.

## **1 AS POLÍTICAS DE INCLUSÃO NO BRASIL**

Com o fim da ditadura militar e a democratização da sociedade brasileira, em meados da década de 80 no século XX, vimos renascer no país uma nova Carta Magna, que foi chamada de Constituição Cidadã, promulgada em 05 (cinco) de outubro de 1988. Nesta Constituição foram incluídos os princípios constitucionais que deram origem as políticas de inclusão no Brasil, conquistadas nos últimos anos pelas camadas mais populares da sociedade. De acordo com Guimarães (1988), não é a Constituição perfeita, mais será útil, pois se configura como pioneira e desbravadora. Será luz, ainda que de lamparina, na noite dos desgraçados [...]. O discurso do Presidente da Assembleia Constituinte deixava claro que naquele momento histórico promulgava-se uma constituição que garantia o direito das camadas mais baixas da sociedade.

Teles (2016), à luz da teoria bahktiniana, ao analisar o discurso de Ulisses Guimarães, concluiu que ao proferir sua fala, ele não a fez de forma isolada, ao contrário, ela representava as ideias de justiça social que fervilhavam no seio da sociedade e, por conseguinte, levaram à ruína o regime autoritário que iniciou em 1964 e terminou 1984.

Em Bakhtin compreendemos que a fala de Ulysses não foi um ato discursivo particular, individual, interno ou interior, mas um meio para divulgação de variadas perspectivas existentes naquele momento. Não foi a fala Ulyssiana um “discurso” em si mesmo, mas um instrumento dissipador de uma espécie de “discurso social” existente no Brasil desde o movimento ‘Diretas Já’(TELES,2016).

Diante do exposto, percebe-se que a nova constituição reacendeu a esperança de que povos historicamente marginalizados, agora poderiam sonhar com dias melhores e terem seus direitos respeitados na área da saúde, educação, assistência social e etc. Avivou ainda a esperança de acontecer no Brasil uma reforma agrária e existência de um salário justo para a

classe trabalhadora. Portanto, as políticas de inclusão social ganharam um novo capítulo na história, uma vez que despertou o processo de organização da sociedade e a luta por seus direitos.

Apesar da nova Constituição, a desigualdade social e a falta de justiça social continuam existindo de forma assombrosa no Brasil, ou seja, as políticas sociais existem na legislação, mas a realidade da maioria da população brasileira contrasta com os direitos conquistados nessas políticas públicas. Para Dimenstein (2012), o desemprego, a violência, a desnutrição, a total falta de respeito aos direitos humanos produziu no Brasil uma “cidadania de papel”, ou seja, os direitos existem no papel, mas não existem de verdade para a maioria da população brasileira.

Ao longo do tempo, o clamor social por políticas públicas de inclusão continuou aumentando, porém em uma nação em que as regras da economia são ditadas pelo liberalismo econômico, não se poderia esperar a existência de efetivas políticas de inclusão social para a classe trabalhadora. Segundo Pereira (2010), para a nata do pensamento liberal, justiça social em enquanto ação distributiva de riquezas e respeito aos direitos humanos está fora de sua plataforma ideológica, tanto é que:

Desde o século XVII até hoje, poucos liberais ocuparam-se da *justiça social* e, quando o fizeram, como foi o caso dos liberais democratas do porte de John Stuart Mill e, mais recentemente, John Rawls, procuraram justificar as desigualdades sociais presentes nas sociedades de mercado. Ou seja, tais liberais consideravam a desigualdade social como um fato natural, que, no máximo, poderia ser abrandado e não extinto (PEREIRA, 2010, p. 103).

De acordo com o autor (2010), o mundo pós segunda guerra mundial respirou os ares do Welfare State – Estado do Bem Estar Social, ou seja, o Estado se colocou como o agente fomentador das políticas públicas de inclusão, tanto no campo econômico como no campo social. Acontece que a partir dos anos 80 enquanto, no Brasil, lutava-se por liberdade e democracia, o mundo via florescer novamente no campo político e econômico o ideário liberal.

Conforme Faleiros (2010), no exterior, as políticas neoliberais foram fortemente representadas pelo Governo de Ronald Reagan nos Estados Unidos e; pela primeira ministra Margaret Thatcher, na Inglaterra. No Brasil, as políticas neoliberais foram fortemente implementadas a partir dos anos 90, com a chegada ao poder de Fernando Collor de Mello (nota) e Fernando Henrique Cardoso. Diante desse contexto, Faleiros (2010, p. 35), questiona se seria “possível ainda pensar num espaço de garantia de direitos, se existe uma restrição do

Estado, uma flexibilização das garantias, uma mercadorização, focalização e financeirização da política?”

O questionamento do autor, em relação aquele contexto histórico, podia ser perfeitamente respondido com a luta dos movimentos populares e das organizações não-governamentais que mantinham um contra discurso ao denunciar a injustiça social e reivindicar uma sociedade igualitária. Ainda, segundo autor (Ibidem, p. 34), no campo do serviço social, a luta pela transformação da sociedade brasileira tornou-se explícita em 1979, aprofundou-se nos anos de 1980 e 1990. Entre tantas forças democráticas que lutavam por políticas de inclusão social da classe trabalhadora, estavam a Central Única dos Trabalhadores-CUT e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra-MST.

A luta por justiça social e pela inclusão da classe trabalhadora na participação das riquezas do país e do reconhecimento de seus direitos teve seu melhor resultado, em 2002, com a vitória do Partido do Trabalhadores e a chegada ao Palácio do Planalto de Luís Inácio Lula da Silva. De acordo com Behring *et al* (2010), a eleição de Lula trouxe uma grande expectativa de mudanças, uma vez que sua eleição resultou da exaustão da sociedade brasileira com a política neoliberal compreendida como impeditiva das políticas de inclusão social e, conseqüentemente, da manutenção da enorme desigualdade social.

Neste contexto ocorreu uma grande expectativa dos movimentos populares da sociedade civil organizada pela aprovação do Plano Plurianual-PPA 2004-2007, pois pela primeira vez na história do país o PPA tinha passado por uma ampla discussão na sociedade e suas propostas alinhavam-se com as expectativas e os sonhos da classe da classe trabalhadora, pois continha em seu bojo as estratégias de um Governo que desejava um Brasil para todos, com crescimento sustentável, emprego e inclusão social.

Sob a perspectiva de um olhar e de uma dimensão social, durante o processo de discussão realizado pela sociedade civil organizada e, também, por setores do Congresso Nacional, falava-se em respeito aos preceitos da cidadania e da universalização dos serviços sociais para todas as camadas da sociedade, assim a seguridade social, a educação, e outros serviços sociais foram reconhecidos como um direito, cuja prioridade deveria ser dada aos setores mais vulneráveis da população, contudo, segundo Behring *et al* (2010, p. 154), “[...] apesar de algumas inovações, não existe um *salto de qualidade* (grifo do autor) [...]”, pois no curso das discussões nos estados e no decorrer do processo legislativo, a frustração dos participantes das assembleias foi grande, uma vez que não viu garantida um aumento de recursos significativos para a área social e viu prevalecer a política de ajuste fiscal, subordinando a política social à política econômica neoliberal.

Os entraves ao avanço das políticas públicas efetivas para diminuir a desigualdade e promover a inclusão social, no campo prático de suas realizações, podem ser compreendidos na medida em que Siqueira (2013) revela que a ofensiva econômica neoliberal não abre mão do papel do Estado, ou seja, este deve ser sempre mínimo para o social e máximo para o capital e o lucro, mantendo os bolsões de pobreza e miséria pelo mundo. É neste cenário de crescentes mazelas sociais que as agências multilaterais se consagram como as instituições apropriadas na promoção de ações que visam combater o aumento da pobreza pelo mundo.

Entre essas organizações está o Banco Mundial que, em parceria com outras organizações internacionais, formulam as políticas públicas para o social que serão seguidas pelos governos locais. Shiroma (2011), ao analisar as políticas públicas para a educação na América Latina, mostra claramente a existência do que denomina de redes sociais<sup>1</sup> hegemônicas presentes no sistema de produção capitalista formadas por pessoas e instituições ligadas aos governos mundiais, afirma que:

Num contexto de investidas neoliberais, ideias que nortearam a Reforma do Estado como a de que ‘menos Estado significa melhor Estado’, promoveram a criação de ONGs e organizações sociais de diversos matizes e patrocinaram sua articulação em redes ampliando a relevância do estudo sobre governança no campo das políticas públicas. Num sentido amplo, a governança é entendida como gestão pública de complexas redes interorganizacionais que substituem as funções tradicionais do Estado na oferta de serviços públicos à população (p.19).

A partir da assertiva do autor, podemos verificar que são muitas as redes sociais colaboradoras da formulação, divulgação e monitoramento de políticas públicas no campo social disseminadas pelo mundo. Sobre a matéria, Shiroma (2011) exemplifica-a mostrando os membros do Programa Regional da Reforma Educativa na América Latina (PREAL) que, em 1995, tinha a função estratégica de construir consensos e mobilizar novos atores sociais para potencializar o impacto das políticas educacionais propostas e legitimá-las diante da sociedade mundial. Entre outras personalidades, a autora cita o Ex-ministro do Governo FHC (1994 – 2002) Paulo Renato Sousa, os assessores do BID e Banco Mundial, Cláudio Moura Castro e Guiomar Namó de Mello, empresários como Gustavo Ioschpe, Marcelo Aguilar diretor da Qualiware, e David Saad, da Fundação Victor Civita.

---

<sup>1</sup> Eneida Shiroma em artigo denominado de “Redes sociais e hegemonia: apontamentos para estudos de política educacional” definiu o conceito de redes sociais como o “conjunto de pessoas e/ou organizações que se agregam com interesse comum, contribuem para a produção e disseminação de informações, criam canais de comunicação e estimulam a participação da sociedade” (2011, p. 18).

A fim de conhecer a abrangência e demonstrar a influência da rede PREAL, a autora anteriormente referendada realizou um mapeamento via internet de informações de domínio público sobre a atuação de seus participantes. Dessa maneira, demonstra que o Ex-ministro Paulo Renato Sousa foi membro da Organização Internacional do Trabalho (OIT), membro da Organização das Nações Unidas (ONU), gerente de operações e vice executivo do BID nos anos 90 e, ao deixar o Governo de FHC, fundou uma empresa de consultoria, a Paulo Renato e Associados, a qual passou a atuar na busca de investimentos junto aos organismos internacionais e na formulação e desenho de políticas educacionais. Dentre alguns de seus clientes encontravam-se o “Banco Mundial, BID, Grupo Prisa (do qual faz parte a Editora Moderna), Grupo Positivo, Fundação Gerdau, Fundação Jacobs, Fundação Lemann, entre outras. Paulo Renato Souza também integra o quadro diretor da Fundação Lemann de capital suíço” (SHIROMA, 2011, p. 25).

O trabalho de identificação das redes sociais de hegemonia realizado por Shiroma (2011), mostra o quanto é importante desvendar os interesses que estão por trás de grupos nacionais e internacionais que prescrevem, defendem e reproduzem as políticas econômicas e sociais na atual fase do modo de produção capitalista. O seu método de mapeamento e análise de redes sociais permite pensar nas contradições, nos interesses antagônicos, nas relações de interdependência, nas diversas influências e articulações existentes entre capital nacional e internacional. Enfim, nas relações das instituições internacionais com os governos locais, e ainda, no papel dos intelectuais na construção das políticas públicas.

Na visão de alguns estudiosos da questão social no Brasil, como é o caso de Cesar (2010, p. 199), o projeto da burguesia exige a incorporação dos interesses e das tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia é exercida. Entretanto, lembra que tal incorporação, não repousa no compromisso de reformas sociais nem tão pouco em ampliação de direitos. “[...] Ao contrário está ancorada na ideia da liberdade de mercado e no ‘desengessamento’ das condições de acumulação, como prerrogativa para o desenvolvimento econômico e social [...]”.

Na concepção de Siqueira (2013), apesar do viés neoliberal da política econômica do Governo Lula, os quadros relacionados à política de inclusão social, foram preenchidos, em muitos casos, por pessoas com perfis muito diferente do Governo de Fernando Henrique Cardoso - FHC, o que o autor considera um avanço no campo da orientação teórica e política. Porém, esses gestores tornaram-se subordinados à orientação da política econômica neoliberal, em suma, pouco puderam mudar os fundamentos da política no campo social.

Siqueira (2013) mostra ainda que a política social de combate à fome e à miséria, a qual se tornou o carro chefe dos Governos Lula e Dilma, teve a orientação do Banco Mundial sob à evidente orientação da política neoliberal. Apesar disso, a aprovação de algumas leis e projetos na área social foram considerados avanços históricos. Foi no bojo dessa realidade que ocorreu a aprovação pelo Congresso Nacional da Lei do Primeiro Emprego; surgiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - ReUni, implantou-se o Programa de Reforma Universitária e, em 2011, foi aprovado o Sistema Único da Assistência Social – SUAS.

Para Nunes (2015), o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, se constituiu na principal política de inclusão dos jovens do Governo Lula. O Programa foi fruto da formação do Grupo Interministerial formado em 2004 para realizar um diagnóstico sobre os problemas que afetavam a juventude brasileira. No final do trabalho, o grupo apresentou os principais problemas a serem enfrentados pelo Governo, as possíveis soluções e, entre elas, a criação de um programa que servisse como uma espécie de carro chefe das políticas públicas para a inclusão da juventude, este programa foi o Projovem, que na concepção do autor, foi elaborado no “contexto de embates políticos, de disputa pela formulação de políticas, pela divergência entre políticas universais e focalizadas, do modelo descentralizador adotado nas políticas educacionais e da questão federativa” (NUNES, 2015, p. 49). Portanto, o cenário em que nasceu o Projovem indicava a disputa entre as forças políticas presentes na sociedade e seus interesses divergentes.

Apesar das divergências de concepções e disputas ideológicas, Nunes (ibidem) ressalta que no final prevaleceu a concepção de jovem enquanto sujeito de direito. Na prática, isso significava que na caracterização do programa, o jovem deveria ser visto como um ser humano com direito a uma vida digna, à educação de qualidade, à saúde e ao trabalho.

Com forte reivindicação e participação popular, outro marco importante para as políticas de inclusão da juventude foi a aprovação e promulgação durante o Governo Dilma da Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013. Esta lei instituiu o Estatuto da Juventude, dispendo sobre o direito dos jovens, os princípios e diretrizes de políticas públicas para a juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE.

A seguir faremos um recorte da legislação vigente sobre a política de inclusão, enfatizando as principais leis que, ao nosso ver, deram origem a programas que se tornaram importantes para a inclusão de jovens advindos das camadas populares no contexto social, econômico, político e social da sociedade brasileira.

## 1.1 A legislação vigente

Dentro de uma perspectiva de mudanças sociais e de inclusão da juventude nos processos de participação social e conquista de direitos, apresentamos um conjunto de leis que, em nossa concepção, representa a opção de uma política de estado a favor dos jovens enquanto sujeitos de direitos, em especial, dos menos iguais.

A Lei nº 11.129 de 30 de junho 2005, instituiu o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem. Essa lei também criou o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional da Juventude. Alterou as Leis 10.683, de 28 de maio de 2003 e 10.429, de 24 de abril de 2002 (BRASIL, 2005). Apesar desta lei ter sido criada, em 2005, sua regulamentação aconteceu somente com a promulgação da Lei nº 11.692 de 10 de junho de 2008.

Conforme o Artigo 2º, incisos I, II e III da Lei nº 11.692/2008, o Projovem deve atender jovens entre 15 e 29 anos, promovendo sua reintegração ao processo educacional, sua qualificação profissional e seu desenvolvimento humano, por meio das seguintes modalidades Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo; Projovem Urbano; Projovem Campo - Saberes da Terra; e Projovem Trabalhador. Outro dispositivo que consideramos importante ser destacado em relação à lei do Pró-jovem neste trabalho, é o disposto no caput do Art. 3º, em que sua redação determina uma ação governamental interministerial de combate à exclusão social ao promover a inclusão, por meio de ações conjuntas da Secretaria Geral da Presidência da República e dos Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conforme, o § 2º, do Art. 3º da Lei nº 11.692/2006, as modalidades do Projovem devem ser coordenadas da seguinte forma:

O Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo será coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; o Projovem Urbano, pela Secretaria - Geral da Presidência da República; o Projovem Campo - Saberes da Terra, pelo Ministério da Educação; e o Projovem Trabalhador, pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

É importante frisar ainda que a Lei do Projovem definiu os objetivos de cada modalidade, a forma de ingresso dos participantes, sua forma de financiamento, a responsabilidade de cada ente federado, suas formas de parcerias e prestação de contas dos recursos recebidos.

Outro marco de inegável importância na luta pelos direitos dos (as) jovens, atualmente vigente no país, é a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que instituiu o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos (as) jovens, os princípios e as diretrizes das políticas públicas da juventude e sobre o Sistema Nacional da Juventude – SINAJUVE.

O Título I, “Dos Direitos e das Políticas Públicas da Juventude”, contém dois capítulos. O Capítulo I, denominado “Dos Princípios e Diretrizes das Políticas Públicas da Juventude”, estabelece quem são as pessoas consideradas jovens, obedecendo, é claro, um critério cronológico. Dessa maneira, o § 1º, do Art.1º da Lei nº 12.852/2013 determina que são considerados jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos. Em seu § 2º, existe a ressalva de que aos adolescentes entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos serão aplicados as normas legais do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) e, nas situações em que não conflitar com o ECA, em casos excepcionais, será aplicado o Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013).

De acordo com o disposto no Art. 2º da Lei nº 12.852/2013, as políticas públicas para a juventude devem atender aos princípios da promoção da autonomia e emancipação dos jovens; da valorização e da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações; da criatividade e da participação do desenvolvimento do país; do reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, gerenciais e singulares; da promoção da vida segura, da cultura da paz, da solidariedade e da não discriminação. Deve atender também ao princípio da valorização do diálogo e a convivência dos jovens com as demais gerações.

O Capítulo I, do Título I, do Estatuto da Juventude, versa sobre “Os Direitos dos Jovens”. Resultado do clamor popular, nele há o reconhecimento de que os jovens têm direito à cidadania, à participação social e política e à representação juvenil. No Capítulo II, esse estatuto também reconheceu o direito dos jovens à educação, à saúde, à profissionalização, ao trabalho e à renda, à diversidade e à igualdade, à cultura, à comunicação e à liberdade de expressão. Além desses direitos, o Congresso Nacional reconheceu ainda que o jovem tem direito ao território e à mobilidade, direito à sustentabilidade e ao meio ambiente e direito à segurança e ao acesso à justiça.

O Título II, “Do Sistema Nacional da Juventude”, é subdividido em três capítulos. O Capítulo I dispõe sobre a criação do Sistema Nacional da Juventude – SINAJUVE cuja organização, competência e financiamento serão definidos em regulamento (Art. 39 e Art. 40). O Capítulo II define as competências da União, dos Estados e dos Municípios. À União cabe, entre outras atribuições: definir, formular e executar a política nacional de Juventude;

coordenar e manter o SINAJUVE; financiar, com os demais entes federados, a execução das políticas públicas da juventude (Incisos I, II e VIII, do Art. 41).

Aos Estados cabe coordenar, em âmbito estadual, o SINAJUVE; criar, desenvolver e manter programas, ações e projetos para as políticas públicas de Juventude; convocar e realizar, em conjunto com o Conselho Estadual de Juventude, as Conferências Estaduais de Juventude, com intervalo máximo de 4 (quatro) anos; editar normas complementares para a organização e o funcionamento do SINAJUVE, na circunscrição dos Estados e dos Municípios; estabelecer com a União e os Municípios formas de colaboração para a execução de políticas públicas de juventude e cofinanciar, com os demais entes federados, a execução de programas, ações e projetos das políticas públicas de juventude (Incisos de I a VII, do Art. 42).

Quanto à responsabilidade dos Municípios com as políticas de juventude, cabe à coordenação do SINAJUVE no âmbito municipal: à elaboração dos planos municipais de juventude, em consonância com os planos nacionais e estaduais, e a participação da sociedade, em especial dos (as) jovens; à criação, o desenvolvimento e à manutenção de programas, ações e projetos para a execução das políticas de juventude; à realização das conferências municipais, à complementação das normas do SINAJUVE, em âmbito municipal; o cofinanciamento e o estabelecimento de mecanismos de cooperação com demais entes federados, para a execução dos programas, ações e projetos das políticas públicas de juventude (Incisos de I a VII do Art. 43).

O Capítulo III, do Título II, estabelece os ditames dos Conselhos de Juventude. Assim, o caput do Artigo 45 estabelece que os Conselhos de Juventude são órgãos permanentes e autônomos, responsáveis em tratar das políticas públicas de juventude e da garantia do direito dos (as) jovens. É nesta perspectiva que são estabelecidos os seus objetivos (Incisos de I a IX), como por exemplo, auxiliar na elaboração das políticas públicas de juventude que promovam o amplo exercício dos direitos dos jovens estabelecidos no Estatuto da Juventude.

O Artigo 46, incisos I, II, III, IV e V do Estatuto, definem as atribuições dos Conselhos, cabendo-lhes encaminhar ao Ministério Público notícia de infração administrativa ou penal contra os direitos dos (as) jovens; encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência; expedir notificações; solicitar as informações necessárias das autoridades públicas; além de, prestar assessoria ao Poder Executivo local, no momento da elaboração dos planos, programas, projetos, ações e a proposta orçamentária dos gestores para as políticas públicas de juventude.

A Lei nº 12.852/2013 que garante esse conjunto de direitos, historicamente negados aos jovens, foi vista como um instrumento legal na luta pelos direitos plenos da juventude e sua inclusão social. Portanto, o Estatuto da Juventude, enquanto política pública de inclusão, garante aos jovens a plenitude de direitos e não apenas alguns direitos. Ciconello (2014, p.104), ao falar de direitos na área da assistência social, lembra que “há uma interdependência, ou seja, os direitos são indivisíveis. Não se pode dividir um direito. E isso engloba um amplo aspecto de direitos civis de liberdade, de vida, de direitos políticos, econômicos, sociais, culturais, sexuais, reprodutivos e de direitos ambientais”. Assim, a concepção de jovem enquanto sujeito de direitos plenos é a que prevalece no Estatuto da Juventude.

No campo da Educação Profissional, a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, instituiu o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). No rol das políticas de inclusão do Governo Dilma, o programa tinha como finalidade ampliar a oferta de Educação Profissional e Tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira, a serem executados pela União.

A Lei nº 12.513/2011, em seu Art.1º, § único, definiu como principais objetivos do Pronatec: a expansão, a interiorização e a democratização da oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e à distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; a fomentação e o apoio da expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica; a contribuição para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional; a ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional; a estimulação da difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica (BRASIL, 2011).

Outra legislação importante no processo de combate à exclusão social é o Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, que instituiu o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, como estratégia de política pública para a efetivação do direito à educação de jovens e adultos.

Conforme as diretrizes do PROEJA, o programa abrange os cursos de formação profissional inicial e continuada de trabalhadores e a educação profissional técnica de nível médio, devendo considerar as características dos (as) jovens atendidos (as). De acordo com

as informações<sup>2</sup> do Ministério da Educação – MEC, a ampliação e a oferta de Educação Profissional Tecnológica (EPT) articulada à Educação Básica constitui um grande desafio a ser superado, e faz parte das metas do Plano Nacional de Educação do decênio de 2014 a 2024.

Nesta sucinta apresentação sobre a legislação em vigor promotora de políticas públicas de inclusão da juventude, não deixaríamos de enfatizar a Lei nº 10.748, de 22 de outubro de 2003. Essa lei instituiu o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens – PNPE, vinculando as ações dirigidas à promoção de inserção de jovens no mercado de trabalho e sua escolarização ao fortalecimento da participação da sociedade no processo de formulação de políticas e ações de geração de trabalho e renda (BRASIL, 2003).

Ressaltamos que, em conformidade com as consultas realizadas, atualmente às leis e decretos sobre as políticas de inclusão no Brasil são bastante abrangentes. Assim, optamos por mencionar neste trabalho, parte da legislação que versa diretamente sobre a política de inclusão social da juventude, sua formação profissional e sua inserção no mundo do trabalho.

## **1.2 Concepções de trabalho na sociedade: um trajeto histórico**

Para Marx (2013), o trabalho é uma atividade inerente a existência humana. Esse acontece em um processo em que participam o homem e a natureza. O ser humano, por meio de suas próprias forças, regula, impulsiona e controla o seu metabolismo com a natureza. Diante desta, o homem coloca todas as suas forças corpóreas, para transformá-la e utilizá-la de maneira útil em prol de sua própria vida. No decorrer da história, as concepções de trabalho sempre estiveram ligadas ideologicamente aos interesses das classes dominantes. Assim sendo, o trabalho pôde ser visto historicamente de forma positiva ou negativa, conforme os interesses ideológicos vigentes em cada sociedade (CARMO, 1992).

Para Rohm e Lopes (2015), no início das civilizações, a principal finalidade do trabalho era a sobrevivência. As atividades laborais restringiam-se à caça, à pesca e à coleta de frutas. Naquele momento, havia uma divisão biológica do trabalho, pois não havia necessidade de grandes escolhas, afinal buscava-se tudo na natureza. Ao homem cabia-lhe as tarefas que necessitavam de maior esforço físico e, às mulheres as atividades de menor força física.

---

<sup>2</sup> Informações mais detalhadas sobre as ações e finalidades do PROEJA, podemos encontrar no endereço eletrônico: [portal.mec.gov.br/proeja](http://portal.mec.gov.br/proeja)

Segundo Saviani (2007), nas sociedades primitivas, os homens apropriavam-se de forma coletiva dos meios de produção. No modo de produção comunal ou comunismo primitivo, tudo era feito em comum, não havia divisão de classes e a terra era vista como um bem coletivo. Neste tipo de sociedade, o trabalho estava diretamente ligado a concepção de sobrevivência e produção da existência humana, contudo com o surgimento da propriedade privada e, o conseqüente aparecimento da classe dos proprietários e não proprietários, surgiu a divisão social do trabalho. Esse novo contexto social possibilitou aos proprietários viverem sem trabalhar, usufruindo do trabalho alheio dos não proprietários.

Conforme Carmo (1992), o mundo antigo nunca tratou o trabalho de forma digna. A aversão a atividade laboral era uma forte característica dos egípcios, persas e gregos. Por exemplo, na Grécia, ao escravo era reservado os trabalhos necessários à manutenção da cidade e os trabalhos agrícolas, considerados como atividades mais pesadas e humildes, ao passo que, as prerrogativas políticas eram reservadas aos homens considerados cidadãos. Estes ficavam com o tempo totalmente livre para exercerem a sua cidadania, pois na mentalidade grega, a nenhum cidadão era permitido exercer atividades ligadas às artes manuais.

Naturalmente, os gregos viam o trabalho como uma atividade menor e, assim, justificavam a escravidão como uma forma de manter a justiça e o equilíbrio social. Outras atividades importantes para a economia grega, como o artesanato e o comércio, eram realizadas por estrangeiros, mas nunca pelo cidadão grego. Carmo (1992, p. 18) acredita que a noção de trabalho para os gregos estava vinculada à:

[...] rotina da utilização das mãos em contato com utensílios rudimentares, sem técnica e criatividade. Muitos defendem que o descaso dos gregos pelo trabalho não se coloca por ser ele manual ou degradante, mas pela sua simplificação, por dispensar qualquer qualificação e por suas atividades monótonas e jornadas de longa duração. O escritor grego Xenofontes, discípulo de Sócrates, dizia que a rudeza de alguns trabalhos manuais causava danos físicos aos operadores, provocando muitas vezes uma fraqueza do corpo que conduzia à fraqueza da mente. Sendo assim, considerava-se um absurdo haver quem fizesse do trabalho uma atividade em si mesma.

Com o declínio das civilizações antigas, em função do aumento da escravidão e do alto custo de manutenção de um exército preparado para reprimir as constantes rebeliões promovidas pelos escravos, formou-se uma nova sociedade baseada em relações servis em que a terra era a condição de liberdade e poder. Carmo (1992, p. 22) considera que “não há evidências, nesse período, de que existisse exaltação do trabalho”. Na verdade, diz o autor,

se existisse alguma exaltação era apenas no sentido disciplinar, isto é, uma forma de ocupação dos servos, e não como uma atividade comum a todos os membros que compunham a sociedade feudal.

Fossier (2019), ao escrever sobre a idade média, mostra que durante esse período, a igreja católica pregava a “santa ociosidade”, pois esta permitia que os homens se aproximassem de Deus, uma vez que, por meio do ócio se realizava a meditação e a prece. Todavia, o autor ressalta que a ociosidade é restrita a uma minoria ínfima, para a grande massa de excluídos e miseráveis, o trabalho forçado e não pago, era pregado como uma forma de obediência divina e de se obter a salvação. Portanto, ao lado de um certo valor positivo à ociosidade, da qual nobres e altos clérigos gozavam, existia de forma concomitante uma concepção moralizante do trabalho. Nessa, o trabalho era visto como algo benéfico para a mente, pois nada melhor para o ser humano de que o trabalho manual até o esgotamento de suas forças para vencer os desejos carnis e o pecado.

Segundo Rohm e Lopes (2015), à medida em que se aproxima o fim da idade média e fortalecimento da burguesia, surge uma nova concepção de trabalho inspirada nos ideais do protestantismo. Agora o trabalho passa a ser visto pela classe dominante como virtuoso, também capaz de proporcionar à salvação. Lembra, que nesse momento o artesão era o proprietário de seus instrumentos de trabalho e tinha o domínio de seu ofício. Assim, ele conhecia todas as etapas que gerava o produto de sua produção. Porém, com a Revolução industrial, no final do século XVIII, o artesão perde os seus meios de produção, e aos poucos, a força do trabalho manual vai sendo substituída pelas máquinas, começa então uma nova forma de pensar e organizar o sistema produtivo.

Diante da ética protestante que cimentava o modo de produção capitalista, o trabalho passa a ser visto pela burguesia como o elemento fomentador da economia e da geração de riquezas. Carmo (1992), ressalta que o protestantismo condenava o acúmulo de bens e o que dele resultava como a ociosidade e os desejos carnis. A recusa ao luxo e a preocupação com a produtividade influenciaram o espírito do homem capitalista. Assim, o trabalho passou a ser vislumbrado como a melhor oração e através dele Deus elege os “escolhidos” para entrar no reino dos céus.

Carmo (1992), acrescenta ainda que, essa ética influenciou a mentalidade do colono americano. Ele faz observações sobre as frases de efeito contidas no discurso Benjamin Franklin (1706-1790). Vejamos:

[...] Em seus escritos encontramos a afirmação de que ‘tempo é dinheiro’; aquele que vai vadiar perde duplamente, pois além de deixar de ganhar dinheiro, ainda gasta. Afirma também que terá crédito aquele trabalhador que faz ecoar o som do martelo às cinco da manhã, ou às oito da noite. Toda hora desperdiçada redonda em uma perda de tempo que poderia ser empregado no trabalho, assegurando, assim, a glorificação divina. Conformer-se em ser pobre era reprovável, pois equivaleria a querer ser indolente, um desafio à glória de Deus. [...] dessa forma a acumulação do capital passa a ser um fim em si mesma e, sobretudo, um dever do indivíduo (CARMO, 1992, p. 27)

O problema que a minoria detinha os bens e a riqueza produzida, ao passo que a grande maioria compunha a massa de trabalhadores e desempregados que possuíam apenas a sua força de trabalho. Estes eram explorados e tratados pelos patrões de forma desumana, inclusive mulheres e crianças que tinham longas jornadas de trabalho nas fábricas. Obviamente que, para os donos dos meios de produção, ou seja, os burgueses, as condições precárias de trabalho eram normais. Por outro lado, as lições morais da igreja funcionavam como antídoto para àqueles descontentes com a exploração do trabalho e com a nova ordem social e econômica (CARMO, 1992).

Para Frigotto e Ciavatta (2006), com a afirmação da sociedade capitalista, a concepção de trabalho rompeu com a escravidão e buscou uma nova ressignificação do trabalho, passando de uma conotação, até então negativa, para uma conotação positiva de trabalho. Contudo, essa positividade, afirmam os autores (2006, p. 58-59), exercem uma dupla força:

de embate contra as relações sociais e de produção dos modos de produção pré-capitalistas, sobretudo o feudal, e de afirmação daquilo que é o *nec plus ultra* da forma especificamente capitalista de produção: extrair o máximo de trabalho não pago ou a mais-valia absoluta, relativa ou ambas combinadas” (grifo dos autores).

Ao longo do tempo, o capitalismo fora se metamorfoseando e aperfeiçoando as formas de aumentar a produtividade, o lucro e a exploração dos trabalhadores. De acordo com Antunes (2005), a partir dos anos 80, em função do grande avanço tecnológico, a produção em série e de massa, inspiradas no taylorismo e no fordismo, foi cedendo lugar para novos processos de produtividade, como é o caso do modelo japonês conhecido como Toyotismo. Este exige uma mão de obra flexível, adaptável à lógica do mercado global. Para o autor, na medida em que o Toyotismo vai se globalizando, a classe trabalhadora sofre perdas irreparáveis.

As formas transitórias de produção e a desconcentração industrial provocam a desregulamentação dos direitos do trabalho. Todavia, sobre o discurso da “gestão participativa” e da busca da “qualidade total”, verifica-se que o despotismo taylorista diminui ou mescla-se dentro da empresa. Aos poucos, a forma de controle taylorista/fordista, vai sendo substituída pelo envolvimento manipulatório, próprio da sociabilidade moldada contemporaneamente pelo novo processo produtor de mercadorias (ANTUNES, 2005).

Seguindo o raciocínio do autor ora citado, o capitalismo em sua fase atual, para promover o acúmulo de capital tem intensificado a taxa de utilização decrescente dos produtos, contrariando com isso, um dos princípios da empresa contemporânea que é a qualidade total das mercadorias. Para que isso ocorra, há um alto investimento na aparência dos produtos, o que não ocorre com a sua durabilidade, pois para reduzir o tempo entre a produção e o consumo, as empresas investem no supérfluo e destrói o valor de uso das mercadorias. Por trás da propalada gestão participativa dos trabalhadores na empresa, o toyotismo, de forma mais intensa, destrói também a força humana de trabalho, por meio da liofilização organizacional materializada pela modelo empresa enxuta (ANTUNES, 2009).

A liofilização organizacional da fábrica toyotista e do trabalho, apoia-se na retórica manipuladora do envolvimento participativo dos operários no chão da fábrica, traduzida nas chamadas células de produção, na polivalência, no trabalho multifuncional e qualificado. Porém, por trás do discurso falacioso de “empresa enxuta” e reorganização do trabalho do está a sua real finalidade que é:

a intensificação das condições de exploração da força de trabalho, reduzindo muito ou eliminando tanto o trabalho improdutivo, que não cria valor, quanto suas formas assemelhadas, especialmente as atividades de manutenção, acompanhamento, e inspeção de qualidade, funções que passaram a ser diretamente incorporadas ao trabalhador *produtivo* [...] Se no apogeu do taylorismo/fordismo a pujança de uma empresa mensurava-se pelo número de operários que nela exerciam a sua atividade de trabalho, pode-se dizer que na era da acumulação flexível e da ‘empresa enxuta’ merecem destaque, e são citados como exemplos a serem seguidos, aquelas empresas que dispõem de menor contingente de força de trabalho e que apesar disso têm maiores índices de produtividade (ANTUNES, 2009, p. 54-55, grifos do autor).

O resultado dessa reorganização do trabalho na pós-modernidade, conduzido pela flexibilidade do capital, tornou o trabalho um processo ainda mais deformado e precarizado, com o aumento do desemprego e, o conseqüente, aumento da exclusão da trabalhadora, que a cada dia ver a sua força de trabalho transformada em uma mercadoria cada vez mais barata (ANTUNES, 2005). Isso significa que, o trabalho que deveria ser visto pelo trabalhador como

uma forma de completude e autorrealização humana, acaba sendo visto como uma atividade humana compulsória e, tão somente, como um meio de subsistência.

Parafraseando Saviani (2007), encerramos esta seção, acreditando que a realidade social é marcada historicamente pela contradição e pela desigualdade de classes, e que esta não é um processo natural. No decorrer das diferentes épocas econômicas, enquanto escravos, servos e empregados trabalham arduamente para sobreviver, os demais sobrevivem da exploração do trabalho alheio.

Assim, aqueles que ao longo da história possuem apenas a sua força de trabalho para sobreviver acabam concebendo o trabalho em sua dimensão negativa. O autor ressalta que, o trabalho é parte crucial da vida humana e, assim sendo, também deve ser compreendido em sua dimensão educativa, uma vez que o homem não nasce homem, ele torna-se homem, e processo de sua formação é eminentemente educativo.

### **1.2.1 Trabalho como princípio educativo**

Entender o trabalho como um princípio educativo, não é algo fácil para a classe trabalhadora. Na visão de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), para quem vive da venda da sua força de trabalho e sofre as agruras do desemprego, dos baixos salários e das condições precárias em que se realizam diversos trabalhos, pois muitas vezes ele ocorre sem oportunidade de escolhas, o referido tema é algo de difícil compreensão. Para o autor e as autoras, as bases do sentido educativo do trabalho encontram-se na visão marxiana de trabalho enquanto fonte de toda produtividade e reprodução da vida humana.

Segundo Lukács (2018), a teleologia do trabalho em Marx compõe uma característica exclusiva do ser social, isso significa que as ações humanas que se materializam através do trabalho possuem uma intencionalidade, uma finalidade, e isso marca a grande diferença entre o homem e os outros animais. Para Marx (2013), o trabalho existe sob uma forma exclusivamente humana. De maneira categórica, ele afirma que uma aranha produz teias semelhantes às de um tecelão, e que uma abelha supera mais de um arquiteto na medida em que ela própria constrói a sua colmeia.

Contudo, para o fundador do materialismo histórico dialético, não existe liberdade na natureza, por isso, afirma Marx (2013, p. 2012): “[...] o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo de trabalho aparece um resultado que já existia idealmente na imaginação

do trabalhador”. Portanto, diferente da aranha e da abelha que apenas que apenas imprimem força animal sobre o material, o qual opera, por isso sempre irão construir a teia e colmeia da mesma forma eternamente, ao contrário, o homem imprime sobre a matéria, o projeto que antes tinha idealizado. Assim, todo o processo de seu trabalho e o produto gerado automaticamente desse processo é subordinado a sua vontade.

Ao perceber o grande salto que Marx dar sobre a composição ontológica do ser social, colocando o trabalho como a categoria principal de sua formação, Lukács (2018) observa que o trabalho promove uma dupla transformação, tanto do próprio homem quanto da natureza. O homem ao transformar a natureza exterior, por meio do trabalho, transforma a si mesmo, ou seja, a sua própria natureza, e dessa forma desenvolve todo o potencial que nela existe ocultamente. Por outro lado, os objetos e as forças naturais se transformam em meios de trabalho, objetos de trabalho e matéria-prima que se transformam em produtos úteis para o ser humano em função de seu valor de uso.

Então, diante da compreensão do ser social e sua complexidade, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) entendem que o trabalho enquanto princípio educativo vincula-se a própria forma de ser do ser humano, uma que esse é parte integrante da natureza, e ao transformá-la por meio do trabalho em produtos com valores de uso para garantir e transformar a vida, torna-o também educativo, uma vez que “trabalho e educação são atividades especificamente humanas. Isso significa que, rigorosamente falando, apenas o ser humano trabalha e educa” (SAVIANE, 2007, p. 152).

Mas, de forma específica, o que se entende por trabalho como princípio educativo? Ramos (2008) é enfática ao afirmar que trabalho não é emprego, ação produtiva voltada exclusivamente para o campo econômico. Na ótica da autora, trabalho significa produção, criação e realização humana, por isso se diz que o trabalho é educativo. Rohm e Lopes (2015, p. 336) acrescentam que: “Do mais simples ao mais complexo trabalho, pelo corpo humano [...] criamos o mundo à nossa volta e participamos, conscientes ou não, de um movimento social que tanto conserva e regenera quanto muda a realidade”.

Vendo-o dessa forma, Ramos (2008) acredita que o trabalho permite ao ser humano compreender as relações de produção geradoras das riquezas materiais, bem como refletir sobre a sua realidade e reanimar suas forças na luta pela melhoria das condições de trabalho e igualdade.

Para Frigotto (2001), o trabalho constitui-se num dever e num direito inalienável, uma vez que ele faz parte da vida humana, dessa forma, todos deveriam usufruir dos bens materiais, culturais e espirituais produzidos pelo trabalho. Em sua visão, é diante dessa

especificidade que podemos falar em dimensão educativa do trabalho, uma vez que, todos os seres humanos, precisam do trabalho para garantir a sua sobrevivência e produzir a sua essência, daí que desde a infância todos devem aprender o valor e os sentidos do trabalho.

Trata-se de apreender que o ser humano enquanto ser da natureza necessita elaborar a natureza, transformá-la, pelo trabalho, em bens úteis para satisfazer as suas necessidades vitais, biológicas, sociais, culturais, etc. Mas é também um direito, pois é por ele que pode recriar, reproduzir permanentemente sua existência humana. Impedir o direito ao trabalho, mesmo em sua forma de trabalho alienado sob o capitalismo, é uma violência contra a possibilidade de produzir minimamente a vida própria e, quando é o caso, dos filhos (FRIGOTTO, 2001, p. 74).

Saviani (1989), ao examinar a relação existente entre trabalho e educação, afirma que o trabalho como princípio educativo possui três sentidos articulados ente si. O primeiro é responsável por determinar o modo de ser da educação em seu conjunto, em função do grau do desenvolvimento social atingido no decorrer da história, dessa forma entende-se que em cada modo de produção havia uma forma distinta e dominante de educação. O segundo sentido resulta das exigências específicas que o processo educativo requer, face a participação direta de todos os envolvidos no trabalho socialmente produtivo. Por fim, o autor apresenta o terceiro sentido do trabalho enquanto princípio educativo à medida que determina o trabalho pedagógico como um fazer específico e diferenciado de trabalho.

Frigotto, Ciavatta e Ramos (*op. cit*) ressaltam a importância de compreender o trabalho em sua dimensão pedagógica, mas alertam para não reduzi-lo a ideia do “aprender fazendo”, pois o trabalho enquanto princípio educativo é marcado, em sua dimensão mais profunda, pela sua compreensão ontológica e ético-política, ou seja, ontologicamente o trabalho é visto como uma atividade inerente ao ser humano e, no campo da ética e da política é vislumbrado como um direito e como um dever de todos os seres humanos.

Na perspectiva de Pacheco (2012) o trabalho como princípio educativo, não é o simples corolário escolanovista do “aprender fazendo”, mas do aprender para vida e para o mundo. Assim, ele propõe a junção do trabalho, ciência, tecnologia e cultura, no ato educativo. Explica que o trabalho é a forma de se produzir conhecimento e cultura. A ciência é a parcela sistematizada do conhecimento, na qual os fenômenos naturais e sociais são organizados em conceitos representativos de dada realidade. Por sua vez, a cultura é entendida como um processo de produção de símbolos, representações e significados. Essa resulta do tecido das relações sociais, estabelecendo as normas de comportamento e, ao

mesmo tempo, mostra a expressão política e ideológica de uma determinada sociedade. É neste sentido que se afirma que:

Compreender a relação indissociável entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura significa entender o trabalho como princípio educativo, o que não significa *aprender fazendo*, nem é sinônimo de formar para o exercício do trabalho. Considerar o trabalho princípio educativo equivale a dizer que o ser humano é produtor de sua realidade e, por isso, apropria-se dela e pode transformá-la. Equivale a dizer, ainda, que somos sujeitos de nossa história e de nossa realidade. Em síntese, *o trabalho é a primeira mediação entre o homem e a realidade material e social* (PACHECO, 2012, p. 67, grifo do autor).

Ao integrar, trabalho, ciência, tecnologia e cultura, Pacheco (2012) mostra que o trabalho enquanto princípio educativo deve estar presente nos processos de formação humana, opondo-se a projetos governamentais e institucionais acríticos, a currículos e conteúdos adestradores e fragmentados. Neste sentido, o autor (2012) compreende que a concepção de trabalho como princípio educativo é a base para a organização e o desenvolvimento curricular em seus objetivos conteúdos e métodos. Portanto, a presença da concepção de trabalho como princípio educativo nos processos de formação humana é essencial para dar às mulheres e aos homens uma formação que o leve a compreender as inúmeras relações de poder existentes na sociedade, principalmente na relação capital e trabalho.

### **1.2.2 A formação humana integral**

Para Ramos (2004), pensar em um processo de formação humana integral é necessário, antes de tudo, romper com a visão laboral e reducionista de trabalho enquanto empregabilidade. Nesse sentido, no campo da formação profissional, Frigotto e Ciavatta (2006), avaliam que, se queremos formar cidadãos produtivos para atender apenas ao mercado de trabalho, a concepção laboral de trabalho deverá prevalecer nos processos formativos. Mas, se queremos formar cidadãos emancipados, capazes de exercer a cidadania plena e a sua liberdade, a concepção ontológica de trabalho enquanto princípio educativo que promove o desenvolvimento de todas as dimensões do ser humano, deverá se tornar hegemônica.

Manfredi (2002) observa que no decorrer da história a formação dos trabalhadores, sempre esteve ligada a concepções bem distintas de educação e formação profissional. De

um lado, aquelas ligadas a racionalidade técnica-industrial, voltadas para a satisfação do sistema produtivo e do modelo econômico vigente atualmente no Brasil. De outro, estão as concepções que atendem aos princípios de uma educação tecnológica que promovem uma formação ampla e integral dos sujeitos. Essa dualidade nos modelos de educação e concepção de formação profissional estão ligadas diretamente ao significado histórico que se deu às palavras técnica e tecnológica.

Com base em Silveira (2007), contextualizamos o uso dos termos técnica e tecnológica inseridos na intencionalidade das políticas governamentais para a formação dos trabalhadores a partir de meados dos anos 60. A autora descreve que, durante o regime militar, o Brasil viveu o chamado “milagre econômico” e, entre outras prioridades daquele momento, estava a formação de mão de obra para atender o mercado de trabalho. Com o apoio do Governo Norte Americano, a idealização da Educação Profissional foi gestada nos gabinetes dos tecnocratas (brasileiros e norte-americanos) através do convênio MEC – USAID, com o objetivo de gerar força de trabalho para servir ao capital produtivo sobre as bases de uma educação tecnicista.

O tecnicismo, claro, estava a serviço da burguesia nacional e internacional, assim sendo, suas bases teóricas e seu currículo serviram para justificar a divisão e a exploração do trabalho. Para Silveira (2007), a formação técnica do trabalhador aumentou o fosso entre trabalho manual e trabalho intelectual, teoria e prática, trabalho e ciência. Somente com o processo de redemocratização do país é que se voltou a articular nas escolas e nos centros de educação profissional uma educação tecnológica voltada para a formação humana integral. Essa, por sua vez, visava a superação de uma formação meramente técnica, mas aliada à técnica, propunha-se uma sólida formação de base científica e humana.

Durães, em seu artigo denominado “Educação Técnica e Educação Tecnológica, Múltiplos Significados no Contexto da Educação Profissional”, dá detalhes do que considera resultante de uma educação técnica e de uma educação tecnológica. Para a autora,

[...] educação técnica é aquela que corresponde a uma formação restrita, em que o aluno é capacitado para executar tarefas, aprender técnicas de um dado ofício e/ou de uma profissão, manusear máquinas e equipamentos e, quando muito, conhecer os direitos e os deveres que o mundo do trabalho atribui ao trabalhador. Já a educação tecnológica se preocuparia em proporcionar ao aluno uma formação ampla e integral. Ela objetivaria formar um sujeito capaz de lidar com a tecnologia e a ciência atuais, envolvendo aprendizado e reflexão sobre suas aplicações, fundamentos e desenvolvimento. Além disso, a educação tecnológica também se preocuparia com a formação integral do cidadão, gerando nele uma capacidade de tomada de decisões; uso de raciocínio crítico frente às questões políticas, humanas e sociais do mundo em que está inserido (DURÃES, 2009, p. 169)

Observa-se que Durães, ao deixar claro que somente uma educação tecnológica poderá proporcionar a formação mais completa para os filhos dos trabalhadores, considera importante que a esse tipo de educação se relacione outros conceitos educacionais que possuem os mesmos objetivos. Logo, acredita ser importante o entendimento de conceitos como escola unitária e politecnia.

A ideia de escola unitária é inspirada no pensamento gramsciano. Conforme Nascimento e Sbardelotto (2008), Gramsci ao propor uma escola “comum, única e desinteressada” para todos na Itália, ele estava se contrapondo a escola tradicional e elitista de sua época. A sua principal crítica assentava-se no fato da escola italiana ser dividida em clássica e profissional, mantendo um sistema dualista em que a primeira era destinada aos filhos das elites e, a segunda, destinada aos filhos dos trabalhadores. Nesse sistema distinguia-se de forma precoce a formação profissional da formação geral, intelectual e humanista.

Considerando que as palavras exercem amplos significados, conforme determinados contextos, Nascimento e Sbardelotto (2008) fazem questão de explicar o significado das palavras “comum”, “única” e “desinteressada”, na concepção de Gramsci. A finalidade dessa explicação é evidenciar com clareza a proposta de escola unitária. Dessa forma afirmam que:

O adjetivo ‘comum’ não significa que a escola para Gramsci deveria ser simples. Não. O termo ‘comum’ quer dizer que a escola para Gramsci deveria ser comum à todos, ou seja, com oportunidade de acesso à todos. O termo ‘única’ está relacionado à ideia de uma escola não hierarquizada de acordo com as classes sociais mais ou menos favorecidas, mas sim escolas de todos os níveis de ensino que prepare de maneira igual os indivíduos às mesmas oportunidades profissionais. [...] A ideia de uma escola ‘desinteressada’ está ligada à uma concepção de educação que oportunize a absorção e assimilação pelo educando de todo o seu passado cultural, acumulado historicamente e que deu origem à sociedade em que o indivíduo está inserido (NASCIMENTO; SBARDELOTTO, p. 281).

Em suma, a escola unitária idealizada por Gramsci fundamenta-se na busca da emancipação humana e na construção da maturidade intelectual dos filhos da classe trabalhadora, com a finalidade de proporcionar a eles uma formação integral que os liberte das amarras da cultura burguesa e lhes possibilite às condições necessárias para que eles também possam se tornar um futuro governante da sociedade. Nessa perspectiva, a escola assenta-se no princípio educativo do trabalho, no sentido do que este é necessário para que o ser humano possa continuar produzindo e garantido a sua existência, e na valorização da

cultura proletária como uma forma contra hegemônica da cultura burguesa (NASCIMENTO; SBARDELOTTO, 2008).

Segundo Moura, Filho e Silva (2015), Marx ao tratar da educação da classe trabalhadora, estabelece que esta deve considerar os seguintes processos formativos: educação mental ou intelectual, educação física e instrução tecnológica. Quanto às atividades intelectuais, estas deveriam acabar a totalidade das ciências, pois com o domínio dos conhecimentos advindos da ciência e da tecnologia, o filho do trabalhador poderia elevar a sua consciência e coloca-se em nível de conhecimento acima dos que compõe a classes média e burguesa.

Em relação as atividades físicas, estas estariam envolvidas com a educação do corpo, sobretudo para compensar os efeitos nocivos produzidos pelo trabalho fabril, em que o trabalhador está sujeito à maquinaria, agressora do sistema nervoso e muscular do ser humano. Em relação à instrução tecnológica, essa compreenderia a dimensão responsável pela transmissão de todos os princípios gerais da produção. Esse processo formativo ficou conhecido na tradição marxiana com a designação de politecnicidade ou educação politécnica, a qual faz referência à formação integral do ser humano, ou seja, uma formação onilateral (MOURA, FILHO E SILVA, 2015).

Os autores explicam que, para Marx, os termos politecnicidade ou instrução politécnica fazem parte do conjunto da formação integral dos trabalhadores, logo, não são sinônimos dela. No entanto, é por meio da formação politécnica que se daria a formação intelectual, física e tecnológica, isso sugere que o conceito de politecnicidade envolve a ideia de formação humana integral. Marx defende a educação como formação humana integral para todos. Entretanto, ele tinha clareza de que “isso só seria possível em uma sociedade futura, com a superação da hegemonia burguesa” (MOURA, FILHO E SILVA, 2015, p. 1061).

Para Oliveira (2009), o sistema capitalista tem se reinventado constantemente para garantir no campo produtivo e no campo cultural, o processo de dominação da burguesia e a ideia de eliminação de uma sociedade sem classes. Por exemplo, atualmente é muito forte a tendência cultural em tornar definitivamente o trabalhador parte integrante da produção. Isso ocorre na medida em que o capital leva o trabalhador a se identificar com o seu local e a empresa em que trabalha. Além disso, o trabalhador passa a enxergar-se como o protagonista da produção, ele pensa que não precisa de intermediários, como os sindicatos, para relacionar-se com o capital. Segundo o autor, a nova estratégia do capital é a seguinte:

A fábrica, agora, não só produz, não só inventa, não só cria, como também tem sentimentos e coração. Tem alegria e felicidade. Para que sua satisfação e a felicidade possam existir, todos da equipe devem fazer a sua parte, dar um pouco de si: eu, meu amigo, meu camarada, meu patrão, ganharemos na medida em que objetivarmos garantir a satisfação e o retorno daqueles que estão à procura dos nossos serviços (OLIVEIRA, 2009, 151).

Observamos que são muitas as reinvenções e estratégias do capitalismo para manter a sua hegemonia enquanto sistema de produção. Shiroma (2005) mostra que até mesmo no campo da linguagem ocorreram mudanças significativas que continuam garantindo a hegemonia discursiva que envolve as diversas áreas no mundo capitalista. Na área da educação, a autora aponta que, nos anos 90, palavras como qualidade, produtividade, competitividade, eficiência, eficácia eram recorrentes no meio educacional, mas no final da década, esse viés puramente economicista deu uma guinada para um lado humanitarista, então passou-se a adotar na escola um novo vocabulário que incluía palavras como inclusão, flexibilidade, cidadania, equidade, segurança, etc. Podemos notar que a maioria são palavras importadas do campo semântico empresarial. Além disso, novos conceitos como o de desenvolvimento sustentável, justiça social, redes de cooperação e voluntarismo passaram a fazer parte do cotidiano escolar.

No conjunto de estratégias discursivas arranjadas pelos ideólogos do capitalismo, os conceitos e palavras ganham novos significados conforme os interesses do capital. De acordo com Shiroma,

[...] conceitos tais como coesão social, inclusão, aprender a aprender, cidadania e profissionalização não são novos; alguns foram buscados em autores de séculos passados. Nova parece ser a *bricolage*<sup>3</sup>, a forma com que são apresentados, como vêm sendo utilizados nos documentos que orientam as políticas públicas contemporâneas, ademais das condições históricas que lhe conferem este ou aquele sentido. [...] (2005, p.429 – grifo da autora).

Na visão de Shiroma (2005), os textos que orientam as reformas educacionais na América latina e no Brasil estão repletos de ideologias e valores da classe dominante, ou seja, da burguesia nacional e internacional. Assim, faz-se necessário compreender os contextos em que os documentos relativos às políticas educacionais são pensados, elaborados e divulgados buscando desvelar e compreender o que está nas entrelinhas dos discursos produzidos por organizações que representam a sociedade global como a ONU e a UNESCO e, ainda, das grandes corporações financeiras também orientadoras das políticas educacionais e de inclusão social, como é caso do BID e do Banco Mundial.

Diante do processo de reinvenção e dominação, cada vez mais sutil do modo capitalista, como nos mostrou anteriormente Shiroma (2005; 2011), inclusive no campo da linguagem, Oliveira questiona se é possível a existência da chamada escola politécnica ou unitária no seio de uma sociedade capitalista comprometida com a ideia de formação humana integral. Inicialmente essa possibilidade é refutada pelo autor, em função do domínio da lógica cultural do capitalismo, a qual está entranhada em todas as instituições, inclusive, na escola. “Os agentes existentes na escola, professores, funcionários e alunos, vivenciam uma cultura que não é instituída pela escola, mas eles próprios a instituem” (OLIVEIRA, 2009, p. 153).

Conforme o autor (2009), tanto na escola pública quanto na escola privada, a cultura dominante é a cultura influenciada pelo capital, que desvaloriza o trabalho manual e privilegia o trabalho intelectual, que mantêm a dicotomia entre teoria e prática e, ainda, utiliza práticas educativas que fortalecem o individualismo. Evidente que, a escola não é apenas uma extensão da sociedade, ela é a sociedade, marcada em seu bojo por muitas diferenças e contradições.

Dessa maneira, a escola não está apenas para repassar as ideologias da classe dominante, ela também é um espaço da cultura contra hegemônica, mas, Oliveira (2009, p. 154) enfatiza o fato de que “a cultura vivenciada na escola e nos outros espaços sociais são expressões do substrato cultural de uma sociedade marcada pelas desigualdades sociais”.

Para Oliveira (2009), diante das dificuldades enfrentadas no âmbito da educação formal para a implementação de projetos que superem o modelo hegemônico de educação e formação profissional no Brasil, às melhores notícias de realização de uma educação que almeja a formação humana integral da classe trabalhadora, tem vindo de fora da escola, como é o caso da educação sindical, desenvolvida pela Central Única dos Trabalhadores - CUT, pelo menos no que diz respeito às diretrizes presentes na documentação de seus projetos de qualificação.

Apesar desse olhar negativo, que leva Oliveira (2009) a refutar inicialmente a possibilidade da educação comprometida com a formação integral do ser humano, isso não significa que ele é contra a sua implementação e aos seus princípios. Ao contrário, ele pensa que projetos educativos inspirados em uma educação que desenvolva todas as dimensões do ser humano devem se fortalecer cada vez mais nas instituições de ensino, pois não podemos esperar que a sociedade capitalista mude primeiro para depois implementá-la, é justamente a teimosia de sua existência, aqui e agora, que irá contribuir para a transformação da sociedade.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Moura, Filho e Silva (2015), acreditam que a educação integral pública e de qualidade, baseada nos princípios da escola unitária, que comunga com a ideia de trabalho como princípio educativo e com a politecnicidade, deve ser fortalecida e defendida no contexto atual. No caso da educação escolar, defendem que o ensino médio integral seja a travessia rumo à conquista de uma educação comprometida com a formação humana integral que conduz à emancipação e à autonomia do ser humano. Contudo, reconhecem que a questão da formação humana é bastante complexa, pois a sua problemática não tem origem e nem fim no sistema educacional (MOURA, FILHO E SILVA, 2015).

## **2. INCLUSÃO E MUNDO DO TRABALHO**

Antes de expormos de forma específica sobre a inclusão dos jovens em risco social no mundo do trabalho, cabe realizar uma breve discussão sobre o conceito de inclusão. Para Camargo (2017), o conceito de inclusão vem sendo mal compreendido em função da interpretação dada pelo senso comum, ao limitá-lo apenas aos estudantes, público alvo da educação especial, e reduzi-lo apenas ao contexto educacional.

Na acepção de Camargo, a inclusão é um paradigma aplicável nos mais variáveis espaços físicos e simbólicos em que os grupos sociais tem suas características idiossincráticas reconhecidas e valorizadas. Para Lavorato e Mól (2016, p. 1115) “a inclusão é um conceito relacionado com diversas temáticas no sentido de ampliar a definição de desvantagem social, política, econômica e cultural, com a finalidade de quebrar barreiras e criar bens e serviços que supram às necessidades individuais”. Nesse sentido, amplia-se o conceito de inclusão que passa a defender os direitos à participação e o ingresso aos bens e serviços às populações que são socialmente e economicamente excluídas ou usufruem de forma muito pequena dos bens materiais, dos serviços educacionais, culturais, etc., por se encontrarem abaixo da média de acesso dos outros cidadãos.

Em um sentido ainda mais amplo, “[...] a inclusão social envolve também o estabelecimento de condições para que todos os habitantes do país possam viver com adequada qualidade de vida e como cidadãos plenos, dotados de conhecimentos, meios e mecanismos de participação política que os capacitem a agir de forma fundamentada e consciente” (MOREIRA, 2006, p. 11). No entanto, incluir socialmente as pessoas em todos os setores da vida social continua sendo um grande desafio no século XXI, pois de acordo com dados publicados pelas Organizações das Nações Unidas (ONU) por meio de seus

relatórios de desenvolvimento humano, grande parte da população mundial continua sem acesso aos bens e serviços que poderiam lhes proporcionar uma melhor qualidade de vida, uma vez que com o advento do sistema capitalista as desigualdades sociais atingem índices insustentáveis (PINHO, 2018).

A existência desse cenário assustador, marcado pela acumulação do capital em detrimento dos investimentos sociais, vem contribuindo para que milhares de jovens, principalmente, os das camadas menos favorecidas da sociedade brasileira e global estejam alijados dos seus direitos sociais, inclusive, do ingresso ao emprego (SOUZA; PAIVA, 2012). Assim, é impossível falar em inclusão da juventude em situação de risco social no mundo do trabalho, sem refletir sobre a atual fase econômica do capitalismo e o que se convencionou chamar de desemprego estrutural.

Conforme Antunes (2005), a crise do capitalismo, iniciada na década de 70 do século passado, provocou mudanças profundas no mundo do trabalho, entre elas a diminuição dos empregos formais e o aumento do trabalho informal, muitos realizados em condições precárias. Paralelo a isso, aumentou consideravelmente o trabalho feminino e se promoveu cada vez mais a exclusão das pessoas com idade superior a quarenta anos.

Dados divulgados, em 2019, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em conformidade com os dados realizados pelo IBGE que considera a amostra por domicílio, revelam que o desemprego continua elevado no Brasil. Considerando que a população economicamente ativa são 12,7 milhões de desempregados e, entre eles, os jovens com faixa etária de 18 a 24 anos são os que possuem a menor probabilidade de serem empregados formalmente e, também, são os que têm as maiores chances de serem demitidos (IPEA, 2019).

Segundo Alvarenga e Cavallini (2019), o mundo da informalidade tem aumentado cada vez mais, assim a sua taxa no mercado de trabalho, em 2019, superou o patamar de 41%, a maior desde 2016, quando o IBGE passou a investigar esse índice, assim de cada 10 (dez) trabalhadores ou empregados, 4 (quatro) estão atuando no mundo do trabalho informal. E é nesse mundo do trabalho informal que muitos jovens se encontram atualmente, principalmente os historicamente marginalizados como os negros, os pobres e os com baixa escolaridade. “[...] Assim, os índices de exclusão do trabalho decente devido ao desemprego e à informalidade se constitui em um novo indicador de exclusão social desses jovens, decorrente das desigualdades sociais características do modo de produção capitalista [...] (SOUZA; PAIVA, 2012, p.358).

Diante da alta taxa de desemprego e da complexidade do mundo do trabalho, como os governos e a sociedade civil organizada podem pensar e construir políticas públicas promotoras da inclusão de jovens em situação de vulnerabilidade social no mundo do trabalho? Miranda (2016) ao analisar a inclusão pelo viés do trabalho, compreende que uma das medidas necessárias é a promoção da capacitação, ou seja, os jovens devem ser qualificados profissionalmente para que ele possa torna-se incluso ao que a autora denomina de mercado de trabalho.

## **2.1 Inclusão e formação profissional**

Para Miranda (2016), a educação profissional, no Brasil, enquanto política de inclusão social, sempre esteve vinculada ao processo de desenvolvimento econômico do país. No contexto do século XX, o setor industrial se destacou diante das outras atividades econômicas, isso fez com que os programas governamentais de educação profissional fossem desenhados com a finalidade de atender à indústria e as demais áreas da esfera produtiva.

Zucchetti (2003) lembra que, nos anos 30, em meio à crise do modelo agroexportador e a crescente industrialização dos centros urbanos, a população e o próprio movimento operário engajaram-se na luta em prol da educação da classe trabalhadora, uma vez que era crescente o número de desempregados.

A esse respeito, Miranda (2016, p. 20) afirma que,

[...] a maioria dos jovens não tinham formação educacional que suprisse a necessidade do mercado de trabalho brasileiro, então, automatizado e industrializado, tornou-se necessário proporcionar uma educação mais direcionada para a nova realidade do mundo do trabalho que se expandiu, no Brasil. Projetos educacionais foram implementados com o intuito de capacitá-los para o exercício de atividades produtivas a partir de uma formação geral ou específica para atender às exigências de várias áreas profissionais do mercado [...].

Zucchetti (2003) explica que o contexto supramencionado levou ao início da organização do ensino público no Brasil e o ensino técnico profissionalizante começou a acontecer à nível médio com um período de longa duração, contudo a exigência do mercado de trabalho era urgente por mão de obra qualificada. Nasceu assim, em 1942, o Serviço de Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e, em 1946, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), ambos com a oferta de cursos de curta duração de

aprendizagem, especialização e aperfeiçoamento, em atenção à Lei Orgânica do Ensino Industrial<sup>3</sup>. A partir de então, a formação para o trabalho das classes populares, em especial para jovens, recaiu sobre instituições sociais, muitas vezes não governamentais, mantendo, por esse prisma, a noção de formação profissional e a inclusão no mundo do trabalho como política pública assistencial.

Berger Filho (1999), no final dos anos 90, já chamava à atenção para esse alinhamento da educação profissional com o mundo do trabalho. Conforme o seu pensamento, o agrupamento das atividades profissionais em áreas sempre se fez de forma arbitrária, haja vista que o critério adotado para a sua construção sempre ocorreu com base nas análises do processo de produção das diversas atividades do campo econômico e das competências, requeridas de acordo com a área de atuação de cada profissional.

Zucchetti (2003) também reconhece a existência desse vínculo histórico entre a educação profissional e as exigências do mundo do trabalho, resultante das políticas públicas compensatórias e assistencialistas, por isso acredita que é necessário se observar como se dá na sociedade atual o processo de educação profissional dos jovens adolescentes das classes populares. A autora avalia ser importante fazer reflexões sobre a capacidade da formação profissional atuar na perspectiva da manutenção de uma moral do trabalho, no sentido de que todos possam trabalhar, visando o bem comum, a promoção da vida e a produção de conhecimento. “Dessa forma, a formação profissional não é um espaço único do ensinar fazer, cada um por si, mas constitui-se num espaço de convivência dos opostos: socialização e sociabilidade, disciplinamento e subjetividades, hierarquia pragmática e encontro afetivo” (ZUCCHETTI, 2003, p. 111).

Pochmann (2012), ao analisar a conjuntura do mundo do trabalho atual, compreende ser necessário haver mudanças no sistema educacional de formação profissional. Vejamos:

Nos dias de hoje, a condição de trabalho pressupõe alteração profunda com o ciclo de vida e de estudo. Ao longo da vida moderna, as condições tradicionais de coesão social encontram-se fraturadas, com padrão familiar fortemente superado pelos arranjos monoparentais. A sociabilidade mecânica precisa ser ampliada por novas bases mais humanas e fraternas. [...] Na sociedade pós-industrial, o conhecimento torna-se estratégico na inserção e configuração das novas trajetórias ocupacionais portadoras de maior articulação da vida com o estudo e trabalho. Sobre o resgate da formação profissional não cabe partir da mera reprodução do

---

<sup>3</sup> Trata-se do Decreto Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942 que estabeleceu as bases de organização e de regime do ensino industrial, que é o ramo de ensino, de segundo grau, destinado à preparação profissional dos trabalhadores da indústria e das atividades artesanais, e ainda dos trabalhadores dos transportes, das comunicações e da pesca. (Redação do Art. 1º dada pelo Decreto Lei 8.680, de 1942)

passado, mas de sua reinvenção à organização da vida e trabalho em plano superior ao atualmente existente (p. 500).

Portanto, pensar a inclusão de jovens no mundo do trabalho, em especial, àqueles que se encontram em situação de risco social por meio de uma formação profissional requer a superação dos modelos educativos inspirados apenas na mera formação para o mercado de trabalho. Miranda (*op. cit.*) ressalta que a sociedade atual vem reconhecendo o jovem como um cidadão participativo, ou seja, um agente social de pleno direito, atendendo dessa forma o estabelecido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e pelo pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, que também apresenta reflexão importante às mudanças necessárias para as políticas públicas de formação profissional dos jovens.

A autora assevera ainda que a inclusão social do jovem pelo viés do trabalho requer um aprendizado que articule maior convivência com profissionais, valorize vivências e situações diversificadas no ambiente de trabalho; estimule ações para o exercício da cidadania. Enfim, a educação profissional deverá conduzir o jovem aos pilares estabelecidos pela UNESCO para a educação do século XXI, que é aprender a conhecer, a ser, a fazer e a conviver (MIRANDA, 2016).

### **2.1.1 Projetos de inclusão social e formação profissional**

A seguir, faremos uma abordagem sobre a temática em questão, à luz dos estudos e reflexões de teóricos preocupados com a situação da juventude brasileira, em especial, com aqueles que historicamente são alijados de seus direitos e colocados em situação de vulnerabilidade ou risco social.

Abramo (1997), tecendo considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil, mostra que a atenção da população, das academias, dos governos e das organizações não governamentais tem elevado o seu índice de crescimento. De acordo com a autora, existe uma grande preocupação da mídia em explorar temas relacionados a juventude, porém esta faz uma divisão sobre os assuntos relacionados aos jovens. Assim, quando são destinados determinados produtos ao próprio público jovem, a mídia explora temáticas relacionadas ao estilo de vida, música, moda e etc., porém quando se tratam de produtos destinados aos ‘adultos’, os temas explorados geralmente estão relacionados aos problemas como violência, drogas, exploração sexual, crimes e todo tipo de problemas. Para tanto, boa parte dos jovens acabam sendo marginalizados, principalmente aqueles que fazem parte das camadas

subalternas da sociedade, filhos e filhas de trabalhadores e trabalhadoras que vivem cotidianamente expostos a opressão.

Somente na primeira década do século XXI, os jovens passaram a ser pauta de preocupação das políticas públicas de juventude dos Governos Federal, Estadual e Municipal e, também, de organizações não governamentais, que passaram a ofertar programas com políticas específicas para os jovens em situação de risco social, contudo:

É necessário notar, porém, que em parte considerável desses programas, apesar das boas intenções neles contidos, o que se busca, explícita ou implicitamente, é uma contenção do risco real ou potencial desses garotos, pelo seu ‘afastamento das ruas’ ou pela ocupação de ‘suas mãos ociosas’. *Há alguns projetos preocupados com a questão da formação integral do adolescente, na qual se inclui a sua formação para a “cidadania”*, enfoque que vem ganhando corpo mais recentemente. A grosso modo, no entanto, pode-se dizer que a maior parte desses programas está centrado na busca de enfrentamento dos “problemas sociais” que afetam a juventude (cuja causa ou culpa se localiza na família, na sociedade ou no próprio jovem, dependendo do caso e da interpretação), mas, no fundo, tomando os jovens eles próprios como problemas sobre os quais é necessário intervir, para salvá-los e reintegrá-los à ordem social. (ABRAMO, 1997, p. 26, grifo nosso)

Como podemos observar nem sempre as políticas destinadas ao combate da exclusão social, podem de fato está comprometida com esta causa. Para Gonçalves (2011, p. 106), quando abordamos “o tema da vulnerabilidade social é sempre um desafio para todo educador e formulador de políticas, pois são grandes os riscos de sermos, (a) traídos pelo discurso da caridade [...]”. Uma vez incorporado esse discurso, nossa tendência é não reconhecer os jovens como protagonistas de suas próprias ações, ou seja, passamos a percebê-los como seres passivos, simples receptores de determinações hierarquizadas. Para esconder essas práticas opressivas, seja de forma consciente ou inconscientes, assumimos o discurso da generosidade, como mostra Freire (2015) em sua célebre obra “A Pedagogia do Oprimido”:

[...] Os opressores, falsamente generosos, têm necessidade, para que a sua ‘generosidade’ continue tendo oportunidade de realizar-se, da permanência da injustiça. A ‘ordem’ social injusta é a fonte geradora, permanente desta ‘generosidade’ que se nutre da morte, do desalento e da miséria\* [...] A falsa caridade, da qual decorre a mão estendida do ‘demitido da vida’, medroso e inseguro, esmagado e vencido. Mão estendida e tremula dos esfarrapados do mundo, dos ‘condenados da terra’. A grande generosidade está em lutar para que cada vez mais, estas mãos sejam de homens ou de povos, se estendam menos, em gestos de súplica. Súplica de humildes a poderosos. E se vão fazendo, cada vez mais, mãos humanas, que trabalhem e transformem o mundo [...] (FREIRE, 2015, p. 41).

Diante dos posicionamentos de Abramo (1997), Gonçalves (2011) e Freire (2015), podemos inferir que as políticas públicas destinadas ao combate da exclusão de jovens, como é o caso de projetos que oferecem formação profissional, devem ter claro em sua constituição de que lado estão politicamente, se do lado dos opressores ou dos oprimidos; se do lado da opressão ou da liberdade. Caso comprometidos com a liberdade humana, é possível manter acessa a chama da esperança de uma sociedade igualitária, construída e transformada pelo trabalho que é reconhecido e concebido em seu sentido histórico e ontológico.

Concernente à Educação Profissional no Brasil, Manfredi (2002) ressalta que esta nasce das preocupações governamentais com os jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade, porém a preocupação com o bem-estar físico, psíquico e social dos menores não existia, portanto, a formação profissional abarcava uma concepção de trabalho apenas para a sobrevivência.

Para Manfredi (2002, p. 76), “desde o período colonial, [...] o Estado envolvia o trabalho e a aprendizagem compulsória, ensinando ofícios aos menores dos setores mais pobres e excluídos da sociedade: os órfãos, os abandonados, os desvalidos [...]”. A autora revela que, por trás dessas ações estava uma concepção de trabalho que acredita que as atividades laborais servem apenas para garantir a sobrevivência humana e, na sociedade capitalista, restringe seu conceito somente a ideia de empregabilidade. Por conseguinte, a formação profissional estava restrita a formação de mão de obra para o mercado de trabalho.

Conforme Pacheco (2012), as perspectivas para a Educação Técnica de Nível Médio, as tensões entre os interesses governamentais e os interesses populares, representados pelos movimentos sociais, foram a marca dos anos 90.

De acordo com o autor, as políticas educacionais de trabalho e emprego promovidas pelos governos resultaram em um elevado número de cursos de curta duração, voltados para atender jovens e adultos de baixa escolaridade, em cursos de qualificação e requalificação profissional. Esses cursos eram dissociados da educação básica, o que acentuou o processo de exclusão da classe trabalhadora.

Essa visão de Educação Profissional atravessou séculos em nossa história, porém Manfredi (Id. Ibidem) enfatiza que a própria organização dos trabalhadores e a luta por uma sociedade democrática e igualitária abriram caminho para a discussão e a existência de uma Educação Profissional voltada para a formação integral do ser humano, isso se fez tanto a nível das políticas públicas governamentais quanto através de iniciativas populares, como é o caso das escolas do MST e do Projeto Axé, em Salvador, que iniciou em 1990.

As breves considerações sobre os projetos educativos do MST e sobre o projeto Axé remetem-nos a concepções singulares de educação, ainda que estas sejam portadoras de um substrato comum no que diz respeito à visão de formação profissional. Esta é entendida como uma dimensão importante e significativa de um processo global – a formação humana-, referendado por princípios éticos, políticos e culturais, e não se restringe à mera preparação de mão-de-obra para o ingresso, a manutenção e a reinserção no mercado de trabalho (MANFREDI, 2002, p. 238).

Um aspecto relevante apontado e refletido por Pacheco (*op. cit*) que caracteriza uma educação profissional humanizadora é a sua relação dialógica, muito presente nas iniciativas promovidas pelos movimentos sociais, logo, a dialogicidade, como prática pedagógica, também deve compor o norte das políticas públicas governamentais. Segundo Freire (2015, p. 116), “a educação autêntica [...] não se faz de A para B ou de A sobre B, mas de A com B, mediatizados pelo mundo [...]”, por meio do diálogo.

Para Araújo e Frigotto (2015), essas práticas pedagógicas fundamentadas no diálogo, na ética, na valorização da diversidade cultural, da ciência e da tecnologia, devem fazer parte do ensino integrado, em que a educação profissional possa cumprir com seus objetivos de emancipação social e promoção da autonomia dos sujeitos envolvidos, levando a uma sociedade igualitária onde todos tenham as mesmas oportunidades e possam usufruir das riquezas produzidas pelo trabalho.

Com base nas leituras dos autores pesquisados, compreendemos que a promoção da educação profissional enquanto política pública governamental, nem sempre esteve a serviço da inclusão, aliás historicamente, apenas serviu de reforço à exclusão de milhões de trabalhadores, por isso é de bom alvitre que todo e qualquer projeto voltado para a oferta de educação profissional que vise a inclusão de jovens ao mundo do trabalho, à vida social, política e cultural, esteja de fato comprometido com a formação humana integral e com as políticas e práticas de inclusão social.

### **3 METODOLOGIA**

Com o objetivo de demonstrar as concepções de trabalho e formação profissional presentes no Curso Técnico Profissionalizante de Marcenaria, no Projeto de Formação José Cornélio, e sua contribuição para a formação humana integral, foi realizada uma pesquisa qualitativa sob à orientação metodológica de um estudo de caso.

Conforme Chizzotti (2001), a pesquisa qualitativa é uma designação que abriga, em seu bojo, correntes de pesquisas que possuem pressupostos teóricos metodológicos contrários

aos modelos de pesquisas experimentais, uma vez que estes são defensores de um único padrão de pesquisas, tanto para as ciências naturais quanto para as ciências sociais. Considerando a afirmação de Chizzotti (2011), podemos inferir que entre os métodos de pesquisas consideradas qualitativas estão os estudos de caso. De acordo com Gil (2009) até um passado recente os estudos de caso foram tratados com desconfiança, contudo atualmente eles são um dos delineamentos mais praticados no âmbito das ciências humanas e sociais. Para Robert Yin,

O estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo (o ‘caso’) em profundidade e em seu contexto de mundo real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto puderem não ser claramente evidentes. [...] A investigação do estudo de caso enfrenta a situação tecnicamente diferenciada em que existirão muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados, e, como resultado conta com múltiplas fontes de evidência, com dados precisando convergir de maneira triangular, e como outro resultado beneficia-se do desenvolvimento anterior das proposições teóricas para orientar a coleta e a análise de dados ( 2015, p. 17 – 18).

Creswell (2010) lembra que, nos estudos de casos, os pesquisadores fazem a coleta de informações usando uma variedade de procedimentos de coleta de dados durante um determinado período de tempo. Assim, diante do que precede, a presente pesquisa foi conduzida por meio de pesquisa bibliográfica que terá como base obras de autores que já exploraram os conceitos que norteiam a presente pesquisa, com a finalidade de se construir um conjunto de conhecimentos críticos que possam oferecer sustentação teórica e prática em todas as suas fases. Segundo Gil (2010), a pesquisa bibliográfica é aquela organizada com base em materiais que já foram publicados. Isso inclui materiais impressos como livros, revistas e jornais, bem como, outros tipos de fontes, como as publicações disponíveis na internet. Para o autor,

praticamente toda pesquisa acadêmica requer em algum momento a realização de trabalho que pode ser caracterizado como pesquisa bibliográfica. Tanto é que, na maioria das teses e dissertações desenvolvidas atualmente, um capítulo ou uma seção é dedicada a revisão bibliográfica, que é elaborada com o propósito de fornecer fundamentação teórica ao trabalho, bem como a identificação do estágio atual do conhecimento referente ao tema (GIL, 2010, p. 29-30).

Com o intuito de explorar e compreender com profundidade as práticas educativas que envolvem o objeto pesquisado e as suas relações com o problema de pesquisa, além da revisão bibliográfica, faremos uma pesquisa de campo. Segundo Prestes (2005, p. 27), esse tipo de pesquisa é muito desenvolvida nas ciências sociais e a definiu como: [...] *aquela em*

*que o pesquisador, através de questionários, entrevistas, protocolos verbais, observações, etc... coleta seus dados, investigando os pesquisados no seu meio.* A pesquisa de campo objetivou compreender a dinâmica das atividades, as relações estabelecidas entre os participantes da pesquisa e todo o funcionamento do Curso Profissionalizante de Marcenaria a partir de um olhar interno do contexto.

### **3.1 Caracterização do local da pesquisa**

A coleta de dados foi realizada no Projeto de Formação Profissional José Cornélio dos Santos<sup>4</sup>. Esse projeto social é um espaço educativo de educação profissional não formal, criado no ano de 2007, durante a gestão do Prefeito Jaime Silva, no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Social – SEMDES, do Município de Óbidos, Estado do Pará.

A cidade de Óbidos está localizada à margem esquerda do Rio Amazonas na Região Oeste do Pará. Conhecida como a “Garganta do Rio Amazonas” ou “Fivela do Rio Amazonas”, é a parte mais estreita, porém a mais profunda do Rio Amazonas. Nesse trecho a largura do rio é de cerca de 1.890 metros em seu leito normal. A cidade está distante 1.100 quilômetros de Belém por via fluvial, em um trecho onde as margens daquele rio tornam-se mais estreitas e o seu canal mais profundo, formando, como se diz na região, a "Fivela do Rio Amazonas".

Óbidos foi fundada em 1697 pelo português Manoel da Mota Siqueira, que recebeu ordens expressas da Coroa Portuguesa para construir no local uma fortificação como forma de garantir a hegemonia portuguesa na região. No dia 02 de outubro de 1854, por meio de uma Lei Provincial, a Vila de Óbidos foi elevada à categoria de cidade. Atualmente, a cidade conta com uma população estimada pelo IBGE em 50.306 habitantes e possui belíssimas paisagens naturais como a Serra da Escama, o Lago Pauxis, o Rio Curucumbá e as praias da Vila do Curumú.

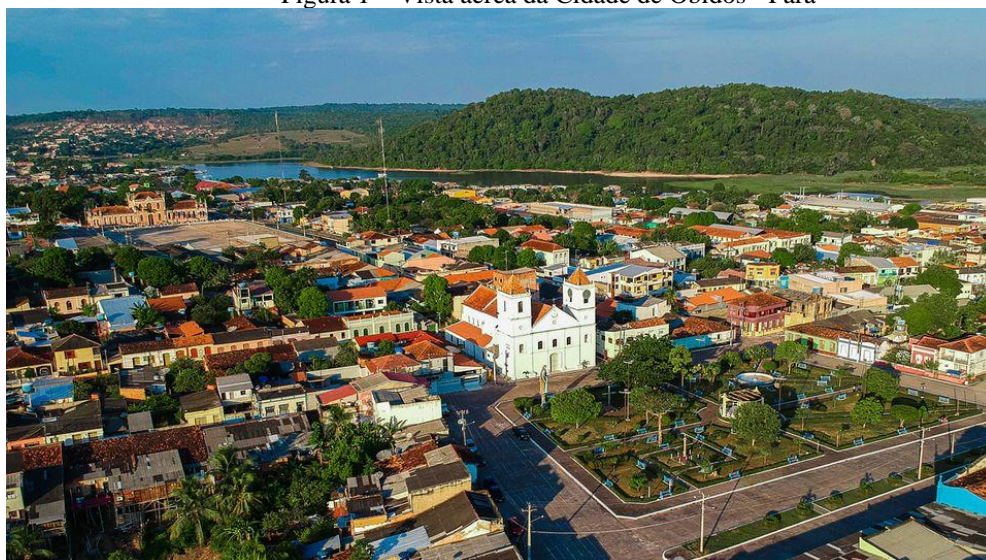
A cidade possui um riquíssimo patrimônio histórico, ainda que ao longo dos anos, muitos casarões tenham deixado de existir por falta de uma política pública eficiente de proteção do patrimônio arquitetônico da cidade. Ainda assim, muitas dessas construções resistem ao tempo como a Matriz de Sant’ana, cuja construção iniciou em 1786, e inaugurada em 1827, a qual visualizamos na foto a seguir. Existem outras belíssimas construções como

---

<sup>4</sup> As informações contidas na subseção 3.1 referentes ao Projeto de Formação Profissional José Cornélio foram retiradas da Lei Municipal 3.446/2007 e do Planejamento/2019, documento disponibilizado pela Coordenação do PFPJC.

o quartel “General Gurjão”, atualmente denominado de “Casa da Cultura”, o Museu Integral e o Bispado, além de seus casarios. Óbidos, já legou ao Brasil uma gama de filhos ilustres, entre eles destacamos o crítico literário José Veríssimo e o escritor naturalista Inglês de Souza.

Figura 1 – Vista aérea da Cidade de Óbidos - Pará



Fonte: Adrio Denner

Portanto, é nesta linda cidade, localizada no coração da Amazônia Brasileira que funciona o Projeto de Formação José Cornélio, que desde a sua fundação funciona em um prédio localizado à Rua Justo Chermont nº 1475, no bairro de Santa Terezinha. O imóvel é alugado à Prefeitura Municipal e conta com sala de coordenação, sala de exposição e venda de produtos confeccionados na marcenaria, espaço de recreação e refeição, banheiros, cozinha e a oficina de marcenaria. Todo o espaço onde funciona o Projeto, ocupa uma área de 450 m<sup>2</sup>, sendo que a maioria desse espaço, 300 m<sup>2</sup>, é ocupado somente pela oficina onde ficam as ferramentas e as máquinas utilizadas na aprendizagem.

Apesar do tamanho, a área do Projeto de Formação José Cornélio, ainda é considerada pequena para a realização de todas as atividades ofertadas pelo projeto, principalmente as desportivas que são realizadas na quadra de esporte de uma instituição parceira, que é o Mariano Futebol Clube. Atividades como as aulas de informática e inglês também acontecem em outros locais.

O projeto funciona com a oferta do curso profissionalizante de marcenaria, e atende anualmente uma clientela de 30 (trinta) jovens, sendo 15 (quinze) pelo turno da manhã e 15 (15) pelo turno da tarde. Sua finalidade é prover formação profissional inicial e continuada

aos jovens vulnerabilizados pela pobreza e exclusão social, bem como promovê-los ao mundo do trabalho através da preparação e da oferta de mão de obra ao município e a sua disponibilidade ao Sistema Nacional de Emprego – SINE.

A figura 2, mostra a seguir vista frontal do Projeto de Formação José Cornélio, o local da pesquisa.

Figura 2: Vista da parte frontal do prédio onde funciona o PFJC



Fonte: Arquivo do Pesquisador

O Projeto de Formação Profissional José Cornélio conta com o apoio dos profissionais do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, unidades públicas ligadas à Secretaria de Desenvolvimento Social que oferecem serviços sociais às pessoas em situação de risco social.

### **3.1.1 O curso de marcenaria do Projeto de Formação José Cornélio**

O Curso de Marcenaria funciona com duas turmas, uma pelo turno da manhã com 15 alunos e a outra pelo turno da tarde com o mesmo quantitativo docente. Possui a duração de no máximo um ano. Os (as) jovens participantes estudam em escolas regulares em turnos alternados, sendo que o registro e o ingresso desses (as) no Projeto de Formação José Cornélio é de responsabilidade da SEMDES, que leva em consideração os seguintes critérios de seleção: pertencer às famílias com renda per capita de até um salário mínimo; ter idade

entre 16 e 21 anos; estarem matriculados em instituições de ensino público; serem preferencialmente egressos de outros programas sociais, em cumprimento às medidas socioeducativas, liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade.

As aulas do curso de marcenaria são realizadas de forma teórica e prática. As aulas teóricas são desenvolvidas durante um período de dois meses, e são realizadas por meio da leitura e da discussão de conteúdos contidos em uma apostila que funciona como um manual de aprendizagem, denominada de “Aperfeiçoamento: marceneiro/moveleiro”. Essa apostila contém noções básicas de metrologia<sup>5</sup> e apresenta as partes que formam as diversas máquinas e ferramentas que são usadas no ramo da marcenaria e, claro, às instruções do seu modo de usar. É de praxe durante as aulas teóricas do curso de marcenaria, os jovens sentarem em torno de uma grande mesa. Depois, o instrutor indica os conteúdos de aprendizagem a serem trabalhados. Então, os jovens realizam de forma conjunta a leitura do assunto e depois o instrutor realiza os comentários e faz as intervenções necessárias.

Figura 3: Instrutor e alunos do PFJC vivenciando um momento de aula teórica



Fonte: Arquivo do PFJC – fotografia cedida pela coordenação do PFJC

Quanto às aulas práticas, estas são realizadas na oficina de marcenaria, momento em que os aprendizes tem contato direto com as seguintes máquinas: serra circular de bancada, plaina, desempenadeira, tupia, furadeira, lixadeira e torno. Após um período de observação

<sup>5</sup> A palavra metrologia vem do grego “metron” e “logos” e significa literalmente o estudo da medida.

que dura duas semanas, os alunos passam a lidar diretamente com a máquinas e começam a produzir determinados produtos, sempre ao olhar atento dos seus instrutores.

As aulas práticas acontecem duas vezes durante a semana, e são as atividades que mais os alunos gostam e se envolvem como demonstraremos durante a apresentação e análise dos dados. Na sequência, a fotografia destaca um instante em que uma aula prática é realizada e, dessa forma, o leitor poderá ter uma noção mais apurada da realidade.

Figura 4: Instrutor e alunos do PFJC vivenciando um momento de aula prática



Figura 4: Arquivo do PFJC – fotografia cedida pela coordenação do PFJC

Vale ressaltar que em torno do Curso Profissionalizante de Marcenaria são desenvolvidos outros minicursos e palestras que fazem parte da formação recebida pelos jovens no Projeto de Formação Profissional José Cornélio. Assim, os participantes do referido projeto social recebem palestras de profissionais das áreas de educação, saúde, segurança e assistência social como, por exemplo, a palestra sobre a importância dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI'S.

Conforme o planejamento de 2019, organizado pelos responsáveis do Projeto de Formação José Cornélio, as atividades iniciaram em abril com as aulas teóricas de marcenaria, e foram até o dia 19/12/2019, quando ocorreu a entrega dos certificados aos jovens que concluíram o curso. Nesse percurso, os jovens tiveram a oportunidade de vivenciarem várias experiências que contribuíram para uma formação mais geral e humana, como por exemplo, participaram de atividades envolvendo as comemorações da páscoa, do

dia das mães, do dia criança e do dia do natal, inclusive com a confecção e a entrega de brinquedos de madeira às crianças carentes dos bairros periféricos da cidade de Óbidos.

A seguir, a figura 5 mostra os jovens participando de um curso de primeiros socorros.

Figura 5: Instrutores e alunos do PFJC em um curso de primeiros socorros



Foto: Arquivo do PFJC – fotografia cedida pela coordenação do PFJC

De acordo com o planejamento das ações do ano de 2019, foram previstos os minicursos de “Motivação, Autoestima e Oralidade”, “Uso de Material Reciclável”, “Preparação de Currículo”, “Uso e Guarda de Alta de Documentos Pessoais”. Em anos anteriores, outros minicursos foram ofertados, nos quais houve até mesmo a participação da família dos alunos, como foi o caso dos minicursos de marchantaria e corte e costura, em que houve a participação das mães.

Apesar da diversidade de atividades proporcionada na formação dos (das) jovens participantes do Projeto de Formação Profissional José Cornélio, podemos afirmar que o carro chefe desse projeto é o Curso Profissionalizante de Marcenaria, em função da maioria absoluta da carga horária ser destinada na preparação teórica e prática do futuro marceneiro que, ao finalizá-lo, recebe um Certificado de Curso Profissionalizante de Marcenaria, assegurado pela Lei Municipal nº 3.446/2007.

Face a importância dada pela SEMDES à realização do Curso de Marcenaria, o qual no seu início conta com aula inaugural e finaliza com uma cerimônia pública de entrega de certificados, em que geralmente participam diversas autoridades da Cidade de Óbidos, inclusive, o Prefeito Municipal, acreditamos ser relevante estudar um curso ofertado pelo Município que se estabelece como ação pública estratégica à promoção da inclusão de jovens

em estado de risco social ao mundo do trabalho e à preparação para a vida. Afinal, no contexto atual da realidade brasileira, os que mais sofrem com a exclusão social são os jovens, vítimas da pobreza e da falta de oportunidades, até mesmo em razão da carência de políticas públicas eficientes e eficazes destinadas à juventude.

### **3.1.2 Os participantes da pesquisa**

O universo dos participantes da pesquisa foi composto por 15 (quinze) alunos pertencentes ao curso de marcenaria da turma matutina do Projeto de Formação Profissional José Cornélio, 02 (dois) instrutores, 02 (duas) coordenadoras, sendo uma ex e à atual e 02 (duas) ex-secretárias. Além deles, também compôs o universo pesquisado, os alunos egressos do curso de marcenaria, sendo no total 06 (seis) jovens. Também participaram 02 (dois) ex-instrutores e 02 instrutores efetivos.

É importante frisar que dos 15 (alunos) da turma da manhã, ano de 2019, apenas 01 (uma) aluna é do sexo feminino, os demais são pertencentes ao gênero masculino. Outra informação que consideramos relevante é o fato de que não conseguimos entrevistar a Secretária atual de desenvolvimento social do município, embora, inicialmente esta compusesse o universo da pesquisa. Além disso, um dos quinze alunos efetivos, por motivo de viagem não respondeu o questionário utilizado com o grupo para obtenção das informações, assim nossa estatística foi realizada com base nas informações de 14 jovens efetivos do PFJC. Contudo, em outros momentos da pesquisa como, por exemplo, durante as rodas de conversas o jovem estava presente.

Os alunos do curso de marcenaria, participantes da pesquisa, são advindos de famílias que possuem baixo poder aquisitivo e moram em bairros considerados periféricos na cidade de Óbidos. Seus pais ou responsáveis possuem pouca escolaridade e exercem as profissões de ajudante de pedreiro, pedreiro, pescador e doméstica. Os discentes encontravam-se regularmente matriculados em escolas públicas estudando os anos finais do ensino fundamental, modalidade EJA, e o ensino médio regular ou o Projeto Mundiar<sup>6</sup>. Na educação formal, a maioria estuda no turno da noite e apenas 02 (dois) estudam no turno da tarde.

---

<sup>6</sup> O “Projeto Mundiar” é uma modalidade de ensino que forma o educando em apenas 18 (dezoito) meses no nível médio por meio da metodologia telessala. É destinado aos alunos com mais de 18 (dezoito) anos. Seu objetivo é combater a distorção série idade. Foi implantado no Estado do Pará, em 2015, através de convênio assinado entre o Governo do Estado e a Fundação Roberto Marinho. Na cidade de Óbidos, o referido projeto é implantado na Escola Estadual São José, e é supervisionado pelo pesquisador deste trabalho.

Os 15 (quinze) alunos do curso de marcenaria, participantes da pesquisa, têm idade que variam entre 16 e 19 anos, sendo que 11 (onze) deles são maiores de 18 (dezoito) anos e apenas 4 (quatro) possuem idade acima dos 16 (dezesesseis) e abaixo dos 18 (dezoito) anos. Dos alunos considerados menores de idade, no ano de 2019, 02 (dois) estavam cursando o 2º ano do ensino médio regular, no turno da tarde e 02 (dois) estavam cursando a 4ª etapa (8º e 9º anos) do ensino fundamental, modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA, no turno da noite.

Quanto à escolaridade dos alunos maiores de 18 (dezoito) anos, 04 (quatro) estavam cursando a 4ª etapa da EJA, no período da noite; 07 (sete) estavam cursando o ensino médio, sendo que 04 (quatro) encontravam regularmente matriculados no Projeto Mundiar e 02 (dois) no ensino médio regular, ambos cursando o 3º ano.

### **3.1.3 As técnicas de coleta de dados**

Diante da definição do universo a ser pesquisado, realizamos a coleta de dados por meio das técnicas de entrevista (estruturada e não estruturada), observação participante, análise documental e rodas de conversas. Quanto às entrevistas, Marconi e Lakatos (2011) acreditam que se trata de uma conversa entre duas pessoas, o entrevistador e o entrevistado. De acordo com o tipo de entrevista o papel de ambos pode sofrer variações. O objetivo das entrevistas é a obtenção de informações relevantes e a compreensão das perspectivas e das experiências das pessoas que concedem as entrevistas. Entre os tipos de entrevistas mais conhecidos conforme o propósito do pesquisador estão a padronizada estruturada e despadronizada ou semiestruturada.

As entrevistas estruturadas são aquelas em que o pesquisador se orienta por um roteiro que foi previamente estabelecido, assim as perguntas feitas ao entrevistado são predeterminadas. As entrevistas despadronizadas ou semiestruturadas também são conhecidas como assistemáticas, antropológicas e livres. Neste caso, o entrevistador tem liberdade para explorar mais amplamente a questão, conduzindo a entrevista na direção que considere mais importante para a obtenção de dados (MARCONI; LAKATOS, 2011).

As entrevistas não estruturadas foram realizadas com egressos e com pessoas que já trabalharam ou eram responsáveis diretos pelo curso. Com esses participantes usamos como instrumento de coleta de dados um roteiro de entrevista contendo questões abertas. As respostas dos participantes foram gravadas e transcritas para a obtenção das informações.

As entrevistas estruturadas foram realizadas com os jovens que participam atualmente do projeto e usamos como instrumento de coleta de dados um questionário com questões objetivas de múltipla escolha e questões subjetivas. Com estes jovens, ainda realizamos rodas de conversas que serviram para aprofundar a compreensão em torno dos sentidos e compreensão do mundo em que vivem os participantes. Durante as rodas de conversas foram estabelecidos diálogos sobre situações cotidianas que acontecem no ambiente de aprendizagem e fora dele, com a intenção compreendermos o que o entrevistado pensa sobre o trabalho e a sua formação profissional. As rodas de conversas foram gravadas e transcritas, de onde emergiram as informações.

Outra técnica de coleta de dados também utilizada no método do estudo de caso é a observação participante. Segundo Chizzotti (2001), a observação direta ou participante é aquela em que o pesquisador tem um contato direto com o fenômeno pesquisado. Para o autor (2001, p. 90), esse tipo de observação pode visar uma descrição detalhada dos componentes de uma situação, quais sejam: *os sujeitos em seus aspectos pessoais e particulares, o local e suas circunstâncias, o tempo e suas variações, as ações e suas significações, os conflitos e as sintonias de relações interpessoais e sociais, e as atitudes e os comportamentos diante da realidade. [...]*.

Yin (2015, p. 19) lembra que *a observação participante é uma modalidade especial de observação na qual você não é simplesmente um observador passivo. Em vez disso, você pode assumir vários papéis na situação do trabalho de campo e participar realmente das ações sendo estudados*. Assim, ratificamos que a observação participante ocorreu no ambiente de ensino e aprendizagem com o intuito de observar como acontecem as ações educativas e que tipos de relações e atitudes elas fortalecem.

Realizamos também a coleta de informações por meio de fontes documentais. De acordo com Yin (2015), essa técnica possui pontos positivos importantes que ajudam o pesquisador a elucidar a realidade, como por exemplo, sua exatidão, por conter nomes, referências e detalhes de um determinado evento, além disso, possibilita uma ampla cobertura de longos períodos de tempo, de muitos eventos e de muitos ambientes.

Nesta perspectiva, as informações coletadas nos documentos serviram de norte para a compreensão geral do curso e sua dinâmica, evidenciada no planejamento das ações educativas, nas fichas de seleção (essas possibilitaram a visão da renda familiar dos jovens) e no material didático (cartilha) usado nas aulas teóricas.

As rodas de conversas foram norteadas pelas questões principais que envolvem a temática pesquisada. Vale ressaltar que esse instrumento de coleta de dados possibilitou um

olhar, com maior profundidade, as evidências sobre os sentidos do trabalho e da formação profissional que pairam no imaginário dos participantes da pesquisa, pois de acordo com Sampaio et al. (2014), “as rodas de conversas possibilitam encontros dialógicos, criando possibilidades de produção e ressignificação de sentido – saberes – sobre as experiências dos participantes. Sua escolha se baseia na horizontalização das relações de poder”.

### 3.1.4 Análise de dados

Após a coleta de dados, estes foram analisados e interpretados sob um olhar qualitativo, uma vez que as informações coletadas podem sofrer influências de diversos fatores presentes ou não no ambiente de ensino aprendizagem.

As análises e interpretações dos dados foram realizadas à luz do arcabouço teórico construído no decorrer da pesquisa bibliográfica e da análise de conteúdo. Na concepção de Chizzotti (2001), essa técnica é aplicada na análise de textos escritos ou de qualquer comunicação, seja oral, visual ou gestual, reduzida a um texto ou documento. Conforme Chizzotti (2001, p. 98) *o objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas.*

Portanto, a análise de conteúdo é uma técnica de interpretação de dados que nos permite ir além da simples objetividade dos fatos ou da mera compreensão espontânea. Em outras palavras, essa técnica exige do pesquisador uma

[...] atitude de "vigilância crítica" exige o desvio metodológico e o emprego de "técnicas de ruptura" e afigura-se tanto mais útil para o especialista das ciências humanas quanto mais ele tenha sempre uma impressão de familiaridade face ao seu objeto de análise. É ainda dizer não "à leitura simples do real", sempre sedutora, forjar conceitos operatórios, aceitar o caráter provisório de hipóteses, definir planos experimentais ou de investigação [...] (BARDIN, 2011).

Face ao exposto, os dados coletados por meio da observação participante e das entrevistas semiabertas e abertas foram categorizados, tabulados, calculados estatisticamente e triangulados. Assim, buscamos proporcionar aos leitores uma visão global do problema e a identificação de possíveis fatores que o influenciam ou por ele são influenciados (GIL, 2010). Após minuciosa análise e interpretação dos dados parciais, foi produzido o relatório

da pesquisa que envolveu as principais etapas realizadas como, por exemplo, à apresentação do problema, a metodologia utilizada, e ainda os resultados e conclusões.

Vale ressaltar que a análise dos dados, embora tenha gerado resultados estatísticos quantitativos que serão apresentados em gráficos nas próximas páginas, esses resultados são enriquecidos com as falas dos sujeitos da pesquisa, as quais mostram claramente as intenções e as reações desses sujeitos diante das categorias analisadas.

#### **4. AS VOZES E O OLHAR DOS SUJEITOS DA PESQUISA SOBRE A REALIDADE INVESTIGADA**

Os resultados que apresentamos a seguir são frutos das informações contidas nas falas e nas respostas dos sujeitos da pesquisa sobre o objeto de estudo que nos propomos a investigar. Afim de facilitar a compreensão do (a) leitor(a), os dados obtidos durante o processo de investigação foram organizados em tabelas e gráficos. Assim, as categorias emergentes dos discursos foram analisadas à luz da técnica da análise de conteúdo, obtendo assim os resultados da pesquisa. Informamos ainda que o projeto de pesquisa foi devidamente apresentado ao Conselho de Ética em Pesquisa do Instituto Federal do Amazonas, o qual obteve aprovação através parecer nº 3.842.884 (ver apêndice).

Para a apresentação dos dados e dos resultados percorremos as seguintes etapas: inicialmente apresentamos as informações e a interpretação dos dados obtidos por meio da observação participante no momento das realizações das rodas de conversas. Logo após, analisamos e interpretamos os dados coletados por meio das entrevistas com os alunos efetivos, em que usamos como instrumento de coleta de dados, questionários de pesquisas, que foram aplicados aos alunos do curso de marcenaria da turma da manhã, do ano de 2019. Essas respostas foram confrontadas com as falas e os depoimentos dos egressos, responsáveis do Projeto de Formação José Cornélio e instrutores da instituição, como forma de confrontamento de dados.

##### **4.1 A observação participante**

Além da descrição do local da pesquisa, da verificação do funcionamento do curso de marcenaria e das práticas educativas que permeiam as relações sociais no Projeto de

Formação José Cornélio, no momento da observação participante realizamos duas rodas de conversas.

A primeira roda de conversa, teve por objetivo discutir a importância do trabalho na vida do ser humano e as condições em que este se materializa na sociedade capitalista. Como ponto de partida para a reflexão inicial utilizamos as cenas do filme *Tempos Moderno*, com Charles Chaplin<sup>7</sup>. Após assistirmos o vídeo, foram feitos os seguintes questionamentos aos jovens: a) Vocês consideram justas as condições de trabalho que Carlitos se submete?; b) O trabalho é uma atividade importante e necessária para o ser humano? c) O que o trabalho com a marcenaria pode lhe proporcionar?

Para analisar as respostas dos participantes, utilizamos uma técnica da análise de conteúdo denominada de asserção avaliativa, a qual consiste em avaliar as atitudes dos locutores diante dos questionamentos postos. Segundo Bardin (2011, p. 2003):

Uma atitude é uma pré-disposição relativamente estável e organizada, para reagir na forma de opiniões (nível verbal), ou de atos (nível comportamental), na presença de objetos (pessoas, ideias, acontecimentos, coisas etc.) de maneira determinada. Correntemente falando, temos opiniões sobre as coisas, os seres, os fenômenos, e manifestamo-las por juízos de valor.

Assim, diante dos discursos enunciados pelos jovens, procuramos avaliar somente as reações atitudinais que exprimiram uma avaliação dos questionamentos postos, através de um par bipolar que levou em consideração o critério de negatividade e de positividade diante das opiniões, e dessa forma procuramos nos aproximar ao máximo da realidade subjacente. Para facilitar a compreensão do leitor, organizamos as informações em quadros onde constam as enunciações, as reações atitudinais e as reações subjacentes, essas últimas são frutos das inferências do pesquisador diante das reações manifestas. Vejamos as recorrências e os resultados obtidos em relação aos questionamentos realizados sobre as condições de trabalho em que muitos trabalhadores são expostos no mundo em função das relações produtivas estabelecidas pelo capital, conforme mostra o quadro 1.

---

<sup>7</sup> As cenas do filme *Tempos Modernos* podem ser encontradas em vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XFXg7nEa7vQ>. Acesso em: 15 dez 2020.

Quadro 1 – O olhar dos jovens efetivos do PFJC sobre as condições de trabalho impostas aos trabalhadores a partir das cenas do filme “Tempos Modernos”.

Vocês consideram justas as condições de trabalho que Carlitos se submete?		
Enunciações	Reação atitudinal	Reação atitudinal subjacente
“[...] o dono da fábrica exigia muito dos trabalhadores [...]”.	Negativa	O trabalho é visto como forma de exploração.
“[...] Ele [Carlitos] não tem tempo pra nada, eu não queria tá no lugar dele.	Negativa	O trabalho é visto como forma de exploração.
“[...] O trabalho dignifica qualquer pessoa[...]	Positiva	O trabalho é visto como algo importante para o ser humano.

Fonte: Elaboração do pelo pesquisador – 2020.

Conforme as informações do quadro 1, a maioria das reações atitudinais em relação às condições de trabalho que a personagem do filme se submete foram negativas, ou seja, as reações indicam que os jovens percebem quando as relações sociais de produção estão servindo de instrumento para aumentar as desigualdades sociais e a exploração da força de trabalho. Nesse aspecto, ainda que seja de forma inconsciente, os jovens participantes do curso de marcenaria do Projeto de Formação José Cornélio percebem e sentem os efeitos das relações de trabalho injustas estabelecidas no mundo capitalista, confirmando com isso o que Frigotto e Ciavatta (2006) compreendem como missão precípua do modo de produção capitalista que é explorar ao máximo a força de trabalho do trabalhador e aumentar o lucro dos patrões, por meio do que Marx (2013) denominou de mais valia, ou seja, o trabalhador deve utilizar a sua força de trabalho muito além daquilo que lhe é pago.

Por outro lado, a expressão *O trabalho dignifica qualquer pessoa, não importa qual seja o tipo [...]*, mencionada no quadro como uma atitude positiva por parte do seu enunciador revela a valorização do trabalho no sentido de sua essencialidade para a existência humana, porém esconde a exploração contida nas relações produtivas estabelecidas entre empregador e empregados, em que se assentou o capitalismo burguês de base ideológica protestante, conforme Carmo (1992), Rohm e Lopes (2015).

O segundo questionamento realizado durante a primeira roda de conversa, buscou evidenciar e refletir sobre a importância e a necessidade do trabalho na vida do ser humano para os jovens efetivos do PJFC. Procuramos, no momento do debate, observar os discursos que estão associados a uma concepção de trabalho apenas como uma questão de sobrevivência e a uma concepção de trabalho voltada à satisfação e à realização humana. As

principais enunciações foram registradas e serviram de base às inferências que resultaram nas reações atitudinais subjacentes sobre a temática, conforme destacamos no quadro 2.

Quadro 2 – A importância e a necessidade do trabalho no olhar dos jovens do PJFC

O trabalho é uma atividade importante e necessária para o ser humano?		
Enunciações	Reação atitudinal	Reação atitudinal subjacente
“[...] a gente tem que trabalhar pra ganhar o pão [...]”	Positiva	O trabalho é visto como forma de sobrevivência.
“[...] a gente não tem que trabalhar só por dinheiro, a gente tem que gostar do faz”.	Positiva	O trabalho é visto forma de realização pessoal.
“[...] trabalhar é bom, mas tem que ganhar algo em troca. Trabalhar e não receber não é legal [...]”.	Negativa	O trabalho é visto com sentido de sobrevivência.

Fonte: Elaboração do pelo pesquisador – 2020.

Conforme as informações expostas no quadro 2, e de acordo com o questionamento feito, se deduz que os jovens do PFJC percebem o trabalho em seus diversos sentidos que oscilam no campo semântico de forma negativa ou de forma positiva, conforme suas visões de mundo e possíveis experiências vividas. Assim em “[...] a gente tem que trabalhar pra ganhar o pão [...]”, temos claramente uma percepção do trabalho com o sentido de sobrevivência, o que pode ser considerado uma visão positiva do trabalho, haja vista que sem o trabalho não seria possível a sobrevivência humana, pois Marx (2013) explica que a existência humana depende da relação entre homem e natureza, mediada pelo trabalho.

Contudo, Saviani (2007), lembra que nas sociedades primitivas o trabalho era voltado para garantir a subsistência de todos que pertenciam a uma determinada comunidade, não havia exploração, nem ganância pelo lucro, assim a sobrevivência humana era garantida. No entanto, após o surgimento da propriedade privada, o trabalho não pode mais ser visto apenas como um meio de garantia da sobrevivência humana, em função da exploração que se estabeleceu no bojo das relações sociais de produção.

Percebemos que o sentido de trabalho como sobrevivência está muito presente na mente dos jovens do PFJC, é o que também se confirma na expressão “[...] trabalhar é bom, mas tem que ganhar algo em troca. Trabalhar e não receber não é legal [...]”. É interessante observar que registramos a locução como uma atitude negativa, ainda que esta, nos leve a inferir que nela está implícito o sentido do trabalho como sobrevivência.

Então poderíamos nos perguntar, o sentido de trabalho como sobrevivência poderia transitar na percepção humana nos polos positivo e negativo? É possível que sim, até pelo fato explicado por Carmo (1992) de que as concepções de trabalho foram moldadas

historicamente de acordo com os interesses ideológicos de uma sociedade existente em um determinado período histórico, e sendo o homem parte dessa sociedade, ele tende a externar os valores então vigentes.

Diante do mosaico de ideias e percepções existentes na sociedade, os jovens do PFJC, também percebem o trabalho como um meio de realização humana, algo que pode proporcionar prazer e felicidade, isso pôde ser constatado na locução: “[...] a gente não tem que trabalhar só por dinheiro, a gente tem que gostar do faz”. A ideia vai ao encontro do pensamento de autores como Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), que veem o trabalho não apenas como uma forma de suprir as necessidades humanas, mais também como forma de liberdade e realização da existência.

Esse sentido do trabalho, também pôde ser percebido nas reações atitudinais descritas no quadro 3, em que procuramos investigar as expectativas dos jovens com relação à realização do trabalho com a marcenaria. Vejamos:

Quadro 3 – As expectativas dos jovens do PJFC sobre o trabalho com marcenaria

O que trabalho com a marcenaria pode lhe proporcionar?		
Enunciações	Reação atitudinal	Reação atitudinal subjacente
“[...] Eu penso que a marcenaria é uma arte, e toda arte causa prazer[...]”	Positiva	O trabalho do marceneiro é considerado uma atividade prazerosa.
“[...] Pelo menos pra gente consertar as coisas em casa vai servir [refere-se ao serviço de marcenaria [...]].”	Positiva	O trabalho da marcenaria é visto como uma atividade útil.
“O que a gente aprende aqui pode nos garantir uma profissão, um futuro [...]”.	Positiva	O trabalho da marcenaria é visto como expectativa de melhores condições de vida.

Fonte: Elaborado pelo pesquisador - 2020

Conforme o quadro 3, as relações do sentido do trabalho em relação as expectativas dos jovens com o possível exercício da profissão de marceneiro são positivas, pois os jovens do PFJC percebem o trabalho com a marcenaria como algo prazeroso, útil e que pode lhes ajudar a mudar as suas condições de vida, criando assim uma expectativa positiva dessa profissão. Entretanto, sabemos que a realidade do mundo do trabalho em nossa sociedade está bastante complexa, como já demonstrado por Antunes (2005) em nosso referencial teórico. Diante desta complexidade, que envolve transformação da base produtiva do modo de produção capitalista, avanço tecnológico, mudanças na legislação trabalhista e

previdenciária, a marcenaria ainda seria ainda uma boa profissão no cenário atual do mundo do trabalho? Foi isso que tentamos saber dos jovens na segunda roda de conversa.

A exemplo da primeira, a segunda roda de conversa foi realizada de forma descontraída e amistosa, nela procuramos refletir sobre a inclusão do marceneiro no contexto do mundo do trabalho atual, visando captar as reais expectativas dos jovens sobre esse processo.

Como meio de motivação para iniciar o diálogo, utilizamos um vídeo em que consta o happy denominado “Super Trabalhador”, de autoria de Gabriel “O Pensador”<sup>8</sup>, em que o poeta exalta o trabalho de muitos profissionais, inclusive do marceneiro, defende a necessidade de relacionamento das profissões e fala sobre situações vivenciadas e enfrentadas pelos trabalhadores no mundo do trabalho e na vida diária.

No momento em que assistiam o vídeo e curtiam o happy, era nítida a satisfação e animação dos jovens. Logo após, propusemos dois questionamentos para o debate, que foram os seguintes: a) Ainda há espaço para a profissão de marceneiro no mundo do trabalho atual? b) O trabalho de marcenaria pode ser uma saída para o desemprego?

O quadro a seguir, mostra as reações atitudinais diante do primeiro questionamento da segunda roda de conversa:

Quadro 4 – Expectativas dos jovens do PJFC sobre a profissão de marceneiro no mundo do trabalho atual

Ainda há espaço para a profissão de marceneiro no mundo do trabalho atual?		
Enunciações	Reação atitudinal	Reação atitudinal subjacente
“Sim, apesar da tecnologia, a marcenaria vai evoluindo junto. Olhe, antes o cara levava uma hora pra serrar uma, duas ou três peças, hoje ele faz isso em poucos minutos, até em segundos com uma maquina [...]”.	Positiva	O emprego da tecnologia é visto como um fator que agiliza o trabalho na marcenaria
“[...] Vejo que todo mundo precisa do marceneiro, seja pra fazer um móvel, ajeitar uma porta, afinal, em tudo a marcenaria está presente [...]”.	Positiva	O trabalho do marceneiro é visto como útil e necessário.
“[...] A gente tem que tá se atualizando, hoje em dia tem muitas máquinas novas, tem muitos modelos e uma infinidade de coisas que dá pra fazer na marcenaria, mas tem se atualizar [...]”.	Positiva	A qualificação do marceneiro é essencial para ter sucesso no mundo do trabalho

Fonte: Elaborado pelo pesquisador – 2020.

<sup>8</sup> O happy encontra-se disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Kalb1EuGTyw>. Acesso em: 12 nov 2019.

Conforme o quadro 4, as reações atitudinais dos jovens do PFJC em relação à profissão de marceneiro no contexto do mundo do trabalho atual são positivas e ratificam a proposta inicial do projeto que é ofertar a formação inicial de marceneiro aos jovens que se encontram em risco social e, assim, facilitar o seu ingresso no mundo do trabalho.

Em relação às mudanças provocadas pelo avanço tecnológico é observado as vantagens que este pode trazer no processo produtivo, no sentido de agilizar o trabalho do marceneiro. No entanto, Marx (2013) mostra que no capitalismo, o emprego da tecnologia deveria de fato ser um fator que pudesse beneficiar os trabalhadores na medida em que aumentasse o seu tempo livre para o lazer e o descanso, contudo, isso não acontece porque as horas de trabalho na fábrica não diminuem, e assim a tecnologia que deveria servir para a liberdade humana, serve apenas para aumentar a produção e, por consequência, o aumento do lucro dos patrões. Nesse sentido, Frigotto lembra que:

[...] Desde o tear, máquina de escrever, energia elétrica até as máquinas informatizadas da era eletrônica, a ciência e a tecnologia podem constituir-se em meios fantásticos de melhoria da vida humana. Sob as relações sociais capitalistas, [...] constituem-se, para a maioria, em uma força mutiladora: super exploração do trabalho e geradoras de desemprego (2001, p. 74 - grifos do autor).

Na visão dos jovens do PFJC, a utilidade do trabalho do marceneiro é um aspecto que facilita a sua inclusão no mundo do trabalho, uma vez que a marcenaria está presente na construção de uma infinidade de produtos que vão desde peças artesanais até a construção de moradias e a confecção de móveis<sup>9</sup>. Vale ressaltar que, diante de uma sociedade cada vez mais informatizada, em que a produção industrial ocorre em estruturas produtivas com alta tecnologia, o artesanato enquanto resultado do trabalho do marceneiro é uma das poucas atividades no mundo contemporâneo que sobrevive diante do modo de produção capitalista, uma vez que, o marceneiro artesão ainda consegue ter o controle do processo produtivo de seu produto, desde a ideia inicial até a fase final da produção, isso acontece possivelmente porque [...] *totalmente tomado pela beleza das formas do seu trabalho, o artesão não pensa que está fazendo uma coisa qualquer que deverá ser vendida* [...] (RUGIU, 1998 p. 156).

Outro aspecto que podemos observar no quadro 4, em relação as expectativas dos jovens para a sua inclusão no mundo do trabalho, é a preocupação com a própria qualificação

---

<sup>9</sup> Informações detalhadas sobre marcenaria podem ser encontradas em: <https://www.cpt.com.br/cursos-profissionalizantes-a-distancia/artigos/marceneiro-uma-profissao-de-atuacao-ampla-com-mercado-crescente-e-bem-definido>. Acesso em 12 dez 2019.

profissional, pois em função do avanço tecnológico e da existência de diversas máquinas que são utilizadas atualmente no ramo da marcenaria, os jovens do PFJC percebem que sem um processo constante de qualificação profissional, estes terão dificuldade com as exigências no mundo do trabalho.

Esse tipo de percepção faz sentido, na medida em que se constata as exigências cada vez maiores dos setores da economia por qualificação profissional, pois de acordo com Pochmann (2012) desde o último quartel do século XX, se encontra em curso com maior intensidade inéditos requisitos para a formação de um novo trabalhador, que devem ser mais adequados com as alterações de conteúdos e as condições de produção e gestão. Segundo o autor, por conta de um possível desacordo entre demanda de trabalho, essa cada vez mais exigente, e a oferta de trabalhadores com menor preparação, os requisitos de qualificação profissional e elevação das habilidades para o exercício das atividades laborais tornaram-se cada vez mais crescentes.

Por outro lado, o discurso da necessidade de qualificação profissional proferida pelos jovens de PFJC pode advir [...] *do fomento de uma ideologia de responsabilização individual dos trabalhadores por sua condição de desempregados* (RAMOS, 2014, p. 55), haja vista que muitos cursos de qualificação profissional, realizados principalmente para atender os trabalhadores com menos escolaridade, ao invés de formar para o trabalho, na verdade tem servido de mecanismos para dissimular a real situação do desemprego no país (RAMOS, 2014).

Considerando que no mundo do trabalho atual, entre outras consequências, resultantes das transformações do processo produtivo, está a exclusão dos jovens do mundo do trabalho (ANTUNES, 2005), procuramos refletir e, ao mesmo tempo, investigar quais as reações atitudinais contidas nas falas dos jovens do PJFC às suas perspectivas quanto ao trabalho de marcenaria como uma saída à superação do desemprego. É isso que demonstramos no quadro seguinte.

Quadro 5 – O trabalho de marcenaria como uma saída para o desemprego no olhar dos Jovens do PJFC

O trabalho de marcenaria pode ser uma saída para o desemprego?		
Enunciações	Reação atitudinal	Reação atitudinal subjacente
“[...] Eu acho que sim, vejo gente que era daqui, trabalhando na Greice Móveis, lá no seu Mesquita [...]”	Positiva	Há uma expectativa de consegui um emprego formal.

“[...] Bom! Eu penso em montar uma pequena oficina, ser um pequeno empreendedor[...]”.	Positiva	O trabalho da marcenaria como possibilidade de geração de renda.
“[...] Bom eu tô aqui porque no final eu quero consegui um trabalho, ter meu dinheiro, curtir, ficar de boa [...]”.	Positiva	O trabalho é visto como uma forma de liberdade.

Fonte: Elaborado pelo pesquisador – 2020.

Conforme indica o quadro 5, as enunciações selecionadas emitem reações atitudinais positivas em relação às expectativas dos jovens do PFJC sobre o trabalho de marcenaria como uma possível saída para a superação do desemprego, das quais é possível inferir que esses jovens pretendem ao término do curso de marcenaria conseguir um emprego formal ou tornarem-se empreendedores, garantindo renda pra si e seus familiares, o que pode lhes trazer uma sensação de liberdade, isto é, uma melhor qualidade de vida.

Observa-se se, portanto, que mesmo diante de um cenário econômico desanimador onde muitos jovens trabalhadores são obrigados a conviver com formas de trabalhos precários e com o desemprego, os jovens do PFJC mantêm acesa em seu coração, a esperança de uma oportunidade no mundo do trabalho através do exercício da possível e futura profissão de marceneiro, seja como um trabalhador assalariado ou como um empreendedor, montando a sua própria oficina e organizando o seu próprio negócio.

A existência da possibilidade acima descrita, não significa dizer que na subjetividade dos jovens do PFJC, não existam outros projetos de vida que sirvam para superar o desemprego e lhes proporcionar a felicidade humana. Alves e Dayrell (2015) lembram que a dimensão profissional é algo importante na vida dos jovens, no entanto, os projetos de vida da juventude vão além da dimensão profissional, pois em suas dimensões subjetivas eles tem sonhos e projetos individuais que podem influenciar suas escolhas futuras.

#### **4.1.1 As entrevistas com os alunos efetivos do curso de marcenaria do PFJC, do turno da manhã.**

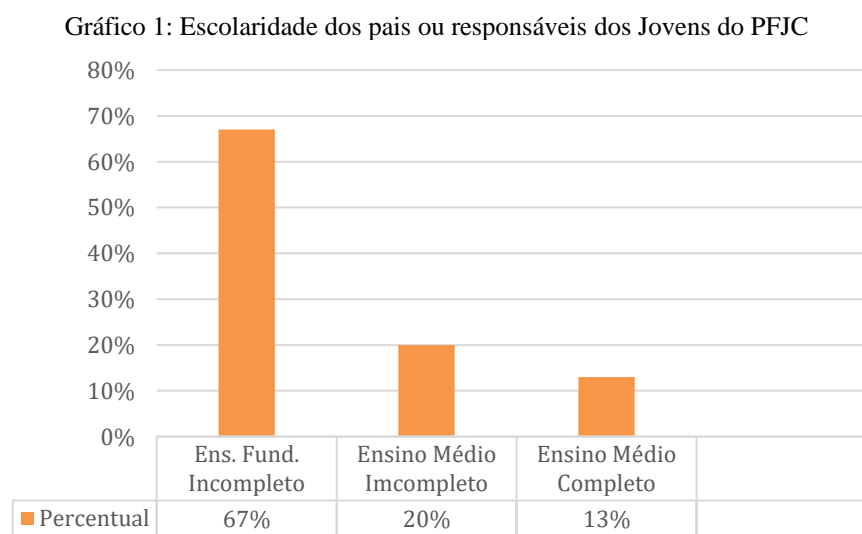
Os alunos do turno da manhã, ano 2019, do Projeto de Formação Profissional José Cornélio, foram entrevistados em suas residências com horários previamente agendados. No momento das entrevistas, procuramos estabelecer um clima bastante agradável tanto com os

entrevistados quanto com seus familiares é, claro, os que estavam em casa durante a realização das entrevistas.

Lembramos que em algumas situações tivemos que explicar para alguns responsáveis quais eram os objetivos da pesquisa, bem como tivemos que esclarecer com palavras simples o que significava um Termo de Consentimento Livre Esclarecido - TCLE , e porque era importante ter ciência de tal documento.

As explicações do pesquisador aos responsáveis dos jovens foram necessárias e observamos que na medida em falávamos da pesquisa e seus objetivos eles se sentiam seguros e gratificados pelo fato de termos procurado seus filhos para entrevistá-los.

Ademais, os esclarecimentos também se justificaram na medida em que realizamos um levantamento do nível de escolaridade desses genitores, no qual revelamos que o grau de instrução da maioria dos responsáveis (pai, mãe, avó, tio e tia) dos jovens do PFJC é considerado baixo, conforme mostra o gráfico 1.



Fonte: Fichas de seleção do PFJC - gráfico elaborado pelo pesquisador – 2020.

O gráfico acima mostra que dos quinze responsáveis citados e registrados na ficha de seleção dos jovens para o ingresso no Projeto de Formação José Cornélio, apenas 13% declararam possuir o Ensino Médio Completo, 20% declararam ter o Ensino Médio Incompleto.

A maioria, 67%, aparecem na ficha de seleção dos futuros aprendizes com Ensino Fundamental Incompleto. Entre esses, chama à atenção o fato de que um dos responsáveis assinou o referido documento colocando a digital de seu polegar, indicando que

possivelmente tratava-se de uma pessoa analfabeta, apesar de ter declarado possuir o ensino fundamental incompleto.

Independentemente de qualquer situação, todos trataram o pesquisador com urbanidade e cordialidade, isso proporcionou um clima bastante agradável, o que deixou os jovens entrevistados muito à vontade para responderem os questionários. Vale ressaltar que, as entrevistas aconteceram logo após o período de observação das atividades do curso de marcenaria, isso também ajudou os alunos a terem segurança em suas respostas, uma vez que já haviam convivido anteriormente com o pesquisador e conheciam previamente do que se tratava.

Conforme apresentado em nosso projeto de pesquisa, o universo de alunos participantes do curso de marcenaria do PFJC, efetivamente matriculados, que desejaríamos entrevistar, seria um total de quinze, no entanto, só conseguimos entrevistar quatorze jovens, haja vista que um jovem desistiu do curso dias antes de termos começado nossa pesquisa, pois, segundo informações de familiares, mudou-se para Manaus capital do Amazonas. Vale ressaltar que o fato de termos entrevistado apenas quatorze jovens aprendizes de marcenaria, não comprometeu o resultado da pesquisa, dada a amostra analisada ser bastante representativa.

#### **4.1.2 As categorias de análises emersas das entrevistas com alunos efetivos do PFJC**

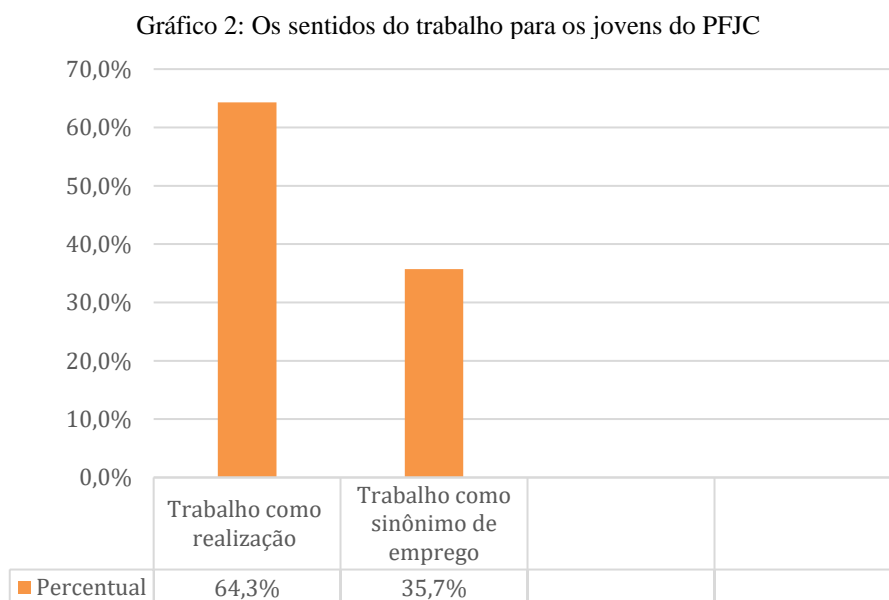
As respostas das entrevistas com os jovens matriculados de forma efetiva, nos sugeriram quatro categorias para análise, entre elas buscamos entender: **os sentidos do trabalho para os jovens do PFJC; a possibilidade de inclusão no mundo do trabalho através da formação recebida no PFJC; a percepção dos jovens do PFJC sobre a profissão de marceneiro; e as práticas educativas e suas influências na formação profissional do PFJC, ao olhar dos alunos efetivos.**

As categorias analisadas emersas das entrevistas semiabertas e abertas com os jovens efetivos e egressos, seguiram o seguinte tratamento metodológico: primeiro, apresentamos os dados obtidos nas entrevistas semiabertas com os jovens efetivos, em seguida confrontamos essas informações com os discursos dos egressos, então realizamos a análise das categorias de estudo à luz das teorias que fundamentam este trabalho.

Em relação às teorias ora mencionadas, ressaltamos que os autores e autoras consultados (as) se alinham a uma visão de mundo que buscam evidenciar a totalidade das

coisas, não se conformam com o imediatismo e o positivismo universal. Antes, buscam refletir sobre a realidade dos fatos e procuram de todas as formas evidenciar as suas contradições.

Com relação à categoria **os sentidos do trabalho para os jovens do PFJC**, os alunos efetivos ao serem questionados sobre a importância do trabalho em suas vidas. 100% dos entrevistados consideram o trabalho uma atividade vital para os seres humanos, contudo apenas 64,3% compreendem que o trabalho acontece quando eles praticam qualquer atividade e se sentem realizados. Para 35,7% dos entrevistados a palavra trabalho significa ter um emprego e ganhar um salário, como mostram as informações do gráfico 2.



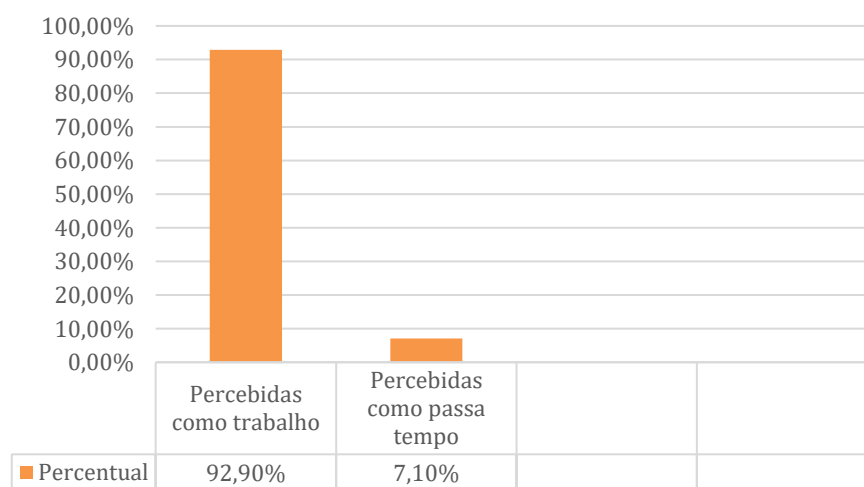
Fonte: Elaborado pelo pesquisador – 2020

Como forma de aprofundar a investigação sobre os sentidos do trabalho para os jovens efetivos do PFJC, e considerando as atividades educativas um trabalho do qual todos participam, buscamos compreender e revelar como os jovens percebem tais atividades no processo de formação profissional promovido durante o curso de marcenaria, haja vista que nem sempre as atividades educativas são vistas por parte da população como um trabalho, uma vez que por sua própria natureza não material podem ser facilmente compreendidas como não sendo um trabalho que gere bens para a garantir a sobrevivência humana. Porém, Saviani (2015. p.12) assegura que a educação é um trabalho não material que trata “[...] da produção de ideias, conceitos, valores, símbolos, hábitos, atitudes, habilidades. Numa

palavra, trata-se da produção do saber, seja o saber sobre a natureza, seja o saber sobre a cultura, isto é, o conjunto da produção humana”.

Assim, sobre as atividades realizadas no PFJC, considerando a categoria sentidos do trabalho, os dados revelaram que 92,9% dos entrevistados acreditam serem tais atividades educativas uma forma de trabalho que produz um aprendizado específico, isto é, o domínio das habilidades da marcenaria. Apenas 7,1% responderam que as atividades desenvolvidas são apenas uma forma de passar o tempo, como exposto no gráfico 3.

Gráfico 3: Percepção das atividades do curso de marcenaria para os jovens do PFJC

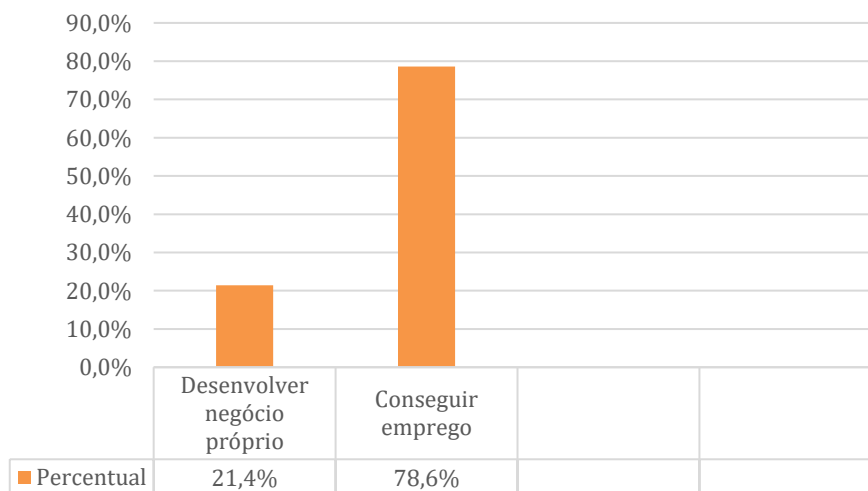


Fonte: Elaborado pelo pesquisador

**Sobre a possibilidade de inclusão no mundo do trabalho através da formação profissional recebida no Projeto de Formação José Cornélio**, suas perspectivas estão voltadas para conseguir uma vaga no mundo do trabalho formal na indústria da marcenaria ou em pequenas oficinas, contudo também existe a perspectiva dos jovens poderem desenvolver negócios por conta própria, serem empreendedores, embora não se reconheça que o mundo da informalidade é somente um paliativo para mascarar o desemprego.

Os dados apurados apontam que 21,4% dos jovens efetivos do Projeto de Formação José Cornélio acreditam que a formação profissional de marceneiro lhes ajudará a desenvolver o seu próprio negócio. Entretanto, 78,6% creem que a formação recebida será essencial para conseguir um emprego e finalmente ingressar no mundo do trabalho formal, conforme os dados do gráfico 4.

Gráfico 4: A formação profissional de marceneiro para os jovens do PFJC



Fonte: Elaborado pelo pesquisado

Podemos observar, que entre os jovens efetivos do PFJC há uma alta expectativa pela conquista de emprego através do exercício da profissão de marceneiro. De fato, o setor moveleiro no Brasil tem contribuído com a economia do país, segundo Brainer (2018), o país possui 21,8 mil estabelecimentos de fabricação de móveis responsáveis pela geração de quase 235 mil empregos diretos e indiretos. Mesmo no período de 2006 a 2016, momento de uma intensa recessão, houve o aumento de emprego no setor de fabricação de móveis.

Contudo, a realidade do desemprego no país é muito dura para com os trabalhadores, e isso se agravou ainda mais com a pandemia do corona vírus. Por exemplo, no primeiro trimestre de 2020, a taxa de desocupação aumentou em 12 (doze) Estados brasileiros e nos demais a taxa se manteve estável, no entanto na quarta semana de agosto do mesmo ano, a desocupação atingiu 14,3%, um aumento de 1,1% em relação ao mês anterior que era de 13,2%, o que na prática representa 1,1 milhão de novas pessoas procurando emprego, atingindo assim o maior nível de pessoas sem trabalho no Brasil. (IBGE, 2020). E isso, mantém a elevada taxa do trabalho informal que teve uma variação em 2020 de 41% para 39,9%, sendo que o maior percentual de informalidade é liderado pelo Estado do Pará, em que o percentual está cima da média, 61,4%.

Evidente que, esses dados sobre o desemprego levantados pela IBGE (2020) se contrapõem as expectativas dos jovens do PJFC e seus consequentes projetos de vida com base no exercício da profissão de marceneiro, haja vista que a taxa atual de desemprego entre os jovens é brutal, pois entre aqueles na faixa etária de 18 a 24 anos, o desemprego chega a 27%. Assim, do total de desempregados no Brasil, 32% são jovens.

Outro dado alarmante levantado pelo IBGE (2020), mostra que entre os subutilizados que estão desempregados, trabalham poucas horas ou desistiram de procurar emprego, 42% é composto por jovens. Segundo Pastore (2020) “os jovens constituem um dos grupos mais vulneráveis do Brasil. [...] Ou seja, o desemprego prolongado dos jovens tem consequências altamente negativas que podem se estender por toda uma geração”

Em relação à **categoria percepção da profissão de marceneiro nos dias atuais**, ou seja, como os aprendizes enxergam uma profissão que poderá de fato ser exercida por eles futuramente, uma vez que estão recebendo uma formação com essa finalidade. Será que todos a percebem como uma profissão que acompanha o avanço tecnológico do mundo atual ou a veem como uma profissão obsoleta? Para 92,8% dos jovens entrevistados, essa é uma profissão importante e necessária na sociedade. Por outro lado, 7,2% acreditam que a profissão de marceneiro está ultrapassada, em função das tecnologias atuais, conforme mostram os dados do gráfico 5.

Gráfico 5: A profissão de marceneiro nos dias atuais para os jovens do PFJC

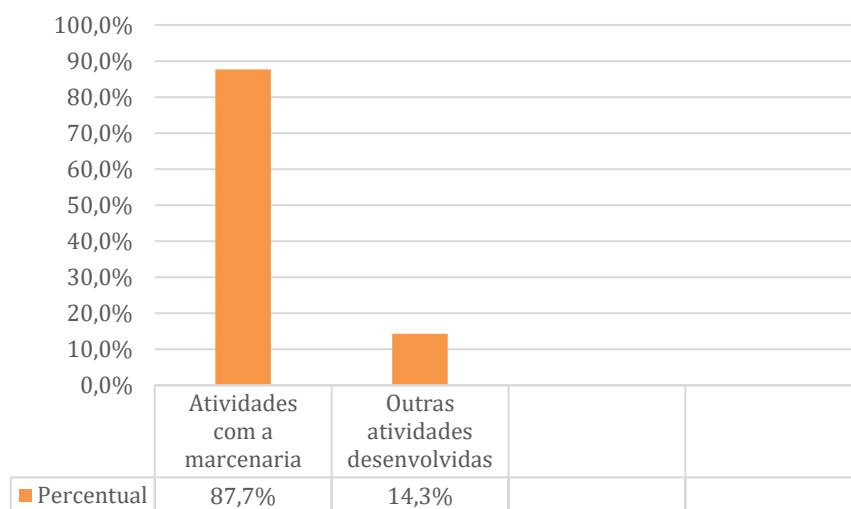


Fonte: Elaborado pelo pesquisador

Quanto **as práticas educativas e suas influências na formação profissional do PFJC, ao olhar dos alunos efetivos**, estes aos serem questionados sobre a importância das aulas na oficina da marcenaria, as palestras e os mini cursos, as atividades físicas e recreativas, todos foram enfáticos em afirmar que essas atividades colaboram para uma formação mais completa, entretanto, para 85,7% dos jovens efetivos do turno da manhã, são as atividades práticas com a marcenaria que mais irão contribuir com a formação profissional,

ao passo que 14,3% apontaram que são as outras atividades desenvolvidas no PFJC que farão a diferença na formação profissional do futuro marceneiro, conforme demonstra o gráfico 6.

Gráfico 6: Importância das atividades formativas para os jovens do PFJC



Fonte: Elaborado pelo pesquisador – 2020.

Vejamos o que escrevem e pensam alguns desses jovens entrevistados a respeito de serem as atividades da marcenaria, as consideradas mais importantes à formação profissional:

Para o entrevistado 1: *“As aulas de marcenaria são importantes porque através delas, eu aprendo a fazer móveis e outras coisas como carrinhos de madeira, brinquedos que podem ser usados por muitas crianças.”*

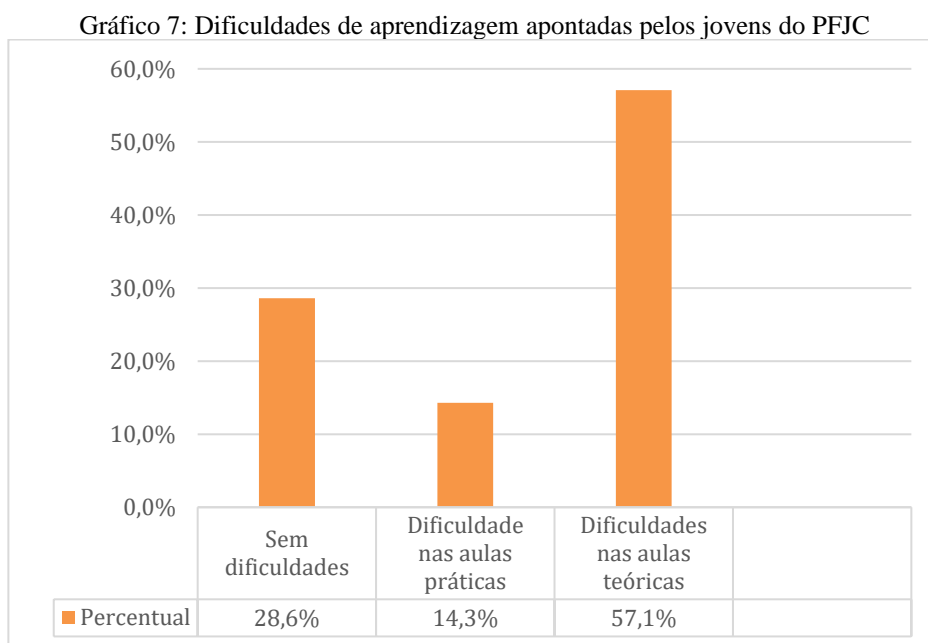
O entrevistado 3, acredita que conhecendo as habilidades da marcenaria, isso irá lhe ajudar a conseguir um emprego: *“Creio que se eu conseguir aprender bem as técnicas da marcenaria, quando saí daqui vou conseguir trabalho”*. Já o entrevistado 6, revela que as aulas do curso de marcenaria serão essenciais para lhe garantir um futuro melhor, e assim escreve: *“[...] eu aprendi a fazer trabalhos que vão me ajudar no futuro, essas aulas de marcenaria com certeza eu vou levar pra toda a vida”*. O jovem entrevistado de nº 9 afirma que: *“Ela é uma atividade importante, pois, além de servir de um ganho a mais, também é uma formação profissional”*.

Como vimos no gráfico nº 6, das práticas educativas existentes na formação profissional proposta pelo PFJC, as aulas de marcenaria se destacam, contudo para 14,3% são as palestras e mini cursos ofertados durante a sua permanência no projeto que irão fazer a diferença em suas vidas. Sobre o assunto, assim se expressam respectivamente os entrevistados de números 5 e 14: *“Com as palestras e mini cursos aprendemos e teremos*

mais qualificação para o trabalho. Acredito é uma preparação muito boa para nós jovens que até então estávamos sem esperança alguma.”

“Acredito que as palestras e mini cursos nos ajudarão muito, apesar de que esse ano tivemos poucos cursos e palestras, se tivessem mais seria muito bom pra nós, por que só a marcenaria no meu pensamento não irá garantir o nosso futuro”.

Considerando ainda, a categoria **práticas educativas e as suas influências na formação profissional ofertada no PFJC**, procuramos investigar sobre as possíveis dificuldades de aprendizagem encontradas pelos alunos no aprendizado dos ensinamentos teóricos e práticos que envolvem a ação curricular do curso de marcenaria, considerando que teoria e prática são processos complementares, dos quais dependem um aprendizado eficiente. Assim, ao serem perguntados quais eram suas principais dificuldades de aprendizagem, obtivemos as seguintes informações: 28,6% afirmaram não ter nenhuma dificuldade no processo de aprendizado; 14,3% citaram a dificuldade com o manejo das máquinas; 57,1% citaram que suas dificuldades ocorrem apenas com relação as aulas teóricas, conforme mostra o gráfico 7.

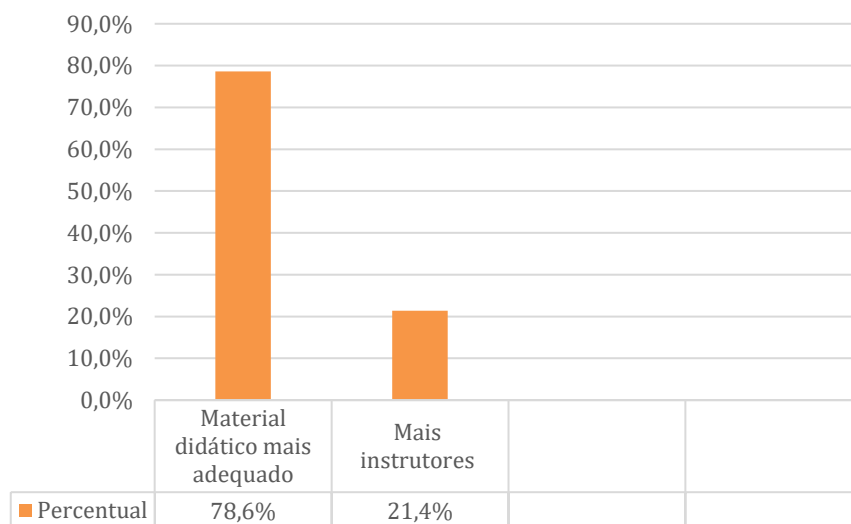


Fonte: Elaborado pelo pesquisador

De modo geral, ao serem perguntados sobre o que poderia facilitar a aprendizagem no curso de marcenaria ofertado pelo PFJC, 21,4% dos jovens entrevistados apontaram que deveria haver mais instrutores para dá maior acompanhamento durante as aulas práticas. Durante o período de observação podemos perceber que os jovens são bastante ativos, fazem perguntas constantemente e, isso, exigia de os instrutores dispensar bastante atenção a eles.

Contudo, 78,6% dos entrevistados acreditam que deveria haver um material didático mais adequado para ser utilizado principalmente nas aulas teóricas, como podemos ver o resultado no gráfico 8.

Gráfico 8: Medidas para facilitar a aprendizagem dos jovens no curso de marcenaria



Fonte: Elaborado pelo pesquisador

É importante ressaltar que, o índice percentual elevado, relativo ao grupo de entrevistados (78,6%) que mencionou a produção de um material didático mais adequado, como forma de ajudar no processo de aprendizagem, possivelmente, está associado a existência de apenas uma apostila física que é utilizada durante as aulas teóricas no curso de marcenaria do PFJC. A título de exemplo, o entrevistado nº 6, escreve: *“A apostila que a agente usa é muito velha, e tem parte muito apagada que a gente nem entende [...]”*.

Dentro do universo geral dos alunos efetivos, ao serem perguntados de forma específica, sobre que tipo de material didático poderia lhes facilitar a aprendizagem, eles foram quase unânimes na resposta, um aplicativo. A questão de múltipla escolha foi elaborada da seguinte forma:

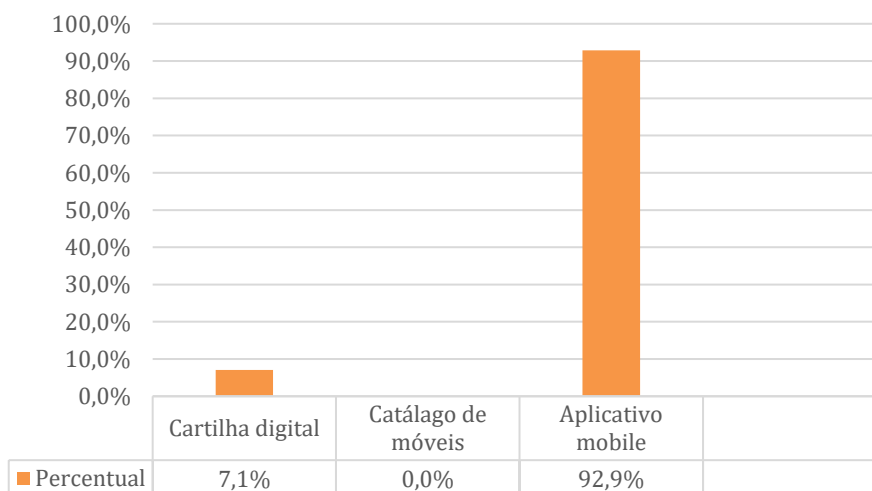
“11. Na sua opinião, que produto educacional facilitaria mais à aprendizagem no curso de marcenaria?

- ( ) Uma cartilha digital com informações sobre práticas e técnicas de marcenaria?
- ( ) Um catálogo com modelos de móveis que podem ser produzidos?
- ( ) Um aplicativo contendo assuntos relativos à marcenaria?

Outra sugestão: \_\_\_\_\_”

Diante da questão acima, 92,9% dos jovens, apontaram a última alternativa como possível produto didático que os ajudaria em suas formações e, claro, na aprendizagem da marcenaria. Apenas 7,1 % de todos os entrevistados, optaram pela primeira alternativa.

Gráfico 9: Sugestão de material didático dados pelos jovens do PFJC



Fonte: Elaborado pelo pesquisador

Diante de um número tão expressivo de ocorrência a favor de um aplicativo, que no entendimento da maioria absoluta dos jovens do PFJC, poderá ajudar no processo de aprendizagem dos alunos, demonstra o quanto os jovens atualmente se identificam com as tecnologias digitais móveis. Diante dos dados, não tivemos dúvida de que era necessário desenvolver um produto educacional que atendesse tais expectativas.

#### **4.1.3 A fala dos egressos no contexto das categorias em análise: confrontando os dados com as informações dos alunos efetivos.**

De posse dos dados apresentados por meio das entrevistas semiabertas com os jovens efetivos do PFJC, procuramos confrontá-los com a fala dos egressos. Assim, buscamos entender de forma mais profunda as categorias de análise, comparando os dados obtidos nas entrevistas com efetivos e egressos. Com o objetivo de manter o anonimato dos entrevistados, substituímos seus nomes por nomes fictícios, mantendo apenas suas idades reais. Assim os egressos passaram a ser identificados com os seguintes nomes: Antônio (21 anos), Miguel (23 anos), Júlio (20 anos), Sandra (24 anos), Zezaías (26 anos) e Jorge (21 anos).

No tocante à primeira categoria; **os sentidos do trabalho para os jovens do PFJC**, em que todos os alunos efetivos confirmam a essencialidade do trabalho, essa percepção também ocorre entre os egressos que participaram das entrevistas abertas. Sobre o assunto, as falas abaixo são representativas:

Olha, pra mim o trabalho é tudo, né, é meu ganha pão, quando fico sem trabalhar parece que fico sem chão, sabe como é, né? Quando a gente já tem família, tem que ter batalha todo dia, se não a gente não dá conta [...] infelizmente né, não conseguir montar minha marcenaria, esse era meu desejo, mas mesmo na profissão de pedreiro né sempre uso um pouco daquilo que aprendi lá, entendeu? E é isso, eu entendo que o trabalho é uma atividade muito importante pra nós, sem ele a gente não é nada mesmo. [...] gosto do que faço, mas quero me aperfeiçoar mais nessa profissão, né, porque o pedreiro profissional ganhar melhor, pra você ter uma ideia minha diária é a metade do que ganha um considerado pedreiro profissional, entendeu? O que me deixa tranquilo, feliz... é quando passo, por exemplo, né, na frente de uma residência, aí eu digo pra mim mesmo, bom esse muro ou essa calçada, eu ajudei a fazer, isso pra mim sempre foi e será gratificante, entende? (Miguel, 23 anos)

Jorge (21 anos), ao ser perguntado sobre a importância do trabalho da marcenaria, e do trabalho de forma geral respondeu que:

A gente via... eu a parte do emprego, mas o trabalho...eu tinha...sei lá eu tinha por inspiração, até pro meus filhos, sei lá marcenaria é uma coisa que eu gosto de fazer...meus filhos até eles me olhando fazer... que tudo eu fazia de marcenaria, e quando a gente começa a fazer alguma coisa, parece que fica um obstáculo que eu quero passar, que eu vou aprender, então coisas que eu nunca fiz, por isso que eu gostava, é um obstáculo que eu vou passar por cima, eu vou fazer isso, nunca fiz mas vou aprender, foi aprendendo, fiz várias coisas. E pra mim parece que era um amor trabalhar com marcenaria [...].

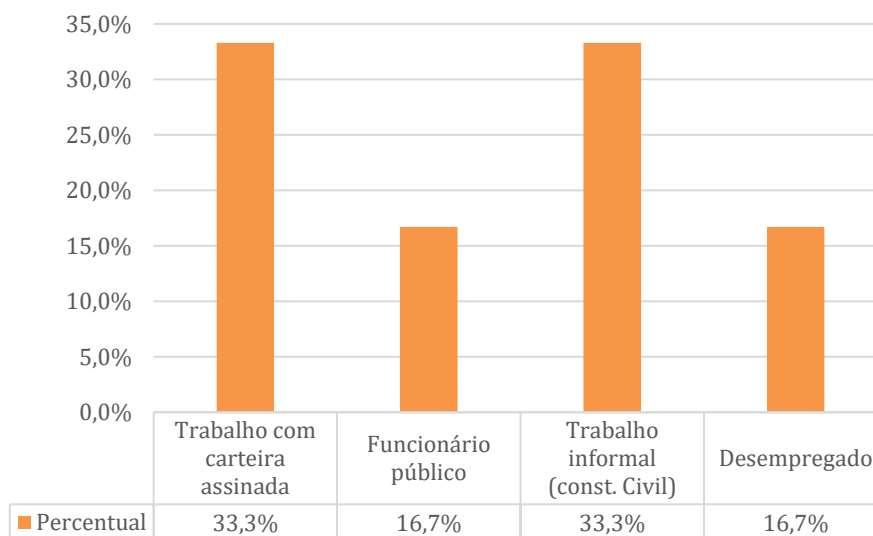
Ao analisar a fala desses egressos, vimos claramente que seus discursos se coadunam com o pensamento dos jovens participantes efetivos do curso de marcenaria do PFJC, haja vista que os grupos de entrevistados reconhecem o valor e a utilidade do trabalho. Por exemplo, na fala do egresso 1, quando afirma que *o trabalho é tudo*, está implícito que este ver o trabalho de forma positiva, ainda que em sua visão esteja implícita o valor do trabalho como sinônimo de emprego, contudo quando afirma que se sente feliz, realizado quando passa na rua e ver que determinada obra ajudou a construir, compreendemos que nela está implícita uma concepção de trabalho como produção da existência e de realização humana, conforme a compreensão de Ramos (2008) sobre o trabalho.

Diante dos dados apresentados, podemos aferir que tanto as percepções concernentes ao trabalho enquanto empregabilidade quanto às percepções de sentido do trabalho enquanto

produção da existência humana estão presentes nos discursos dos alunos efetivos e egressos do PFJC, com uma percepção mais elevada da segunda tendência, o que revela um valor positivo do trabalho, no sentido não só de garantia da sobrevivência, mais também enquanto realização e produção da existência humana. Frigotto (2001, p.74), considera que é pelo trabalho que o homem pode criar e reproduzir permanentemente sua existência, assim “impedir o direito ao trabalho, mesmo em sua forma de trabalho alienado do capitalismo, é uma violência contra a possibilidade de produzir minimamente a vida própria e, quando é o caso, dos filhos”.

**A possibilidade de inclusão no mundo do trabalho através da formação profissional de marceneiro recebida no PFJC**, também é vista por alunos efetivos e egressos como uma realidade, tanto para abrir o seu próprio negócio como para conseguir um emprego. Como vimos, 78,6% dos alunos efetivos acreditam que a formação de marceneiro irá lhe ajudar a conseguir um emprego, no entanto, entre os egressos entrevistados, o índice de empregos com carteira assinada é bem menor. Assim, 02 (dois) egressos, o equivalente a 33,3%, trabalham em marcenarias da cidade de Óbidos com carteira assinada. 01 (um) equivalente a 16,7%, é funcionário efetivo do estado e 02 (três), equivalente a 33,3%, trabalham por conta própria no mundo da informalidade, atuando no ramo da construção civil como ajudantes de pedreiros, e 01( um) equivalente a 16,7%, no momento da entrevista estava desempregado, mas já havia trabalhado antes em uma marcenaria da cidade, conforme apontam os dados do gráfico nº 10.

Gráfico 10: A situação dos egressos do curso de marcenaria do PFJC no mundo do trabalho



Fonte: Elaborado pelo pesquisador

O dados revelam que, apesar de existir uma certa discrepância entre as expectativas de emprego criada pelos jovens efetivos (78,6%) e a realidade dos egressos no mundo do trabalho, o curso de marcenaria ofertado pelo PFJC vem contribuindo com a inclusão dos jovens no mundo do trabalho, uma vez que o equivalente a 33,3% dos egressos entrevistados estão trabalhando de carteira assinada em marcenarias da cidade de Óbidos. Embora, como demonstrado no gráfico acima, nem todos atuam em atividades diretamente ligadas à marcenaria, mas a maioria está trabalhando, ainda que no campo da informalidade. Apesar dos diferentes campos de atuação, todos os egressos entrevistados reconhecem que os conhecimentos adquiridos no curso de marcenaria e em outras atividades promovidas no PFJC contribuíram para atuarem no mundo do trabalho e, hoje, sentem-se mais preparados para a vida. É nesse sentido que destacamos a fala de Antônio (21 anos):

[...] eu acho que o aluno [...] ele se empenha né, [...] ele busca realmente uma forma [...] de ingressar no mercado de trabalho, porque...várias pessoas que tiveram o aprendizado, hoje tão empregado, muitos deles né, que buscaram continuar nessa área. Então eu acho que sim, tem contribuído bastante e não só na área de marcenaria, tem outros cursos que o projeto oferece e cabe assim um leque de oportunidade [...] pros alunos. Então em vários setores também eles têm sido empregados.

Portanto, para os egressos, o curso de marcenaria tem contribuído para a inclusão no mundo do trabalho. Zezaías (26 anos), ao ser perguntado se conhecia colegas da sua turma que estão trabalhando no ramo da marcenaria, assegura que:

sim, sim, tem, já vi vários colegas meus que tá trabalhando em outras marcenarias, quando a gente vai fazer algo em outra marcenaria ou...e visitar tipo...tenho um colega chamado David, uma vez que eu fui lá na marcenaria, mas não pensei, nunca pensei que ele estava lá, sim, mas na hora que eu entrei na marcenaria ele estava lá... Eu falei com ele, ele falou aqui é que eu trabalho, eu falei porra! Ainda bem que a gente conseguiu o nosso trabalho né, ele falou: pois é..., e além disso, eu conheço vários colegas também que trabalham em outras marcenarias graças ao Zé Cornélio. [...]

Júlio (20 anos), que terminou o ensino médio no mesmo ano em que fez o curso profissionalizante de marcenaria no PFJC, a pesar de ter feito outros cursos em instituições de ensino particulares existentes na cidade de Óbidos, o curso de marcenaria foi determinante para conseguir um emprego.

[...] no ano em que eu terminei lá, eu terminei meus estudos também, me formei no ensino médio, aí... no próximo ano eu ingressei na instituição Amigos do Menino

Jesus<sup>10</sup>, lá eu fazia curso de informática básica e avançada, e no CIB<sup>11</sup>, fazia curso também de operador de caixa. Sim, aí o ano acabou, quando foi em 2019 [...] consegui um trabalho na marcenaria “Agap”, do proprietário Claudomiro, então eu digo, se não fosse a marcenaria, eu estava sem trabalho.

Ainda em relação a categoria inclusão no mundo do trabalho, observamos que ao deixarem o PFJC, os jovens sonham em montar o seu próprio negócio, ter a sua marcenaria, mas por falta de condições financeiras, isso torna-se um objetivo difícil de ser alcançado, como afirma Zezaías (26 anos)

Eu tentei né, de início montar um ateliê, uma pequena marcenaria pra mim continuar, só que com a falta de recursos, né, falta de material eu...tô deixando ainda esse sonho ainda de lado. [...] é uma coisa que eu quero pra minha vida, né, mas agora não tenho condições, mas assim que der certo quero ter a minha própria oficina. [...] é uma paixão que eu desenvolvi ali né, no projeto como aluno, é uma coisa que eu quero levar pra minha vida. [...]

Enquanto categoria de análise, ao considerámos a percepção dos alunos efetivos em relação à profissão de marceneiro, encontramos um índice elevado (92,8%) demonstrado anteriormente no gráfico nº 5, entre aqueles que concebem a marcenaria como uma boa profissão. Esse dado também encontra veracidade na fala dos egressos, que perguntados como viam a profissão de marceneiro, a maioria, 66,6% dos entrevistados afirmaram que a marcenaria é uma profissão importante para a sociedade, esses afirmam gostar e se identificar com a referida profissão. Para 33,4%, mesmo não estando trabalhando atualmente com a marcenaria, não descartam a possibilidade de um dia vir a exercê-la, é o caso Miguel (23 anos), ao falar que a marcenaria

[...] tá sendo um boa coisa sim pra mim, eu não sei se daqui em diante né, só sabe, só quem sabe é Deus, mas daqui em diante quem sabe eu possa ser um marceneiro, ingressar nessa [...] profissão, sabe, e se um dia sim eu for nela assim, vou adiante, porque é uma coisa assim que quando tu começa a fazer, tu não quer mais parar, é uma coisa muito boa...é legal também, sabe? Muito, muito legal mesmo a marcenaria.

Contudo, não podemos esquecer que entre os alunos efetivos, 7,2% (Gráfico nº5) percebem a profissão de marceneiro como ultrapassada em função das tecnologias atuais.

---

<sup>10</sup> Trata-se de uma instituição privada sem fins lucrativos que atende crianças e adolescentes na Cidade Óbidos, com cursos e reforço escolar.

<sup>11</sup> Trata-se de uma instituição particular de ensino que oferece cursos técnicos profissionalizantes e cursos superiores.

Esse dado nos mostra que essa percepção da profissão de marceneiro, possivelmente pode estar baseada na observação das máquinas que são utilizadas atualmente na marcenaria do Projeto de Formação José Cornélio. Talvez, o maquinário usado atualmente esteja levando os alunos efetivos que compõe esse percentual de 7,2%, a perceberem a profissão de marceneiro como ultrapassada e pouco valorizada na sociedade atual. Um investimento por parte do poder público em novas máquinas que envolvem o emprego de tecnologias modernas na marcenaria, poderia modificar esse índice percentual.

Esse índice de percepção negativa da profissão de marceneiro também pode estar atrelado a um conhecimento prévio dos jovens efetivos do PFJC, de que a profissão de marceneiro é uma das mais antigas da humanidade. Seja como for, é inegável que o processo tecnológico no capitalismo tem feito desaparecer e surgir novas profissões.

Para Manfredi, o processo de qualificação e desqualificação, de desmonte, de deslocamento e de surgimento de novas profissões está ocorrendo em uma velocidade assustadora. A autora afirma que:

[...] A adoção, pelas atividades produtivas e de comunicação (a informática, as máquinas numéricas e a robótica), das tecnologias resultantes das inovações no campo da pesquisa em microeletrônica gerou a necessidade de novas especializações profissionais e favoreceu o desaparecimento de outras. Outras tantas profissões, embora não tenham desaparecido, passaram a exigir um profissional com novos conhecimentos e habilidades [...] (MANFREDI, 2002, p. 40 – 41).

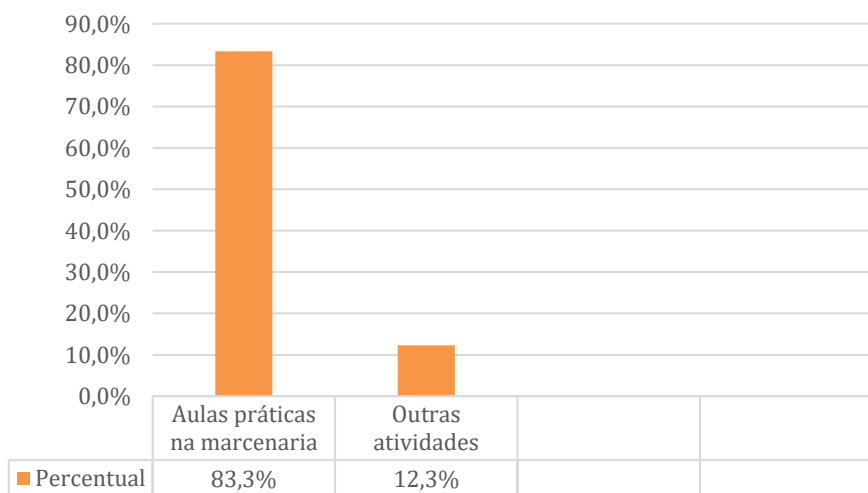
A questão ora exposta nos leva a refletir sobre a próxima categoria de estudo, levando dessa feita em consideração as informações fornecidas por egressos do curso de marcenaria do PFJC, buscamos saber como eles percebiam as práticas educativas presentes no seu processo de formação profissional.

Será que as práticas educativas vivenciadas pelos egressos contribuíram para uma formação integral, capaz de levá-los a perceber a realidade em que estão inseridos, ou foram práticas reducionistas, meramente técnicas restritas ao aprender fazer. Pacheco (2012) acredita que o ato educativo comprometido com a formação para a vida e para o mundo do trabalho deve considerar a integração da ciência, da tecnologia, da arte e da cultura, e tudo mediado por uma ação dialógica. Não há dúvidas de que a ciência, a tecnologia, a arte e a cultura estão presentes nos processos formativos da área de marcenaria,

Entre os egressos do curso de marcenaria do Projeto de Formação José Cornélio, 83,3% compreendem que as aulas práticas de marcenaria foram essenciais para a sua

formação profissional, enquanto que 16,7% creditam essa importância às outras atividades educativas desenvolvidas em torno do curso, conforme podemos observar no gráfico nº 11.

Gráfico 11: A importância das práticas educativas para os egressos do PFJC



Fonte: Elaborado pelo pesquisador

O índice de 83,3% é muito próximo dos 87,7% obtidos com os efetivos (gráfico nº 6), confirmando assim que as aulas práticas do curso de marcenaria são consideradas as atividades educativas mais importantes para efetivos e egressos do PFJC.

Entre os egressos podemos ainda observar que 12,3% consideram as outras atividades desenvolvidas em torno do curso de marcenaria (mini cursos, palestras, aulas de inglês e informática, passeios, etc...) como sendo as mais importantes para a sua formação. O importante é frisar que, de modo geral, percebemos que os egressos gostavam das práticas educativas vivenciadas no Projeto de Formação José Cornélio, e que elas também eram de fato importante na formação dos jovens.

Há na fala dos egressos um saudosismo do tempo em que participaram do PFJC:

Na minha época a gente chegava cedo, a coordenadora reunia naquele pátio e lá a gente fazia uma oração, era todo dia, depois a gente tomava um café da manhã, aí a gente ía pra aula de marcenaria, isso era dois dias na semana, era muito bom, eu pelo menos gostava muito, os outros dias a gente tinha educação física, tinha passeio...um dia foi muito bacana a gente foi lá no sítio paraíso, a gente se divertiu muito [...] tinha um dia na semana que era dedicado à informática e a música, também era outro projeto paralelo com a escola de música Manoel Rodrigues, olha eu lhe digo, ainda sinto saudade de lá. (Sandra, 24 anos).

Miguel (23 anos) lembra que no ano em que participou tinha aula de inglês.

Olha, não era só a marcenaria não, quando eu estudei lá tinha várias coisas, o pessoal do conselho tutelar sempre ia lá, conversam muito com a gente, tinha dia também que a gente tinha aula de física, tinha informática, era lá na Dona Elza, tinha também dia que a gente ia lá pra igreja, ali perto dá Praça de Terezinha, lá a gente tinha aula de inglês. Os missionários que vinham de fora é que dava essa aula. [...] a gente nunca ia só, sempre tinha o acompanhamento da coordenadora que também estudava com a gente, era uma coisa muito boa, lembro bem disso, foi uma época muito legal.

Diante do que precede, e ciente das transformações que ocorrem no mundo do trabalho, a formação profissional do trabalhador em qualquer área do conhecimento precisa ser alicerçada em uma gama de conhecimentos gerais, conforme uma visão de educação profissional integral e emancipadora. Araújo e Frigotto (2015, p. 64) lembram que a ideia de ensino integrado não se restringe a uma concepção de nível médio, mas ela deve se fazer presente em todas as “[...] práticas formativas focadas na necessidade de desenvolver nas pessoas (crianças, jovens e adultos) a ampliação de sua capacidade de compreensão de sua realidade específica e da relação desta como a totalidade social”. Conforme foi demonstrado na fala dos egressos, as atividades educativas que existem em torno da formação de marceneiro, ajuda os jovens a ampliarem seus conhecimentos em outras áreas. O egresso Júlio (20 anos), por exemplo, mostra-se agradecido pelo conhecimento que adquiriu no PFJC:

[...] Tenho só a agradecer ao pessoal daquele tempo lá, a coordenadora, o instrutor seu Aerolino, foram pessoas muito legal com nós e.... Além do mais não foi só é...não foi só aquele curso que a gente fizemos naquele tempo, tivemos uma semana de curso de arbitragem, tivemos o PROED que ensina várias coisas prá nós também, e palestra e muito mais nós tivemos naquele tempo lá, mas eu só tenho a agradecer a eles, tipo...ter me dado aquela oportunidade e hoje eu estou fazendo aquilo que eu aprendi lá com muito amor e carinho

Como podemos observar na fala de Júlio (20 anos), ele de fato valoriza o que aprendeu durante a sua passagem pelo Projeto de Formação José Cornélio. Ressalta em seu discurso que não foram somente as aulas de marcenaria que fizeram a diferença na sua vida, outras atividades complementares também foram essenciais em sua formação profissional. Dessa forma, concluímos que o curso de marcenaria ofertado pelo Projeto de Formação José Cornélio, ao longo de sua existência, vem dando importante contribuição para o processo de formação humana integral dos jovens participantes do projeto.

#### **4.1.4 As categorias imersas das falas dos responsáveis, coordenadores e instrutores do PFJC**

**O combate a vulnerabilidade e a exclusão de jovens em risco social pelo PFJC, o trabalho como princípio educativo nas práticas pedagógicas do PFJC, a formação para o mundo do trabalho e a preparação para a vida no olhar dos responsáveis, instrutores e coordenadores do PFJC**, foram categorias que emergiram das entrevistas abertas com duas ex-secretárias de promoção social do município de Óbidos, uma coordenadora atual e uma ex-coordenadora, dois instrutores atuais e dois ex - instrutores.

Para facilitar a análise das categorias e preservar a identidade dos (das) entrevistados (as), classificamos os responsáveis pelo PFJC em dois grupos. Assim, as ex-secretárias, ex-coordenadora e coordenadora atual, juntamos em um grupo, ao qual denominamos de grupo das flores, uma alusão às mulheres trabalhadoras e guerreiras da área social e educacional, que conduzem com firmeza projetos e programas de educação profissional sem perder a suavidade e a beleza da vida. E dessa forma, nossas colaboradoras passaram a ser identificadas como Violeta, Hortênci, Rosa e Orquídea.

O grupo formado por ex - instrutores e instrutores atuais, denominamos de grupo das ferramentas, uma alusão direta a instrumentos de trabalho utilizados na marcenaria, dessa maneira, nossos entrevistados passaram a ser identificados como *Formão, Serrote, Martelo e Trena*.

#### **4.1.5 O combate a vulnerabilidade e a exclusão de jovens em risco social pelo PFJC**

A Lei nº 3.446/2007, implantada no Município de Óbidos, criando o Projeto de Formação Profissional José Cornélio, é clara em um de seus objetivos: combater a vulnerabilidade e a exclusão social dos jovens em risco social, por meio da oferta de educação profissionalizante, geração de emprego e renda.

Como identificamos anteriormente, os jovens participantes do curso de marcenaria do PFJC advêm de famílias pobres, em que a renda mensal de seus pais, em certas situações são declaradas na ficha de seleção, ser menos de um salário mínimo. Diante desse contexto, fica explícito, que esses jovens são vítimas de um sistema social e econômico excludente, marcado pela histórica desigualdade social em que se firmou a economia, um sistema que fere e mata milhares de jovens no mundo todos os dias<sup>12</sup>. Seriam eles, que a Lei nº 3.446/2007, os

---

<sup>12</sup> Conforme o Atlas da Violência no Brasil, em 2017, 35.783 jovens foram mortos no Brasil. Esse número representa uma taxa absurda de 69,9 homicídios para cada 100 mil jovens no país. Os homicídios foram a causa

classificou como sendo jovens em situação de vulnerabilidade e em risco social? E por meio de um projeto de educação profissional que oferece uma formação de marceneiro pretende incluí-los no mundo do trabalho?

Em nosso entendimento é necessário, primeiramente, compreendermos o que os responsáveis, coordenadores e instrutores do PFJC, julgam ser um estado de vulnerabilidade e risco social. Vejamos como os jovens são percebidos por representantes do grupo das flores ao retratarem a forma de seleção:

É, começou primeiro sendo encaminhado pelo Ministério Público e Conselho Tutelar, aqueles adolescentes que cometiam ato infracional e que precisava cumprir medida, então eles eram encaminhado pra lá de dezesseis a vinte e um ano, era encaminhado pra lá, e aí eles tinham todo um acompanhamento familiar pra poder encaixar no projeto, e alguns era através do acompanhamento que a própria assistência já fazia e sabia a situação que ele vivia, situação de vulnerabilidade, aí também participavam, fazia toda uma inscrição, toda uma visita pra poder ele fazer parte do projeto. (ROSA)

Violeta acrescenta que:

O processo de seleção de jovens de referência do CREAS né, Assistente Social, psicóloga, elas fazem uma visita na casa do adolescente, e aí através dessa visita, elas detectam se o adolescente tá apto a participar do projeto né, mas todo aquele adolescente que tá aí em situação de vulnerabilidade social, ou que a família tenha cometido alguma negligência ele está apto a participar dos projetos. A gente também tem os menores infratores que são casos mais isolados, mas que frequentam o projeto também, que vem encaminhado do Ministério Público (VIOLETA)

Como podemos observar nas informações fornecidas por Rosa e Violeta (Grupo das Flores: ex-secretárias, ex-coordenadora e coordenadora atual), o PFJC usa como um dos critérios de seleção adolescentes que cometem atos infracionais. Na fala de Violeta, por exemplo, ela também se refere aos jovens como menores infratores, e confirma que atendem jovens encaminhados pelo MP. Diante dos discursos proferidos, podemos avaliar que o significado de vulnerabilidade social para os responsáveis do PFJC não está associado somente a situação de pobreza e falta de renda, possivelmente a sua compreensão também está associada à imagem do jovem enquanto agente de desordem social.

---

de 51,8% dos óbitos de jovens de 15 a 19 anos; de 49,4% para pessoas de 20 a 24; e de 38,6% das mortes de jovens de 25 a 29 anos; tal quadro fez dos homicídios a principal causa de mortes entre os jovens brasileiros em 2017. Dados completos estão disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/downloads> . Acesso em de maio de 2020.

Carrano (2012) lembra que os jovens na adolescência passam constantemente por crises que ao suplantarem-nas veem deslocados seus conflitos existenciais para a sociedade, que passa a ser a vitrine de suas contestações. Na visão do autor, a sociedade conservadora passa a ver esses jovens como “vagabundos” que não gostam de trabalhar, vivem na ociosidade e representam a desordem social.

Diante do exposto e conforme Carrano (2012), a maioria das políticas públicas implantadas no Brasil para os jovens, infelizmente seguiu a retórica de que os jovens precisam ser amparados e devem dedicar-se a alguma ocupação. Contrariando, essa lógica, Carrano (2012, p. 90) acredita que “os jovens precisam de espaços e tempos não apenas para receber projetos pré-concebidos por lógicas adultas; eles e elas querem dizer o que precisam e sinalizar para o que podem fazer individual e coletivamente. É neste sentido que Zucchetti (2003, p. 187) acredita que a questão da vulnerabilidade social “é uma categoria que questiona continuamente o conjunto da sociedade, ao mesmo tempo, que potencializa as Políticas Públicas governamentais e fortalece os laços de solidariedade através das inúmeras ações da sociedade civil [...]”.

Para combater a vulnerabilidade e a exclusão dos jovens, o Projeto de Formação Profissional José Cornélio se propõe a ofertar o ensino profissionalizante, gerar emprego e renda. A questão do emprego e renda estão diretamente ligados a inclusão dos jovens ao mundo do trabalho. Então procuramos saber se de fato esse objetivo precípua do PJFC vem sendo alcançado. De acordo com as informações de “Orquídea”,

entre os anos de 2007 a 2015, participaram do Projeto de Formação José Cornélio dos Santos 242 adolescentes. Sendo que na primeira turma participaram 30 adolescentes, durante 02 anos consecutivos: 2007 e 2008. E as demais turmas, eram compostas por 30 adolescentes, os quais participaram apenas um ano. No ano de 2015 que foi composta por 32 alunos. Assim, conforme pesquisa com parentes e amigos e mesmo com alguns desses adolescentes, verificou-se a seguinte situação: trabalhando em empresas de ramo de marcenaria em Óbidos ou outra cidade nos anos de 2007 a 2015 - 75 adolescentes.

O número de 75 adolescentes, o equivalente, a 30,9% dos jovens que participaram entre os anos de 2007 a 2015, mostra a contribuição do PJFC para a inclusão dos jovens no mundo do trabalho por meio do curso profissionalizante de marcenaria.

Em conformidade com os dados levantados pela coordenação do PJFC e pelo pesquisador, ao longo da existência do projeto, a formação de marceneiro tem sido essencial para a inclusão de jovens no mundo do trabalho. Na tabela abaixo, podemos conferir o número de jovens que participaram do curso de marcenaria do Projeto de Formação José Cornélio.

Quadro 6 - Jovens atendidos no PFJC entre os anos de 2007 a 2029

Período	Jovens atendidos
2007	30
2008	
2009	30
2010	30
2011	30
2012	30
2013	30
2014	30
2015	32
2016	30
2017	15
2018	30
2019	30
<b>Total</b>	<b>347</b>

Fonte: Elaborado pelo pesquisador - 2020

De acordo com o levantamento supramencionado, e em conformidade com as informações da coordenação atual do projeto, até o ano de 2019, dos 347 jovens atendidos, 138 já trabalharam ou estão trabalhando em marcenarias, conforme demonstra o quadro a seguir:

Quadro 7 - Inclusão de jovens no mundo do trabalho considerando a formação de marceneiro do PFJC

Período de apuração	2007 a 2019	Índice Percentual
Jovens atendidos	347	100%
Ingressaram no mundo do trabalho	138	40%

Fonte: Secretaria do Projeto de Formal José Cornélio – Elaborado pelo pesquisador – 2020.

Quando comparamos o número de jovens que, por meio do curso de marcenaria, conseguiram trabalho nas oficinas obidenses e em outros locais, com as reações atitudinais exposta no quadro nº 5, sobre a expectativa dos jovens vencerem o desemprego por meio da formação recebida, fica comprovado a contribuição da formação de marceneiro promovida pelo PFJC para a inclusão dos jovens em risco social no mundo do trabalho.

E a preparação para a vida, existe essa preocupação na formação dos marceneiros? Se consideramos que o homem produz a sua existência por meio do trabalho, e este está presente nas práticas educativas do PFJC com indicativos de que nelas estão engendradas a concepção de trabalho como princípio educativo e de formação humana integral, então podemos deduzir que a formação de marceneiro recebida no Projeto de Formação José Cornélio também contribui na preparação para a vida, isto é, ajuda os alunos a entenderem a realidade em que estão inseridos, motivando-os a modificá-la e preparando-os para o exercício da cidadania. Nesse sentido, além dos depoimentos mencionados no campo analítico da dissertação que comprovam a intencionalidade da formação promovida pelo PFJC, em contribuir na preparação para a vida, acrescentamos nesse momento mais um depoimento feito por um dos egressos, que confirma de forma positiva a hipótese levantada:

Sim valeu, e o que eu aprendi ali né, vou levar pra minha vida, e... como me sinto hoje pra que eu me sentia sete anos atrás mudou muito né, amadureci não só profissionalmente mais como ser humano, pelo aprendizado, pela convivência ali de tantos colegas que eu obtive [...] eu tava nessa época de experimentação, e o aluno ele recebe uma bolsa né, eu ia pela aquela bolsa né, aquela quantia no final do mês, daí dava de eu comprar um negócio pra mim, comprar um teco né, entorpecente, daí eu foi começando a ver que aquilo ali durante um ano ia acabar né, daí então eu vi ali a oportunidade, oportunidade de eu obter uma profissão e conseguir muito mais, não pra pra usar com drogas ou outra coisa né, [...] a minha mentalidade foi mudando né, graças a Deus a partir daí comecei a ter interesse, daí a nossa coordenadora [...] era muito digamos assim legal, ela era muito atenciosa aí, o que ela dizia foi ficando em minha mente né, então conseguir a abandonar o vício, e quando sair de lá, [...] o jovem se emociona], sem lá, eu tava mais preparado pra vida lá fora, certo!

#### **4.1.6 O trabalho como princípio educativo nas práticas pedagógicas do curso de marcenaria PFJC**

Quando falamos em educação profissional e tecnológica, temos consciência de que um de seus princípios básicos é o trabalho como princípio educativo. É educativo não na concepção de punição, castigo, fadiga (CARMO, 1992), mas no sentido de liberdade, criação e produção da própria existência e no sentido de superação entre teoria e prática nos processos pedagógicos da educação profissional (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005). É assim que buscamos evidenciar e analisar o trabalho como um princípio educativo presente nas práticas pedagógicas do curso de marcenaria do PFJC.

Na escola tradicional, sabemos que é um grande desafio para os educadores a superação da dicotomia entre teoria e prática. Dessa forma, o trabalho pedagógico, realizado como princípio educativo, dentro de uma concepção progressista de educação, muitas vezes é

comprometido. Segundo Gohn (2011, p.108), no campo da educação não-formal, “os espaços onde se desenvolvem ou se exercitam as atividades da educação não formal são múltiplos [...] criado e recriado segundo os modos de ação previstos nos objetivos maiores que dão sentido ao fato de determinado grupo social estar se reunindo”. Nesse norte, acreditamos que na educação não formal há mais liberdade para a criação e o exercício da criatividade. Assim sendo buscamos nos depoimentos do grupo “Ferramentas (ex e atuais instrutores)”, indícios de que existe nas práticas pedagógicas do curso de marcenaria do PFJC, a preocupação da junção da prática com a teoria, como indicativo da realização do trabalho como princípio educativo. Segundo “Formão”, o trabalho pedagógico na marcenaria busca realizar a associação da teoria com a prática. Ele assim se expressa:

É assim... logo no começo, quando entrava uma turma a gente tinha sim a parte teórica né, ela durava de três a um mês, três semanas a um mês. Explicando a apostila pra eles, e como usar as ferramentas, entendeu? E como se comportar diante de alguma situação, então demora esse período de duas semanas a um mês, dependendo da turma, pra depois a gente começar na parte prática, no caso que já era a parte de trabalhos com máquina. Começava primeiro com máquinas manuais pra depois ir se adaptando devagar com as máquinas elétricas, mas a gente se preocupava em ensinar tudo pra eles, todo processo pra eles, aí a gente procurava associar aquilo que eles tinham visto na apostila com a parte prática nas máquinas.

Quando “Formão” cita que existe a preocupação em ensinar todo o processo para os jovens, podemos dizer que isto é um indício da presença do trabalho como princípio educativo nas práticas pedagógicas do curso de marcenaria do PFJC, pois segundo Saviani (2007), um dos sentidos do trabalho enquanto princípio educativo provêm das exigências específicas que o processo educativo requer, face a participação direta de todos os envolvidos no trabalho socialmente produtivo.

Para “Martelo”, não há dificuldade em transmitir os conhecimentos teóricos e práticos para os alunos, pois nesse momento,

[...] a gente tá ensinando ele na apostila, a gente tenta interagir com ele...cada um ler, a gente interage, a gente explica o que é...faço as perguntas pra eles, pra que serve aquela máquina, pra que serve aquela ferramenta, e aí todo mundo aprende... e aí todo mundo já sabe...e na hora de transmitir...na hora que tô ensinando...primeiro começo a fazer, ele fica olhando depois...ele pega...depois eu mando ele mesmo fazer. Aí alguns deles dizem, pô tá muito feio meu trabalho, aí eu digo não! A primeira vez sempre sai feio, porque tu não sabes ainda fazer direito, mas tu vai, tu vai fazendo e cada vez mais vai melhorando o seu trabalho, cada vez vai ficando melhor [...] com a prática.

O depoimento de “Martelo” demonstra que, a ação educativa dos instrutores, tenta de fato valorizar a integração teoria e prática, o que demonstra que existem indícios do trabalho como princípio educativo nas práticas pedagógicas do curso de marcenaria do PFJC, se não em toda a sua plenitude, mas pelo menos na busca da superação da dicotomia teoria x prática, é possível detectar a existência do trabalho como princípio educativo, ainda que esse seja realizado de forma inconsciente, ele está implícito nas práticas, pois de acordo com Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) a relação trabalho e educação não é inocente. Trata-se na verdade de uma relação que é parte integrante da luta hegemônica entre capital e trabalho. Além disso, se levamos em conta o nível de satisfação e realização pessoal dos instrutores com o trabalho realizado, então podemos dizer que o trabalho no PFJC é educativo.

Vejamos o que profere o entrevistado “Serrote”, ao falar da convivência no PFJC:

O ambiente era agradável, os alunos eles eram atenciosos...Eles queriam aprender! Eles queriam aprender! Isso dava uma emoção na gente, a gente conversava com os funcionários que foi tranquilo... a gente almoçava junto, rezava antes de almoçar todo mundo junto, de mãos dadas, aí nisso vai criando aquela...aquele lugar tranquilo, confortável pra trabalhar, parece que a gente tá até em casa, as vezes não dá nem vontade de ir embora, com a convivência, até os alunos não queriam nem parar, porque tem um período deles pararem, mas eles queriam continuar, ok, fica um ambiente muito legal, vira família... e foram vários alunos, várias turmas.

Como podemos perceber nas palavras de “Serrote”, o clima no ambiente de trabalho era amistoso, o que nos leva a perceber o trabalho como um valor positivo o que deixava professores e alunos satisfeitos com o trabalho realizado. Ciavatta (2009), conclui que o trabalho não é necessariamente educativo, depende das condições de sua realização, dos fins a que se destina, de quem se apropria do produto do trabalho e do conhecimento que se gera. Dentro dessa perspectiva, “Formão” relata que,

[...] logo no começo quando eu entrei a gente preparava vários produtos, nós fizemos muitas coisas assim pros projetos [...], a gente fazia jogo de mesa, de cadeiras, armário, aqueles porta-retrato, tábuas de cortar carne... enfim, tudo era feito na marcenaria, fora outras coisas. [...] a gente também focava na parte de brinquedos, feito de madeira, a gente fazia uma parte de cinco mil, seis mil brinquedos de madeira pra distribuir no natal pras crianças no final do ano. Então, isso daí foi muito proveitoso, muito gratificante, de tu ver no final do ano uma criança recebendo um brinquedo daquele e ficar contente de saber onde tinha sido confeccionado, entendeu?

Rosa (grupo flores) lembra que na marcenaria, os jovens

[...] aprendiam fazer a parte da marcenaria, eles faziam carteiras pras escolas, era uma parceria com a educação. Eles faziam cama, eles faziam tudo quanto é móvel de casa, mesa cadeira, por sinal essa cadeira eu ganhei de presente de um deles (a entrevistada mostra o móvel na sala de estar de sua residência) que ele fez pra me dá de presente, quando eu já estava saindo do projeto...e eles faziam as miniaturas pra expor...cofre, vaso, tudo de madeira, carrinho, e faziam brinquedos e faziam as miniaturas dos móveis...cama, guarda roupa, eles faziam as miniaturas pra aproveitar aqueles pedacinhos de madeira que sobravam...as cortinas de pedacinhos de madeira [...]

Tanto nas falas de “Formão” quanto de “Rosa” observamos que alguns dos produtos produzidos pelos jovens do PFJC são doados para crianças no natal. Rosa, mostra-se gratificada de ter recebido de presente um móvel de um dos jovens. Isso nos levar a crer que no processo de produção de bens materiais produzidos pelos jovens do curso de marcenaria está o valor do trabalho solidário e da partilha e, isso claro, vai de encontro à lógica mercadológica do capital que não valoriza o trabalho como um princípio educativo, o ver pelo princípio da produtividade e do lucro.

Frigotto e Ciavatta (2006, p. 60) explicam que, no âmbito da produção capitalista, o trabalho produtivo e a produtividade do trabalho possuem sentidos específicos, não podem, portanto, serem tomados em sua dimensão absoluta de valores de uso. Para Marx (2013) todo trabalho é socialmente produtivo, na medida em que produz bens com valores de uso, isto é, produtos que servem para suprir as necessidades humanas. Porém, “no senso comum e dentro da vulgata neoliberal, hoje, trabalho e trabalhador produtivos estão profundamente permeados pela ideia daquele que faz, que produz mais rapidamente, daquele que tem mais qualidade ou que é mais competente (FRIGOTTO E CIAVATTA, 2006, P. 60)”.

No PFJC, de acordo com os discursos explicitados, as entrelinhas nos levam a crer que, a lógica do capital é afetada na medida em que, o resultado do trabalho ali produzido, presente na produção de bens materiais ou no próprio processo educativo está implícito a ideia de trabalho útil e necessário para garantia da existência humana. Para Frigotto (2001, p. 74),

[...] o princípio educativo de trabalho deriva desta sua especificidade de ser uma atividade necessária desde sempre a todos os seres humanos. O trabalho constitui-se, por ser elemento criador da vida humana, num dever e num direito. Um dever a ser aprendido, socializado desde a infância. Trata-se de apreender que o ser humano enquanto ser da natureza necessita elaborar a natureza, transformá-la, pelo trabalho, em bens úteis para satisfazer as suas necessidades vitais, biológicas, sociais, culturais, etc. Mas é também um direito, pois é por ele que pode recriar, reproduzir permanentemente sua existência humana.

O estudo teórico realizado acerca do trabalho como princípio educativo revelou que as bases do sentido educativo do trabalho encontram-se vinculadas à uma concepção de trabalho que o considera como fonte de toda produtividade e reprodução da vida humana. Então concluímos com base em Saviani (2007) e Ramos (2005), que o trabalho como princípio educativo existe na medida em que este produz e reproduz a própria existência, uma vez que somente o homem trabalha e educa. Assim sendo, o trabalho visto como princípio educativo torna-se um dos principais fundamentos da educação profissional presente no curso técnico profissionalizante do PFJC, uma vez que na base se sua realização está a preocupação com o ser humano e com a formação integral.

#### **4.1.7 A formação para o mundo do trabalho e a preparação para a vida, no olhar dos responsáveis, coordenadores e instrutores do PFJC**

Na medida em que se pretende usar a educação profissional como uma política de inclusão de jovens em risco social no mundo do trabalho e na preparação para a vida, procuramos analisar nas informações dos (as) entrevistados (as), com qual tipo de formação profissional, de fato, o Projeto de Formação Profissional José Cornélio está comprometido. Uma formação restrita, voltada exclusivamente para o mercado de trabalho, ou uma formação mais ampla, que intenciona formar para o mundo do trabalho e a preparação para a vida?

De acordo com a experiência de “Orquídea”, no cotidiano do PFJC há uma formação profissional que vai além da aprendizagem com a marcenaria, em suas palavras ela afirma que:

[...] no cotidiano do projeto são descobertos novos valores como: respeito, cidadania, ética e valores morais. E assim, os jovens conseguem lidar melhor com os problemas diários para que possam reconstruir vínculos familiares, afetivos e sociais, bem como valores e atitudes diante do mundo.

Essa formação, na visão de “Orquídea” deve-se não apenas as aulas teóricas e práticas para os futuros marceneiros, mais a um conjunto de atividades que ajudavam os jovens a ter uma formação integral no PFJC. Ela afirma que:

[...] haviam oficinas culturais como música, pintura, artesanato, dança e teatro, além de oferecer cursos tais como: Inglês, Informática, cursos complementares (Minicurso: marketing, Minicurso: introdução e processamento de dados, Minicurso: Relações humanas e perfil do trabalhador, Palestra: meio-ambiente: resíduos sólidos, etc.), “Estágios”, aliados a formação profissional de marcenaria, que é a principal atividade exercida neste projeto, de forma geral a proporcionar treinamentos que

possibilitarão a geração de trabalho e renda, bem como o desenvolvimento social e humano de cada adolescente.

As atividades mencionadas e vivenciadas por “Orquídea”, em uma determinada época, são confirmadas por “Hortência”, que vivenciou experiências com os jovens em outro momento. Nossa entrevistada retrata a rotina no PFJC da seguinte forma:

[...] na segunda feira eles tinham atividades esportivas, [...] que era educação física, acompanhada por um professor de educação física mesmo, do próprio município, eles tinham as atividades no primeiro horário aí retornavam pro projeto, aí tinha merenda, uma outra atividade, geralmente palestras de autoestima ou outra com outro tema, depois o almoço. Na terça feira, fazíamos o acolhimento, tinha café da manhã e depois o tempo era todo reservado para as aulas de marcenaria. Na quarta feira tinha palestra com psicólogo, era logo no primeiro horário [...], no segundo horário eles tinham aula de inglês. [...] Na quinta, eles tinham marcenaria, só atividade de marcenaria. Na sexta, eles tinham aula de informática, no primeiro momento eles tinham palestra e depois aula de informática. Café da manhã, almoço era todo dia.

“Rosa” justifica esse leque de atividades em torno do curso de marcenaria, afirmando que: “[...] não adiantava só eles saberem a parte da marcenaria, mas não terem um outro acompanhamento, uma outra formação [...]”. Percebemos no discurso de “Rosa” que a formação profissional, mesmo que de forma inicial, intencionada no Projeto de Formação José Cornélio, busca construir no aluno, participante do curso de marcenaria, saberes que vão muito além do domínio da técnica com a marcenaria, capazes de lhes ajudarem a atuarem no mundo do trabalho e no cotidiano da vida. Mas afinal, formação para o mercado e para o mundo do trabalho não seria a mesma coisa?

Andrade *et al* (2018) com base no pensamento de Frigotto (2005) ao refletirem sobre o tema esclarecem que na atualidade, com base em uma pedagogia centrada nas competências do indivíduo, o ser humano é visto como o único responsável por sua formação. Se este não consegue ascensão social, nem inserção no mercado de trabalho, a responsabilidade é exclusivamente sua, assim esse tipo de formação profissional tem como foco a empregabilidade. Assim, as desigualdades sociais são justificadas pela falta de esforço e preparo do trabalhador, e o que estaria por trás desse tipo de formação reducionista que contribui para preparação do indivíduo apenas para o mercado e não para o mundo do trabalho, seria a noção de trabalho enquanto ação necessária para suprir necessidades e garantir apenas a sobrevivência.

Em um outro viés, as autoras (2018) mostram que a formação para o mundo do trabalho consiste na noção do trabalho, enquanto meio de suprir as necessidades humanas, mas também na noção de liberdade, o que o torna um dever, mais também um direito, e é através dele que acontece um processo educativo e formativo. Diante dessa premissa, entende-se que a “ formação para o mundo do trabalho tem como norteadora a concepção do sujeito completo, onde ao processo são agregados valores, cultura, ciência, tecnologia e a concepção do trabalho como emancipador, por meio do qual ele cria e se recria (ANDRADE; GONÇAVES; AZEVEDO, 2018)

A partir do exposto e, considerando, que em torno das atividades do curso de marcenaria, os jovens participam de uma gama de atividades que proporcionam um conjunto de saberes, portanto, não se limitam ao domínio restrito das habilidades técnicas da marcenaria, pois se assim fosse, haveria apenas a intenção de atender as demandas do mercado, podemos concluir que, de fato, a formação que se intenciona no PFJC considera a preparação para o mundo do trabalho e para a vida, concebida dentro de uma perspectiva de formação humana integral.

Evidente que, existem situações que podem comprometer o processo de formação pretendido no Projeto de Formação José Cornélio, como apontamos anteriormente neste trabalho, o material didático utilizado nas aulas teóricas do curso de marcenaria se limita a adoção de uma apostila, considerada pelos alunos como um recurso didático antigo e ultrapassado.

Diante disso e com o intuito de contribuir com o processo de formação dos jovens, dentro de uma concepção de formação integral, procuramos desenvolver um produto educacional que além de servir de instrumento de ensino aprendizagem, também servirá para ajudar na interatividade entre a comunidade interna e externa que compõe o PFJC, e a sociedade em geral.

Acreditamos que esse produto será um marco para o Projeto de Formação José Cornélio, não apenas em termos e possibilidade de aprendizagens, mas também pelo fato de dá maior visibilidade ao trabalho desenvolvido no projeto para a sociedade em geral.

## **5 O PRODUTO EDUCACIONAL**

O Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT – é ofertado na modalidade semipresencial pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, que é umas das Instituições que fazem parte de Rede Federal de

Educação Profissional, Ciência e Tecnologia – RFEPECT, coordenado pelo Instituto Federal do Espírito Santo – IFES. Conforme seu regulamento<sup>13</sup>, seu principal objetivo é oferecer formação profissional e tecnológica com a finalidade de melhorar a qualidade de ensino nas áreas de educação formal e não formal.

De acordo com o regulamento do PROFEPT, para que o mestrando alcance o grau de mestre é necessário que além da dissertação, também faça parte da defesa, um produto educacional que com seu uso ajude a resolver ou melhorar um determinado problema de aprendizagem. O produto deverá surgir a partir dos resultados da pesquisa realizada, atendendo a uma determinada necessidade da instituição onde a pesquisa aconteceu, por isso sua descrição e funcionamento deverá fazer parte da dissertação oficial, como capítulo especial em que é demonstrado sua construção e sua aplicabilidade.

Portanto, em atendimento ao regulamento do PROFEPT e ao resultado da pesquisa, desenvolvemos um produto educacional que busca atender as expectativas do Programa de Mestrado, do qual fazemos parte, bem como da comunidade que compõe o Projeto de Formação José Cornélio, de forma especial, aos alunos no seu processo de formação profissional. Trata-se de um aplicativo mobile, uma ferramenta digital muito presente atualmente no cotidiano dos jovens.

## **5.1 A proposta de produto educacional**

O objetivo principal que serviu de norte à pesquisa denominada: “A Educação Profissional Tecnológica Como Ação Pública Promotora da Formação Humana Integral e da Inclusão de Jovens em Risco Social no Mundo do Trabalho” foi analisar as concepções de trabalho e de formação profissional presentes no Curso de Marcenaria ofertado pela SEMDES, no Município de Óbidos, no Projeto de Formação José Cornélio e sua contribuição para o processo de inclusão social no mundo do trabalho e na preparação para a vida.

O problema de pesquisa foi saber de que forma o Curso profissionalizante de Marcenaria desenvolvido no Projeto de Formação Profissional José Cornélio, contribui de fato, para a inclusão de jovens em risco social no mundo do trabalho e na preparação para a vida.

Côncio, de que devíamos apresentar no final do curso um produto educacional, integrado ao objetivo e ao resultado da pesquisa, inicialmente, propomos no projeto de pesquisa e no momento do exame de qualificação, a criação de uma cartilha digital ou

---

<sup>13</sup> O Regulamento do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, está disponível em: <http://profep.ifes.edu.br/regulamentoprofep>. Acesso em: 18 de maio de 2020.

impressa. Entretanto, no decorrer da pesquisa e no percurso do próprio mestrado, alguns motivos nos levaram a mudar nossa proposta de elaboração de produto educacional, que passou a ser um aplicativo mobile.

Entre os principais motivos que levaram a mudança da proposta inicial, estão: primeiro, a motivação e o interesse dos jovens em usar um aplicativo que pudesse servir de instrumento de aprendizagem, em que eles pudessem ter acesso às aulas e as novidades do mundo da marcenaria, disponíveis na internet. Esse interesse, foi demonstrado durante a realização da pesquisa semiaberta, em que, ao responderem a pergunta do questionário sobre que tipo de produto educacional poderia lhes facilitar a aprendizagem, o índice dos que optaram por um aplicativo é muito superior (92,8%) à segunda alternativa que aparece com maior percentual que foi a produção de uma cartilha digital, com 7,2%.

O segundo motivo que nos fez optar pela construção de um aplicativo, foi o próprio interesse da instituição aonde realizamos a pesquisa, pois no documento em que consta o planejamento de 2020, um dos objetivos da coordenação do Projeto de Formação José Cornélio é construir o referido software, demonstrando assim, o interesse pelo uso de uma ferramenta digital em seus processos formativos, que valorize a criatividade e a inovação.

O terceiro motivo, tem haver, com o momento atual que o mundo vivencia. A pandemia do COVID 19, reforçou a necessidade do distanciamento social com o intuito de preservar a vida. Dessa forma, um aplicativo que contenha aulas teóricas, informações e dicas sobre o mundo da marcenaria, promova a interação entre os jovens do PFJC, contribua para a divulgação das informações e para a inclusão dos jovens no mundo do trabalho, vislumbramos como um produto educacional criativo, inovador e necessário.

Ademais, o aplicativo despertará imediatamente a curiosidade dos jovens, e de forma mais eficaz estaremos contribuindo para o despertar de processos criativos individuais e grupais, uma vez que a criatividade humana tem sido considerada o fator fundamental para a geração da inovação. Além disso, segundo Alencar (1995, p.7) diante das transformações, mudanças e incertezas que marcam a história, “[...] as soluções de que dispúnhamos para muitos problemas mostram-se hoje obsoletas, e novos desafios surgem a cada momento”.

Compreendemos, ainda que, por se tratar de um aplicativo que poderá ser acessado não apenas pelos alunos que participam do curso, mas por todos, inclusive os egressos, ajudaremos na promoção da interação fácil e rápido entre a comunidade que compõe o Projeto de Formação José Cornélio e àqueles que têm interesse em assuntos concernentes à marcenaria.

Ademais, o aplicativo dará mais visibilidade para um projeto de educação profissional, na área da educação não formal, que atende uma camada da sociedade historicamente

marginalizada e, dessa maneira, poderá ser olhado pelas autoridades com atenção e respeito, afinal são delas, principalmente, o dever de desenvolver políticas públicas para a juventude.

### **5.1.1 O Aplicativo Educacional José Cornélio**

Denominamos o produto educacional de Aplicativo Educacional José Cornélio, sendo uma referência direta ao nome do projeto em que é ofertado o curso profissionalizante de marcenaria na modalidade não formal.

A ideia de criar um aplicativo surgiu devido o resultado da pesquisa e, também, por consideramos que o aplicativo atende a necessidade pedagógica do projeto, pois se trata de um recurso didático que será utilizado pela coordenação e instrutores, tanto para comunicação interna e externa, quanto para a realização de aulas teóricas e preparação para os encontros presenciais e práticos.

Vale ressaltar ainda que, o App Educacional José Cornélio, é um produto que está conectado ao mundo digital, em que a maioria dos jovens se encontram inseridos atualmente, pois a cada ano aumenta o interesse da população pelo uso dos dispositivos móveis e dos serviços por aplicativos. Segundo Tarouco (2013), o uso dessas tecnologias digitais impôs novas dinâmicas de comunicação e convívio, principalmente quando selecionamos um conjunto de aplicativos que são projetados com a promessa de facilitar a vida de seus usuários. Esse autor, acredita que em função do surgimento dos aplicativos, novos hábitos, novas formas de interação, novas formas de comunicação e expressão foram criadas, ganharam uma nova dinâmica, com novos serviços sendo ofertados à população diariamente.

Pesquisa realizada em 2018 pelo IBGE mostra a evolução do uso da internet através do telefone celular, bem como a razão das finalidades do acesso, entre os anos de 2017 e 2018. A pesquisa mostra que entre os jovens de 20 a 24 anos, o índice dos que passaram a usar a internet passou de 88,4% (2017) para 91,0% (2018); quanto ao acesso da internet pelo celular o índice passou de 97,0% (2017) para 98,1% (2018); e a finalidade do acesso como enviar e receber imagens de texto, voz ou imagem por aplicativos diferente de e-mail, avançou de 95,5% (2017) para 95,7% (2018)<sup>14</sup>.

Conforme apontam os números, cresce a cada dia o envolvimento da população com o mundo digital. Nesse sentido, acreditamos que o App Educacional José Cornélio será uma excelente ferramenta pedagógica que trará benefícios para o processo de ensino aprendizagem

---

<sup>14</sup> As informações detalhadas da pesquisa podem ser encontradas no seguinte endereço eletrônico: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101705>

do curso de marcenaria, bem como irá promover maior interatividade entre coordenadores, instrutores, alunos do PFJC e o público em geral, contribuindo dessa forma, para o processo de formação humana integral dos jovens e, conseqüentemente, preparando-os para a inclusão no mundo do trabalho e na preparação para a vida.

Abaixo, descreveremos todo o processo de desenvolvimento e distribuição do App Educacional José Cornélio.

### **5.1.2 O desenvolvimento e as informações técnicas**

Usamos para desenvolver o App Educacional José Cornélio uma plataforma que disponibiliza variados recursos para criação de Apps, a Fábrica de Aplicativos S/A<sup>15</sup>, que atua no mercado brasileiro de Apps, desde 2013, disponibilizado através do seu site ferramentas gratuitas para desenvolvedores com pouco conhecimento em programação mobile<sup>16</sup>.

Além da utilização dos recursos da fábrica de aplicativos, também contamos com a imprescindível ajuda do jovem empreendedor digital Rodrigo Wendell Rodrigues da Silva, graduado em Gestão de Tecnologia de Informação, com curso de especialização em Marketing Digital e Mídias Sociais, com atuação prática de quatro anos de trabalhos na área de tecnologia da informação. Então, visando o baixo custo e a fácil manutenção posterior do App, escolhemos a plataforma Fábrica de Aplicativos S/A para desenvolver as ideias aplicadas neste produto educacional. A seguir, descreveremos todas as funcionalidades e recursos contidos no App Educacional José Cornélio.

### **5.1.3 Funcionalidades**

O aplicativo será disponibilizado para todos os públicos que terão acesso às seguintes funcionalidades: *acessibilidade, fale conosco, fotos do projeto, produtos (confeccionados pelos alunos na oficina de marcenaria) e redes sociais.*

Visando a distribuição do conteúdo educacional pelo Projeto de Formação Profissional José Cornélio para o aluno, criamos uma funcionalidade restrita com login, onde somente o aluno, a coordenação e os instrutores terão acesso ao conteúdo específico do curso de

---

<sup>15</sup> Disponível em <https://fabricadeaplicativos.com.br/termos>. Acesso em 22 maio 2020.

<sup>16</sup> Disponível em <https://blog.locaweb.com.br/desenvolvedores/programacao-para-mobile-tudo-o-que-voce-precisa-saber/>. Acesso em 22 maio. 2020

marcenaria, contando com área para: *o Material do Curso (apostila do curso), Papo da Galera, Dicas de Marcenaria, Dicas de Segurança, Ferramentas e Marcenaria e o Mundo.*

Com os recursos disponibilizados pela Fábrica de Aplicativos S/A, foi possível desenvolver ainda as seguintes funcionalidades para o *App Educacional José Cornélio*: Tela de Abertura, Menu de Ícones Principais, Submenus Secundários e Login (para acesso restrito dos alunos). Vejamos:

### 5.1.3.1 Tela de abertura

Figura 6: Tela de abertura do App Educacional José Cornélio



Fonte: App Educacional José Cornélio

A tela de boas-vindas de todo e qualquer App traz consigo as primeiras informações sobre o produto que está a se descobrir. Dessa forma, criamos uma tela de abertura em formato jpg<sup>17</sup> (750 pixels<sup>18</sup> x 1334 pixels) com o logotipo fornecido pelo Projeto de Formação Profissional José Cornélio dos Santos, com imagens gráficas ilusivas aos trabalhos de marcenaria, além do logotipo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMDES,

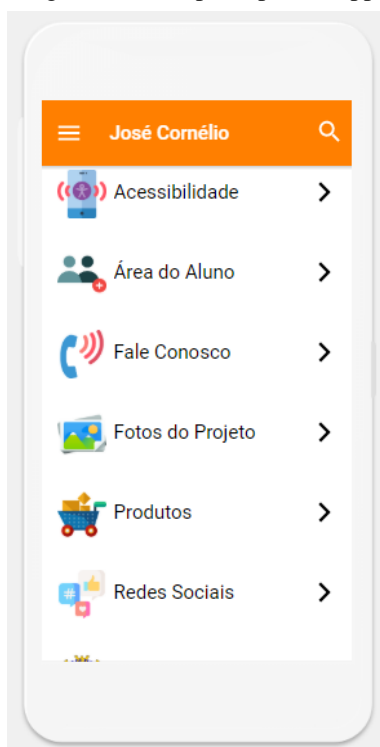
<sup>17</sup> **JPEG** vem do termo em inglês Joint Photographics Experts Group. Refere-se ao nome de um grupo que desenvolveu um método para comprimir arquivos de imagens. Informações em: <https://www.significadosbr.com.br/jpeg>. Acesso em 01jun. 2020.

<sup>18</sup> A palavra *pixels* refere-se as menores partes de uma imagem. É com base na noção de medida *pixel* que se propagou o termo resolução de imagens. Informações em: <https://www.tecmundo.com.br/imagem/203-o-que-e-pixel-.htm>. Acesso em 01 jun. 2020.

responsável pela realização do Projeto de Formação Profissional José Cornélio, e o logotipo do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT.

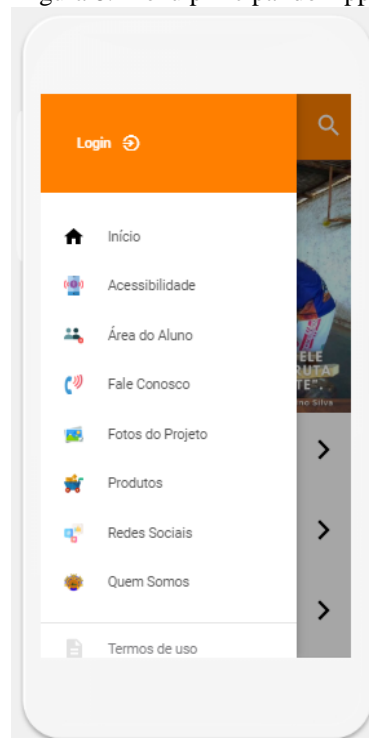
### 5.1.3.1 Menus principal e secundário

Figura 7: Menu principal do App



Fonte: App Educacional José Cornélio

Figura 8: Menu principal do App

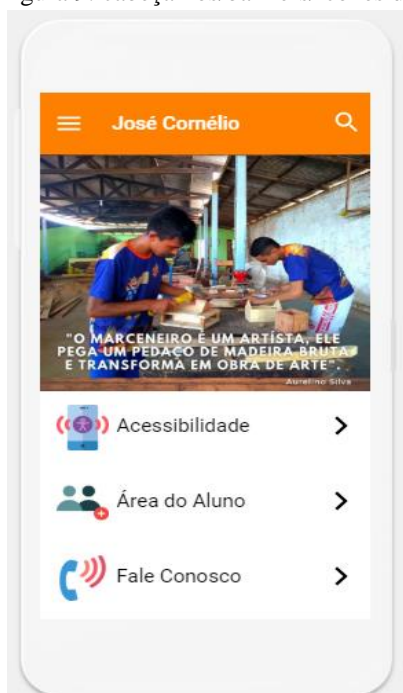


Fonte: App Educacional José Cornélio

Nesta etapa do Aplicativo, desenvolvemos um cabeçalho com a cor laranja, referente ao logotipo do projeto. Em sua parte central, inserimos o nome do App. A direita, há um botão de ação para pesquisa, a esquerda, um botão de ação para um submenu do aplicativo, logo abaixo, inserimos uma área para postagem de banners publicitários ou ilustrativos com avisos para os usuários do App, seguido dos ícones principais: **Acessibilidade** (permite que pessoas com deficiência auditiva e visual tenham acesso as informações sobre o aplicativo e sobre o Projeto José Cornélio, além de outras informações do mundo da marcenaria); **Área do aluno** (o aluno terá acesso ao conteúdo disponível pelo curso de marcenaria, sendo este exclusivo aos alunos); **Fale Conosco** (nesta área todos os usuários, terão disponíveis os contatos da coordenação do projeto para possíveis parcerias e contratações dos jovens aprendizes); **Fotos do Projeto** (neste item, os usuários do App terão acesso as fotografias dos eventos e cerimoniais organizados pelo projeto, além disso, o público ainda poderá interagir nesta funcionalidade através de comentários sobre as publicações fotográficas); **Produtos** (neste ícone, os usuários

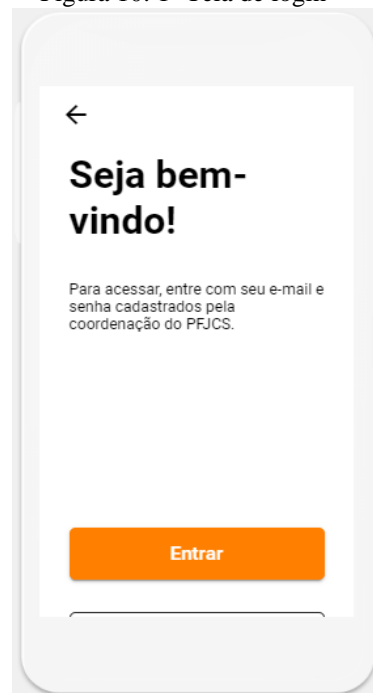
terão acessos aos produtos fabricados pelo projeto, resultante do curso de marcenaria para aquisição, exposição e doação); **Redes sociais** (através desta os usuários poderão seguir, interagir e conhecer as ações divulgadas pelo Projeto no Facebook e em seu Instagram oficial. E por fim, apresentamos o ícone: **Quem somos?** (referente às informações do projeto e do App).

Figura 9: cabeçalhos/banners/ícones do



Fonte: App Educacional José Cornélio

Figura 10: 1º Tela de login



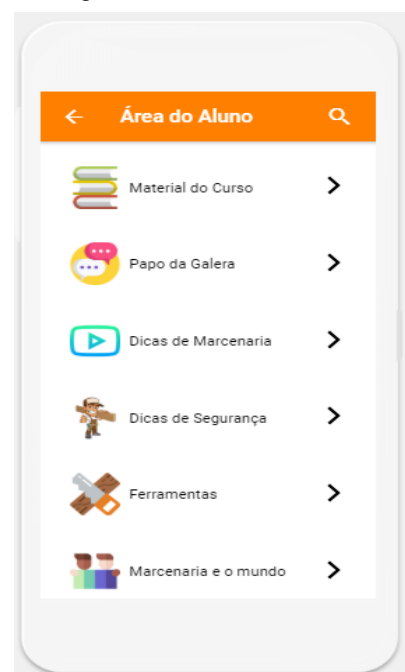
Fonte: App Educacional José Cornélio

Figura 11: 2º tela de login



Fonte: App Educacional José Cornélio

Figura 12: Área do Aluno



Fonte: App Educacional José Cornélio

## 5.1.4 Distribuição para os usuários

A plataforma que usamos para desenvolver o App foi a Fábrica de Aplicativos S/A, nela podemos criar aplicativos para três sistemas mobile distintos, que são: Android<sup>19</sup>, iOS<sup>20</sup>(iPhone<sup>21</sup>) e PWA<sup>22</sup> (Progressive Web App). Diante disso, e em acordo com a Coordenação do Projeto de Formação José Cornélio, decidimos distribuir o *App Educacional José Cornélio*, somente para usuários Android, devido ao grande número de usuários que ainda utilizam esse sistema operacional.

O App Educacional José Cornélio está disponível na loja de aplicativos Google Play Store<sup>23</sup> disponível em: <https://tinyurl.com/yd6u5axg>. Pensando nos usuários que não utilizam o sistema Android, criamos uma versão do App em PWA (Progressive Web App), com o link <https://app.vc/pfjc>.

Figura 13: Página do aplicativo na Google Play Store



Fonte: <https://tinyurl.com/yd6u5axg>

<sup>19</sup> Informações em <https://www.telefonescelulares.com.br/para-que-serve-android-celular/>. Acesso em 08 jun. 2020.

<sup>20</sup> Informações podem ser encontradas em: <https://www.portalgsti.com.br/ios-iphone/sobre/>. Acesso em 08 jun. 2020.

<sup>21</sup> Sobre faz um iphone visite: <https://www.apple.com/br/switch/>. Acesso em 08 jun. 2020.

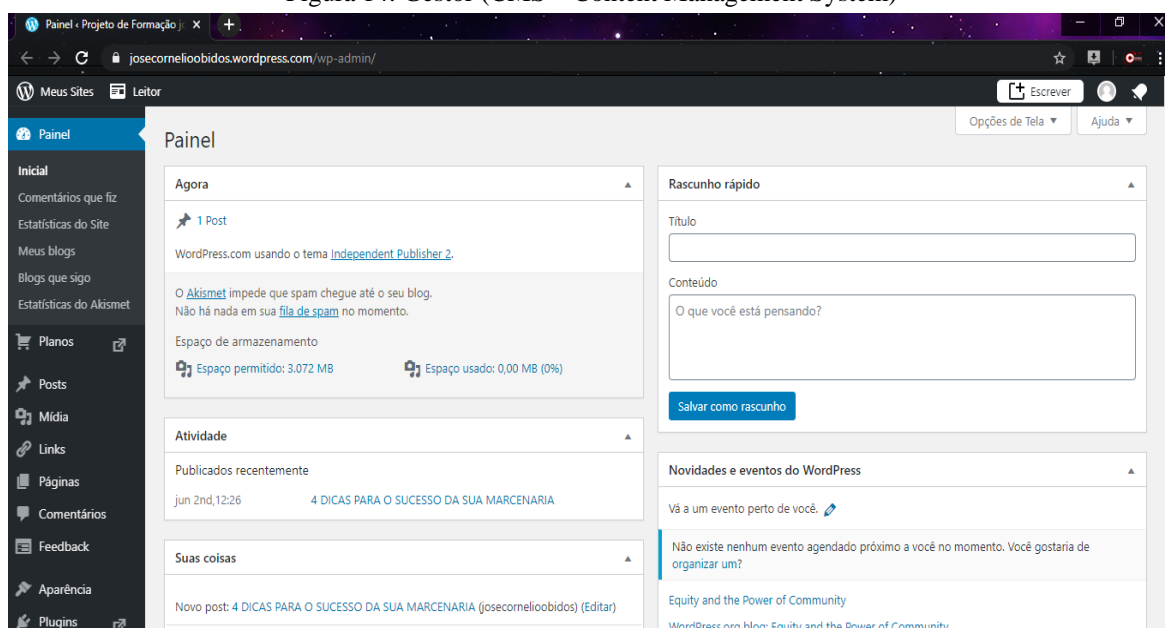
<sup>22</sup> Informações em: <https://www.apple.com/br/switch/>. Acesso em 08 jun. 2020.

<sup>23</sup> Google Play é um serviço de distribuição digital de aplicativos, jogos, filmes, programas de televisão, músicas e livros, desenvolvido e operado pela Google.

### 5.1.5 O processo de gerenciamento de conteúdo no App Educacional José Cornélio

O Processo de gerenciamento de conteúdo do *App Educacional José Cornélio*, será realizado pela coordenação do Projeto de Formação José Cornélio, por meio do gestor CMS<sup>24</sup> Wordpress<sup>25</sup>, o qual é amplamente utilizado pelos gerenciadores de conteúdo, em função de suas vantagens, relativas à aplicabilidade de forma flexível em diversos sistemas da Web<sup>26</sup>, como é o caso de blogs, sites, servidores, etc...

Figura 14: Gestor (CMS – Content Management System)



Fonte: Wordpress.com/up-admin/

O gerenciamento do aplicativo *App Educacional José Cornélio*, pode ser feito por qualquer pessoa que contenha conhecimentos básicos em internet e informática, porém os conteúdos editáveis do App que ficará sob responsabilidade imediata da coordenação do Projeto de Formação Profissional José Cornélio são apenas os relacionados às funções: “*acessibilidade, área do aluno, fotos do projeto e produtos*”, com gerenciamento de links, textos, imagens, vídeos e informações relacionadas ao curso de marcenaria. As demais

<sup>24</sup> CMS, sigla em inglês que significa Content Management System, traduzido para o português: Sistema de Gerenciamento de Conteúdo. Informações em: <https://buledigital.com.br/suporte/itemlist/category/109-o-que-%C3%A9-um-cms>

<sup>25</sup> Informações detalhadas do sistema de gerenciamento de conteúdo Wordpress podem ser encontradas em: <https://br.wordpress.com/>. Acesso em 08 jun. 2019.

<sup>26</sup> Web é uma palavra inglesa que significa teia ou rede. O significado de *web* ganhou outro sentido com o aparecimento da internet. A web passou a designar a rede que conecta computadores por todo mundo, a World Wide Web (WWW). Disponível em: <https://www.significados.com.br/web/>

funcionalidades do App: “*Fale conosco, Redes Sociais e Quem somos*”, ficará a cargo de alguém que possua conhecimento da plataforma Fábrica de Aplicativos S/A, usada para criar o App. Pensando nessa possibilidade, isto é, na alteração de informações relativas à manutenção das informações na plataforma Fabrica de Aplicativos S/A, estaremos à disposição para realizá-la no decorrer de um ano, depois, esse serviço deverá ser realizado por alguém disponibilizado pela Secretaria de Desenvolvimento Social – SEMDES.

### **5.1.6 A validação do Aplicativo Educacional José Cornélio**

Os resultados obtidos durante a pesquisa realizada com os alunos do curso de marcenaria, da turma da manhã do ano de 2019, serviu de base para o desenvolvimento do Aplicativo Educacional José Cornélio. Em função de se tratar de um estudo de caso em que tínhamos o compromisso de trazer à lume as questões que envolveram o problema de pesquisa e, com isso, alcançar os objetivos propostos, procuramos envolver na pesquisa todas as categorias que fazem do Projeto de Formação José Cornélio, o que demandou um longo período no processo de coleta de dados e análise. Assim, planejamos a validade do produto educacional com os jovens da turma de 2020, porém parafraseando o poeta Carlos Drummond de Andrade: “Tinha uma pedra no meio do caminho”. A pedra no contexto de validação do aplicativo foi a pandemia mundial do COVID 19.

Com a existência da pandemia, o Projeto de Formação Profissional ficou impossibilitado de reiniciar suas atividades. O Município de Óbidos, seguindo os protocolos da Organização Mundial da Saúde – OMS, decidiu suspender todas as atividades educacionais de forma presencial. O decreto municipal nº 129<sup>27</sup>, de 19 de março de 2020, estabeleceu as medidas de prevenção ao contágio e de enfrentamento da propagação decorrente ao Novo Corona vírus (COVID – 19), no âmbito do Município de Óbidos. Em seu Artigo 1º, inciso VI, o decreto trouxe a seguinte determinação:

Ficam suspensos, a partir do dia 20/03/2020, os serviços ofertados pelos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e dos Centros de Referências; a) A Secretaria de Desenvolvimento Social, por meio de seu corpo técnico, deverá reorganizar as atividades sócios assistências suprimidas no inciso VI deste artigo, de forma a minimizar o impacto àqueles em situação de vulnerabilidade social.

---

<sup>27</sup> Disponível em: <https://obidos.pa.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Decreto-PMO.pdf>.

Essa primeira suspensão dos serviços ofertados pela SEMDES, tinha a previsão de apenas 20 dias, contudo, novos decretos foram editados (Decretos Municipais nºs 158, 162, 167, 171, 186, 198, 219 e 291/2020) e prorrogaram os prazos das medidas preventivas, impossibilitando o reinício do curso de marcenaria no Projeto de Formação José Cornélio e, por consequência, a validade do produto com os alunos da nova turma também se tornou impossível. No entanto, se fazia necessário retirar “a pedra do caminho”, e juntamente com a coordenação do Projeto de Formação José Cornélio procuramos uma saída para validar o produto educacional.

#### **5.1.6.1 A realização da Webinar<sup>28</sup>**

A forma encontrada para validar o produto educacional foi a realização de uma webinar, em que o objetivo foi apresentar o produto educacional para os representantes das Instituições ligadas às causas das crianças, adolescentes e jovens do Município de Óbidos, bem como os membros do Projeto de Formação José Cornélio e representantes do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, realizado pelo Instituto Federal do Amazonas – IFAM, afim de que, esses representantes pudessem tomar conhecimento do produto, avaliá-lo e sugerir possíveis ajustes.

Então, no dia 23 de junho de 2020, às 9 horas, por meio do aplicativo Google Meet e do endereço eletrônico <https://meet.google.com/dmg-zvuw-tzu>, realizamos a reunião virtual para avaliação e validação do produto educacional. Na oportunidade, tivemos a honra de contar com a presença da Coordenadora do Mestrado, Professora Dra. Deuzilene Salazar e da Orientadora da Pesquisa, Professora Dra. Maria Francisca Moraes de Lima. Além delas participaram também Membros do Ministério Público, nas pessoas do Promotor Público e sua Secretária. Contamos, ainda, com a representação das seguintes Instituições: Conselho Tutelar – CT, Conselho Municipal dos Direitos Da Criança e do Adolescente – CMDCA, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Projeto de Formação José Cornélio. Tivemos ainda a satisfação de contar com a presença de dois egressos da turma de 2019.

Após a explanação do pesquisador e a apresentação do produto, a palavra foi direcionada aos participantes da webinar para o início da avaliação. De acordo com as manifestações dos convidados, tivemos a aprovação do produto, percebidos por todos como uma ferramenta pedagógica fundamental no processo de ensino aprendizagem nos dias atuais

---

<sup>28</sup> Termo usado para nomear conferências, reuniões, congressos ou seminários realizados pela internet. Mais informações em; <https://www.techtudo.com.br/noticias/2017/07/o-que-e-um-webinar.ghtml>.

e que pode contribuir de forma positiva nas ações educativas do Projeto de Formação José Cornélio.

Contudo, a avaliação não se limitou às manifestações ao vivo dos participantes. Após o término da webinar encaminhamos via e-mail um formulário de pesquisa com questões relativas ao Aplicativo Educacional José Cornélio, com o objetivo de mensurar o nível de satisfação dos avaliadores diante do produto ofertado e acolher as possíveis sugestões para melhoria do produto. A seguir, a imagem mostra um dos momentos mais importantes do trabalho que

Figura 15: Registro da Webinar para avaliar o App Educacional José Cornélio



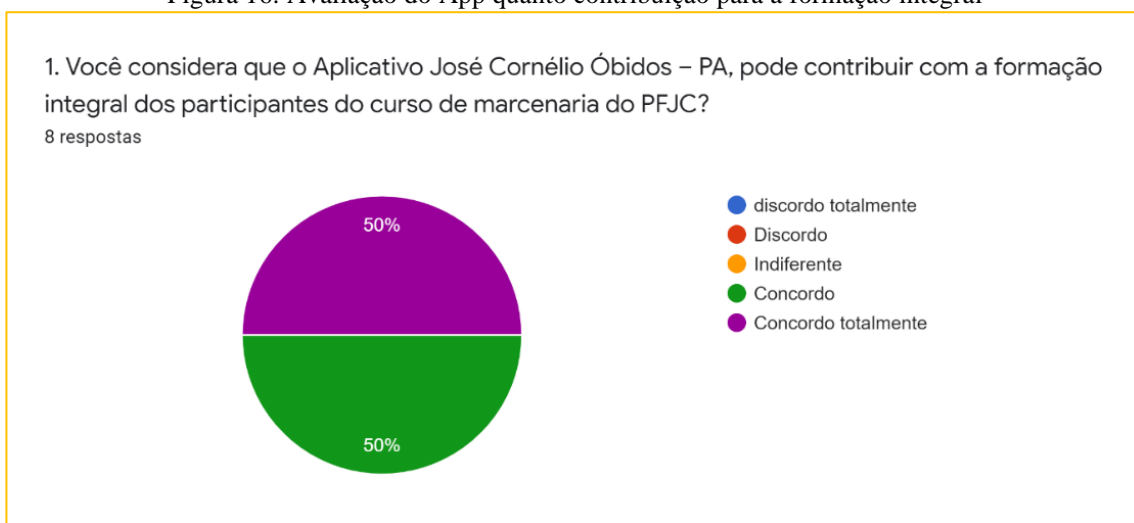
Fonte: Arquivo do pesquisador

Quanto ao questionário de pesquisa, este foi elaborado com seis questões objetivas, nele ainda reservamos um espaço para que o (a) avaliador (ar) apresentasse suas sugestões. As questões objetivas foram elaboradas observando o critério de múltipla escolha, em que usamos como instrumento de medida de opinião, a escala de Likert<sup>29</sup>, que é um instrumento muito utilizado por pesquisadores para avaliar a opinião de uma parcela da população em relação ao lançamento de um determinado produto. Após cada pergunta, disponibilizamos aos participantes, de forma respectiva, as seguintes opções: discordo totalmente, discordo, indiferente, concordo e concordo totalmente. A sétima questão foi destinada à apresentação de possíveis sugestões dos participantes para a melhoria do produto.

<sup>29</sup> Mais informações: <https://mindminers.com/blog/entenda-o-que-e-escala-likert/>. Acesso em: 10 jun. 2020. 112

Com a devolutiva dos questionários, obtivemos os seguintes resultados relativos ao primeiro questionamento, que foi: Você considera que o Aplicativo José Cornélio Óbidos – PA, pode contribuir com a formação integral dos participantes do curso de marcenaria do PFJC? 50% dos participantes concordam totalmente e 50% concordam com a perspectiva de que o App Educacional José Cornélio pode contribuir no processo de formação integral dos alunos do curso de marcenaria, conforme mostra a figura 16.

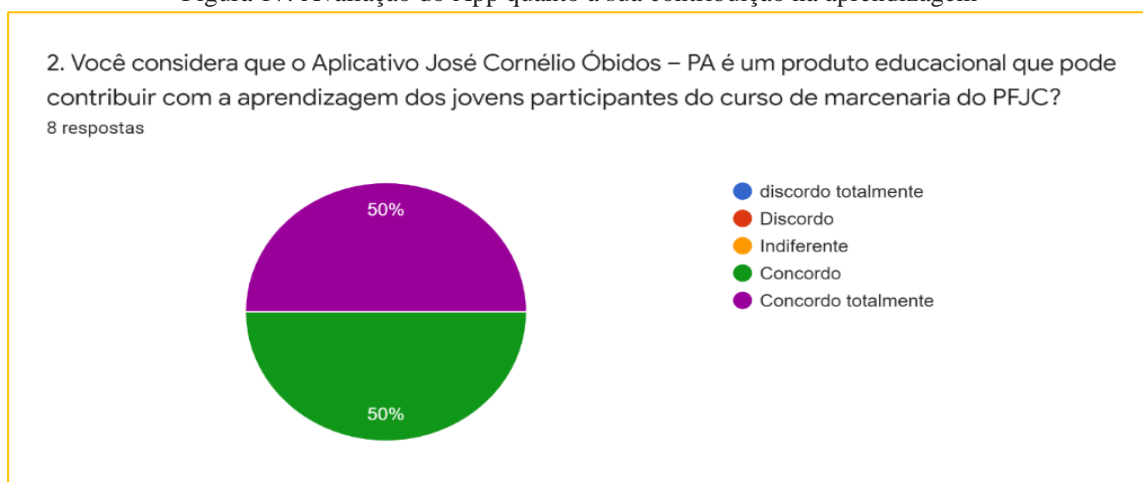
Figura 16: Avaliação do App quanto contribuição para a formação integral



Fonte: <https://forms.gle/2q2D1iZPyyzeL4L68>

A segunda questão proposta, também foi no sentido de mensurar a opinião dos participantes em relação ao processo de formação: O resultado mostra que 50% dos participantes concordam e 50% concordam totalmente que o aplicativo pode sim contribuir com aprendizagem dos jovens, conforme mostra a figura 17.

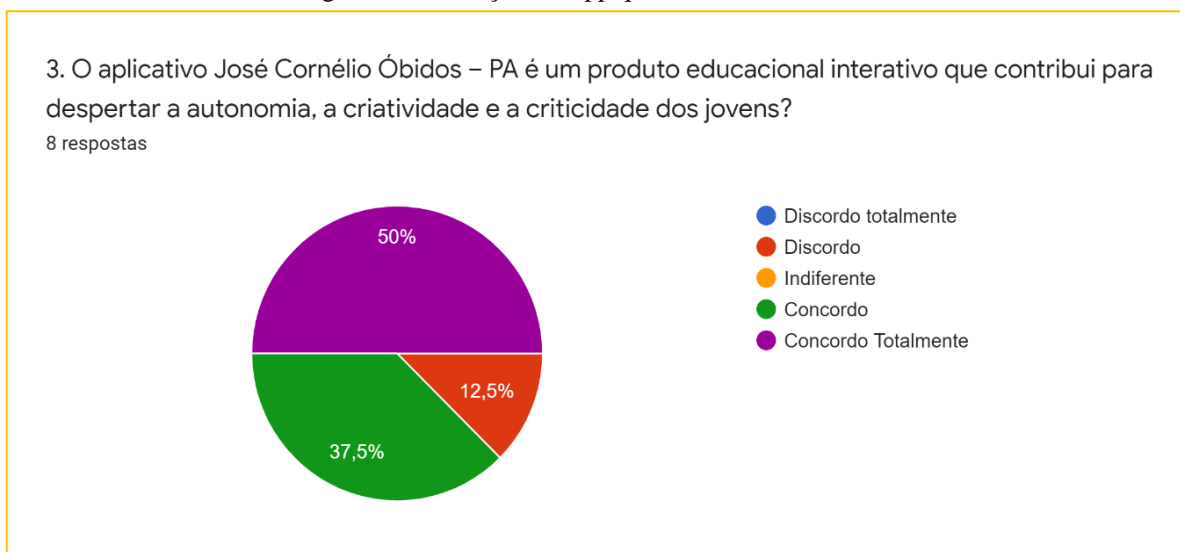
Figura 17: Avaliação do App quanto a sua contribuição na aprendizagem



Fonte: <https://forms.gle/2q2D1iZPyyzeL4L68>

O terceiro questionamento do questionário on-line buscou avaliar a opinião dos participantes da webinar quanto a possibilidade de o App Educacional José Cornélio contribuir para o despertar da autonomia, da criatividade e a criticidade dos jovens. Para 50% dos participantes, o app contém essa perspectiva e concordam totalmente com a assertiva. Porém, 12,5% discordaram de que o app seja capaz de contribuir com o desenvolvimento das referidas habilidades, conforme vemos na figura 18.

Figura 18: Avaliação do App quanto à sua interatividade



Fonte: <https://forms.gle/2q2D1iZPyyzeL4L68>

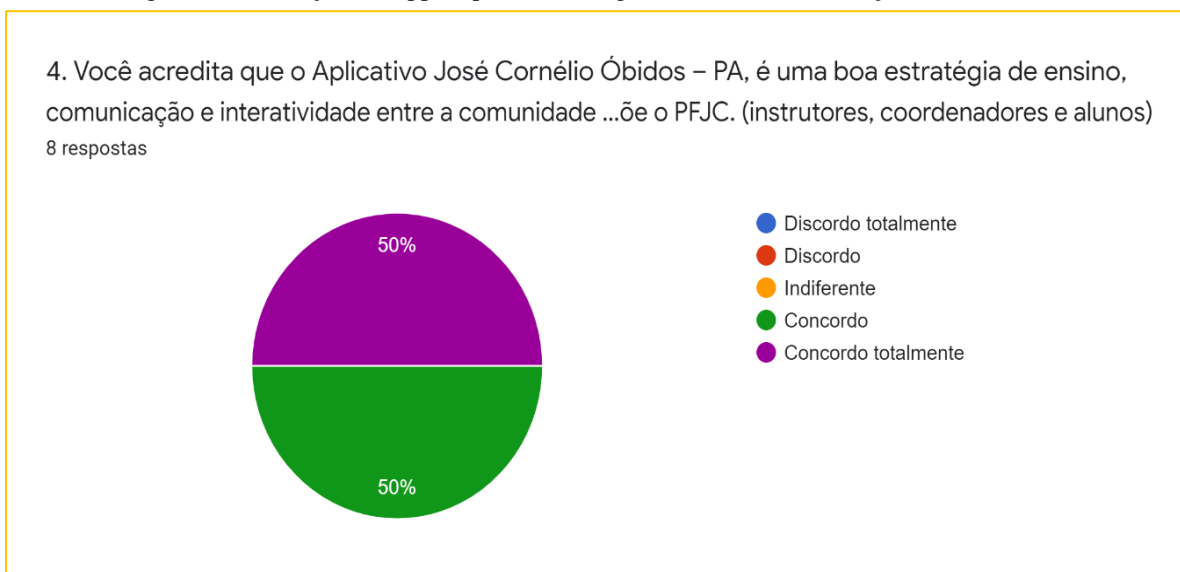
Conforme o entendimento de autores (FRIGOTTO, 2001; CIAVATTA, 2009; RAMOS, 2014) que defendem a formação humana integral nos processos formativos da educação profissional, é necessário que esse processo seja permeado com práticas educativas que contribuam para o despertar da autonomia, da criticidade e da criatividade dos indivíduos.

De acordo com a imagem anteriormente exposta, exportada do Google Formulário, houve um pequeno percentual de participantes da webinar que discordaram da possibilidade de o App Educacional José Cornélio ser capaz de contribuir com os processos de autonomia, criatividade e criticidade dos futuros marceneiros. Apesar desse índice percentual ser pequeno em relação aos avaliadores que optaram pelas alternativas concordo totalmente e concordo, somando juntos 87,5%, o resultado negativo foi suficiente para que observássemos com maior acuidade as ferramentas do aplicativo, uma vez que ao nosso ver e em conformidade com os autores acima citados (FRIGOTTO, 2001; CIAVATTA, 2009; RAMOS, 2014), esses são processos cognoscíveis essenciais para o desenvolvimento integral do ser humano.

Portanto, ressaltamos que, o percentual negativo de 12,5% nos levou a repensar, corrigir e melhorar o produto educacional, na medida em que procuramos atender ao máximo as sugestões dos avaliadores que discordaram da proposição.

A quarta questão do formulário online procurou saber a opinião dos avaliadores em relação ao uso do Aplicativo Educacional José Cornélio, como sendo uma boa estratégia de ensino, comunicação e interatividade entre a comunidade que compõe o Projeto de Formação José Cornélio. Em relação a esse questionamento, 50% dos participantes concordaram e 50% concordaram totalmente, conforme mostra a figura 19.

Figura 19: Avaliação do App enquanto estratégia de ensino, comunicação e interatividade



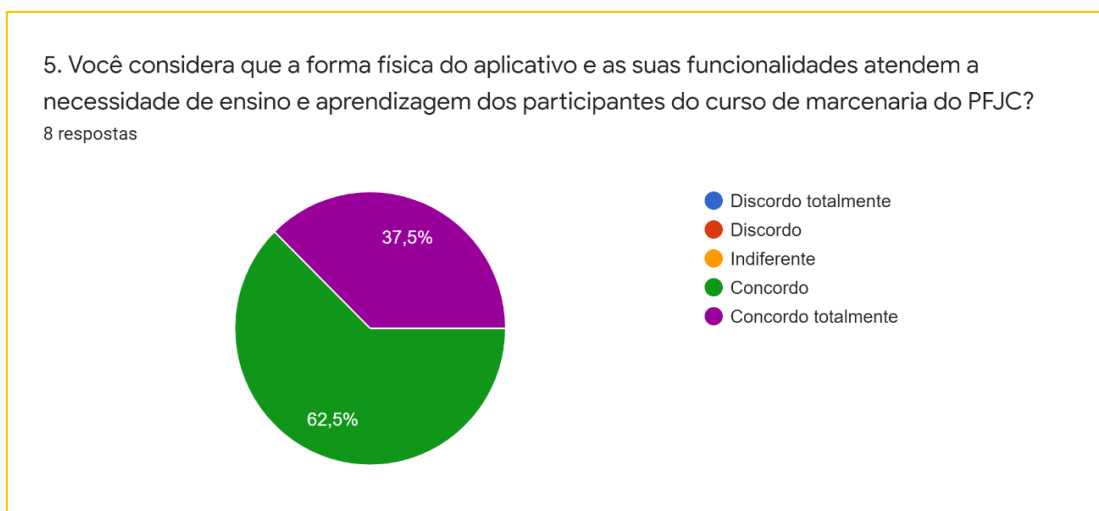
Fonte: <https://forms.gle/2q2D1iZPyyzeL4L68>

Verificamos, portanto, que existiu uma boa aceitação do Aplicativo Educacional José Cornélio, enquanto estratégia de ensino, comunicação e interatividade, a ser usado nas práticas educativas do PFJC, tanto pelos coordenadores quanto pelos instrutores e alunos. Enfatizamos que um dos pontos que mais chamou a atenção dos participantes foi o fato dos jovens poderem se comunicar por meio de um chat interativo, no qual eles podem realizar comentários sobre todos os conteúdos postados no aplicativo (vídeos, fotos, podcast e etc...).

O quinto questionamento do formulário se preocupou em medir o nível de intensidade das opiniões dos avaliadores em relação a forma física e as funcionalidades do aplicativo. Observamos que a maioria absoluta dos avaliadores concordam com a forma física, ou seja, com o desing do aplicativo e as suas funcionalidades. Neste caso, o nível de aceitação dos que concordam foi de 62,5% e, dos que concordam totalmente, chegou a um índice percentual de 37,5%.

Os números obtidos mostram que houve uma boa aceitação do desing do produto educacional, contudo o nível de satisfação dos participantes que optaram pela opção “concordo totalmente” foi menor do que os que optaram pela opção “concordam”, como mostras a seguir a figura 20.

Figura 20: Avaliação do App sobre suas funcionalidades

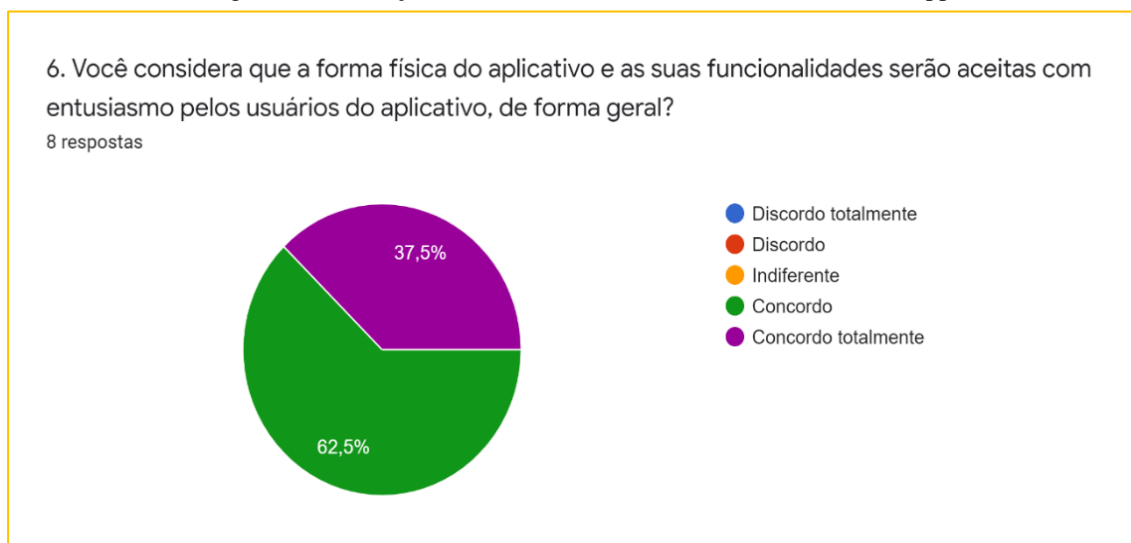


Fonte: <https://forms.gle/2q2D1iZPyyzeL4L68>

Isse percentual de 37,5% dos participantes que optaram pela alternativa concordo, fez com que procurássemos melhorar ainda mais o desing e as funcionalidades do aplicativo aproveitando as sugestões dos avaliadores em relação a temática.

O sexto questionamento verificou o nível de satisfação dos participantes da webinar em relação à forma física e as funcionalidades do aplicativo, considerando o entusiasmo dos usuários no momento em que ocorrer o contato com o referido produto. Os resultados obtidos apontam que 62,5% dos participantes concordam e 37,5% concordam totalmente, conforme mostra a figura 21.

Figura 21: Avaliação das formas físicas e das funcionalidades do App



Fonte: <https://forms.gle/2q2D1iZPyyzeL4L68>

Considerando a forma física e as funcionalidades do Aplicativo Educacional José Cornélio, o nível de entusiasmo dos próprios avaliadores foi elevado, com 62,5% dos que concordam totalmente e 37,5% dos que concordam. Em função, do nível de satisfação dos avaliadores que concordam totalmente ser menor do que aqueles que concordam, seguimos a mesma estratégia da questão anterior, ou seja, promovemos os ajustes necessários na medida das possibilidades. No entanto, ressaltamos que, os números mostram que o nível de satisfação dos próprios avaliadores foi positivo.

E dessa forma, expondo nosso produto educacional à avaliação da sociedade, conseguimos movimentar a pedra do meio do caminho e seguir em frente, procurando atender as valorosas sugestões dos avaliadores, com o intuito de melhorar cada vez mais o produto educacional, o qual tem como importante missão colaborar no processo de ensino aprendizagem e formação integral dos jovens alunos do curso de marcenaria do Projeto de Formação José Cornélio.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegarmos ao término desta jornada, muitas sensações envolvem nosso corpo e nossa alma. Respiramos fundo! E de dentro dos pulmões surge aquele ar de alívio, sensação de alegria por ver o resultado de um trabalho que demandou muito esforço físico e intelectual, mas que ao longo da caminhada nos trouxe prazer, alegria e a certeza de que é preciso continuar a jornada, pois essa é uma obra inacabada, cujo o autor têm o propósito de reinventá-la todas as vezes que se fizer necessário e, dessa forma, torná-la uma referência a todos e todas que pesquisam e contribuem para o desenvolvimento e o repensar da educação profissional realizada na área de ensino não formal.

Relembramos que o objetivo principal da pesquisa foi analisar as concepções de trabalho e de formação profissional presentes no curso de marcenaria ofertado pelo Projeto de Formação José Cornélio e sua contribuição à formação integral e à inclusão de jovens em risco social no mundo do trabalho e na preparação para a vida. Nesse sentido, todo o percurso metodológico visou apresentar resultados que levassem ao alcance do que foi objetivamente proposto.

A pesquisa bibliográfica, deu-nos o suporte teórico necessário para a realização do trabalho de campo. Assim, nosso primeiro capítulo fez uma abordagem sobre as políticas de inclusão no Brasil, mostrando que elas ganham espaço na sociedade a partir de meados dos anos 80 com o final do regime militar. Vimos que a Constituição brasileira, recebeu a alcunha de Constituição Cidadã, pelo fato de seu texto acolher direitos que historicamente foram negados às camadas mais carentes da população.

Mostramos, ainda que, apesar dos direitos conquistados na nova Carta Magna, a desigualdade social continuou assombrando a maioria da população, vítima da fome, da violência, do desemprego, da falta de saneamento básico e tantas outras mazelas sociais, fruto das políticas econômicas de viés neoliberal que sufocaram as políticas públicas de inclusão criadas pelo Estado do Bem Estar Social (Welfare State) após a segunda guerra mundial.

Diante desse contexto, concluímos que apesar de avanços no campo de elaboração e execução das políticas públicas de inclusão, a partir do período de redemocratização do país, elas foram importantes, mas não foram suficientes para provocar uma transformação robusta na área social, inclusive, a situação de risco em que vivem muitos jovens brasileiros continua, pois as redes sociais hegemônicas, muito bem identificadas por Shiroma (2011), responsáveis pela elaboração das políticas de inclusão social a nível nacional e internacional, estão claramente comprometidas com um modelo econômico que exclui e mata.

Considerando os avanços na área de inclusão social e nas políticas em prol da juventude, ainda no primeiro capítulo apresentamos e discutimos algumas leis, que ao nosso ver, trouxeram um pouco mais de esperança para a juventude brasileira. Não há dúvida de que foram leis importantes criadas pelo Estado Brasileiro, só que dentro de uma conjuntura política e econômica neoliberal. Ainda assim, elas ajudaram no fortalecimento das ações sociais e educacionais que buscam garantir os direitos da juventude e, conseqüentemente, combatem a exclusão social, como foi o caso da Lei nº 11.129 de 30 de junho 2005, que instituiu o Projovem. Contudo, compreendemos que os direitos que se fazem presentes no texto das leis, vivem constantemente ameaçados, pois se ainda existem, é em função da pressão social exercida pela sociedade organizada, afinal, como lembra Faleiros (2010), na plataforma ideológica do neoliberalismo não existe espaço para a justiça social.

Sobre o estudo envolvendo as concepções de trabalho, decidimos realizar um trajeto histórico, buscando compreender de que forma esses sentidos construídos historicamente influenciam a mentalidade das classes sociais contemporâneas. Para auxiliar nessa tarefa, contamos com o apoio de autores consagrados que versam sobre o tema (CARMO, 1992; ANTUNES, 2005; SAVIANI, 2007; MARX, 2013; ROHM E LOPES, 2015; FOSSIER, 2019; FRIGOTTO E CIAVATTA, 2006).

Os resultados da pesquisa bibliográfica apontaram para o fato de que as concepções de trabalho foram e são vistas historicamente de forma positiva ou negativa, conforme os interesses ideológicos de cada sociedade. Assim, constatamos que nas sociedades primitivas o trabalho estava diretamente ligado a sobrevivência e a produção da existência humana, porém com o surgimento da propriedade privada ocorreu uma mudança radical nas relações de trabalho, pois surgiu a classe dos proprietários e dos não proprietários.

Assim, demonstramos que na Grécia Antiga, do ponto de vista dos proprietários, o trabalho era vislumbrado de forma extremamente negativa, era concebida como uma atividade inferior que não poderia ser realizado pelo cidadão grego. E dessa forma justificam a manutenção da escravidão. Na idade Média, a igreja católica pregou para os proprietários a santa ociosidade como uma forma de se aproximar de Deus, e para a grande massa de miseráveis que compunham a classe dos não proprietários, pregou o trabalho como forma de remissão dos pecados.

A pesquisa bibliográfica revelou também que com o fim da idade média e início da idade moderna, os proprietários inspirados na ética protestante, deram um novo sentido ao trabalho, passando a vê-lo como uma forma de se aproximar de Deus, logo todo o tempo deveria ser gasto com o trabalho. E segundo Carmo (1992), foi essa ética que inspirou a

mentalidade capitalista do colono americano. Nesse contexto, os proprietários (patrões) passaram a ver o trabalho como algo virtuoso, justificando dessa forma a acumulação do capital. Claro que, para os não proprietários (empregados) restou a exploração extrema e, certamente, o trabalho não poderia ter nesse momento uma conotação positiva para os trabalhadores.

Esse trajeto histórico, realizado através da pesquisa bibliográfica, nos possibilitou a compreensão do porquê o modo de produção capitalista se reinventa constantemente. Essa reinvenção se faz em função da necessidade de se manter o sistema de divisão de classes, em que os proprietários dos meios de produção buscam aumentar cada vez mais suas riquezas, mantendo-se sem trabalhar. Então, para essa classe é fácil assimilar o conceito liberal de que “todo trabalho dignifica o homem”, porém para a classe que sobrevive de seu próprio trabalho, a frase só faz sentido e passa a ser aceitável, em função do processo de alienação do trabalhador, produzido pelo sistema de mais valia do capital.

Diante da constatação supramencionada, iniciamos a discussão sobre a concepção de trabalho como um princípio educativo, entendendo que para quem vive da venda de seu trabalho e sofre as agruras advindas das condições em que ele se realiza, é um tema de difícil entendimento. No entanto, para compreender a concepção de formação profissional presente no curso de marcenaria do Projeto de Formação José Cornélio, era preciso refletir sobre o assunto, uma vez que essa concepção de trabalho é vista como uma das bases da educação profissional emancipadora.

Outro ponto crucial da pesquisa foi a investigação sobre a inclusão dos jovens em risco social no mundo do trabalho, por isso dedicamos o segundo capítulo à discussão teórica da temática. Assim, tecemos considerações a respeito do conceito de inclusão, concluindo que o mesmo é bastante amplo e está relacionado com a ideia de garantia dos direitos sociais dos grupos historicamente marginalizados. Mostramos que a inclusão de jovens no mundo do trabalho, passa necessariamente por sua formação profissional. Nesse sentido, vimos que a preocupação dos programas governamentais, na área da educação profissional sempre estiveram voltados para atender os setores industriais e as demais áreas do campo produtivo, sempre com uma conotação compensatória e assistencial.

Em função do contexto acima, trouxemos à baila o pensamento de autores que defendem um outro viés para a educação e a formação profissional. Assim, Berger Filho (1999), Zucchetti (2003), Pochmann (2012) e Miranda (2016) ajudaram a esclarecer que, promover a inclusão de jovens no mundo do trabalho, especialmente os que se encontram em situação de risco social, por meio de uma formação profissional, requer a superação dos

modelos formativos idealizados para atender apenas as demandas do mercado de trabalho. Os autores orientam que, essa nova proposta deve reconhecer os processos formativos que valorizem a convivência social, as situações diversificadas no ambiente de trabalho e, claro, promovam ações educativas que fortaleçam o exercício da cidadania.

Vimos que na área de ensino não formal, a promoção da inclusão de jovens em risco social no mundo do trabalho por meio de uma formação profissional ganhou espaço relevante nos projetos sociais organizados pelas instituições governamentais e não governamentais, na primeira década do século XXI. Porém, Abramo (1997), mostrou-nos que muitas dessas iniciativas, ainda que com as melhores intenções, resumiram-se em conter os riscos reais ou potenciais dos jovens, procurando mantê-lo afastados das ruas e da ociosidade, contudo, o autor ressalta que existem alguns projetos sociais que, de fato, estão preocupados com a formação integral dos adolescentes e jovens, na qual se inclui a sua formação para a cidadania.

No terceiro capítulo, evidenciamos os aspectos metodológicos da pesquisa, em que além de fazermos um retrato do local da pesquisa, do funcionamento do curso e dos participantes, também tratamos e esclarecemos sobre: o tipo de pesquisa, as técnicas e os instrumentos de pesquisa utilizados durante o processo de coleta de dados.

No quarto capítulo, enfatizamos os resultados dos dados coletados durante a pesquisa de campo, a qual nos possibilitou analisar com maior profundidade as concepções de trabalho e de formação profissional contida na iniciativa governamental do Projeto de Formação José Cornélio. Esclarecemos que, para fazer a análise dessas categorias, consideramos duas concepções básicas de trabalho que permeiam os programas formativos de educação profissional no Brasil: o trabalho como empregabilidade e o trabalho como produção da existência e realização humana, amplamente discutidas no referencial teórico.

Com base nas informações levantadas, expostas nos quadros nºs 01 e 02, organizados a partir das rodas de conversas, os resultados apontaram para a existência das duas concepções de trabalho, presentes na opinião dos jovens, pois quando questionados (rever quadro 1) sobre as condições em que a personagem “Carlitos”, do filme “Tempos Modernos” trabalhava, os jovens reagiram negativamente, levando-nos a entender que eles são capazes de identificar situações em que o trabalho se torna um meio de exploração humana. Por outro lado, quando questionados (rever quadro 2) sobre a importância e a necessidade do trabalho para o ser humano, as reações são positivas, demonstrando que para os jovens do PJFC, o trabalho faz parte da vida humana, e quando realizado de forma justa e prazerosa, é reconhecido como útil e necessário.

Nas entrevistas com os egressos, assim como nas entrevistas com os demais participantes existem claras alusões às duas concepções de trabalho, sempre com uma maior tendência de entendimento do trabalho como uma forma de garantir a sobrevivência e de realização humana, porém não podemos esquecer que uma parcela considerável dos jovens efetivos do Projeto José Cornélio, ver o trabalho como sinônimo de emprego (35,7%). Diante disso, acreditamos que durante o processo de formação profissional promovido pela Instituição, se faz necessário que sejam promovidas rodas de conversas em que o tema “trabalho”, fazendo uma ligação com a profissão de marceneiro, seja discutido a partir de uma visão de Educação Profissional Emancipatória, em que o trabalho é concebido como o fundamento criador da vida humana (FRIGOTTO, 2001).

Concernente à categoria formação profissional, com base nas informações emergidas das rodas de conversas e das entrevistas abertas e semiabertas, os resultados indicam que a proposta de formação profissional do Projeto de Formação José Cornélio, contém evidências da formação humana integral, na medida em que o ensino técnico da marcenaria alia-se a outros conhecimentos que são trabalhados em momentos diversificados, por meio de palestras, aulas de inglês, aulas de computação, minicursos, excursão, exposição de produtos em feiras, passeios e outras atividades que fortalecem as boas relações de convivência, promovem a interação social e a criatividade dos jovens.

Contudo, durante o processo de observação e verificação de documentos, notamos que essa proposta de formação integral precisa ser fortalecida a partir de uma ação governamental, a começar pela alteração da Lei nº 3.446/2007, afim de atualizá-la, haja vista que essa lei é um documento importante, que instituiu e estabeleceu as diretrizes de uma política pública de inclusão de jovens em risco social no mundo do trabalho, inclusive, promovendo a revisão do valor da bolsa auxílio, que ainda é pago o mesmo valor, desde a implantação do Projeto. Além disso, é necessário investimento na infraestrutura física do local e na aquisição de novas máquinas para a oficina de marcenaria e, ainda, a aquisição de material didático atualizado para a realização das aulas teóricas.

O quinto capítulo da dissertação expôs todo o processo de produção do Aplicativo Educacional José Cornélio, desde a tomada da decisão de produzi-lo até o seu processo de validação. Sua produção exigiu do pesquisador um mergulho em uma área, que embora faça parte das nossas vidas e dos processos formativos atuais, não fazia parte da formação profissional do pesquisador, assim, para desenvolvê-lo, recorreremos à ajuda de um profissional da área de Tecnologia da Informação. A integração de nossas ideias pedagógicas com os

conhecimentos específicos do profissional da área de Tecnologia da Informação, possibilitou a organização e produção do Aplicativo Educacional José Cornélio.

A produção e o processo de validação do aplicativo foram momentos de rica aprendizagem. Durante o processo de produção compreendemos que as tecnologias de comunicação e informação são, hoje, ferramentas essenciais nos processos de ensino aprendizagem. Dessa maneira, devem estar cada vez mais presentes nos processos formativos da Educação Profissional Tecnológica, seja nas áreas de ensino formal, seja nas áreas de ensino não formal. Contudo, relembramos que quando mencionamos o termo tecnológico, com relação a formação desenvolvida na educação profissional, o mesmo não está restrito somente ao sentido de aquisição de habilidades para lidar com equipamentos modernos, mas principalmente com os processos de desenvolvimento do pensamento crítico e criativo.

A validação do aplicativo, realizada através de uma webinar, se configurou como um momento de diálogo e prestação de contas do trabalho do pesquisador com a sociedade. Foi uma etapa valiosa, na qual se promoveu a interação entre os possíveis usuários do aplicativo, que de forma democrática, tiveram a oportunidade de contribuir com sugestões que foram essenciais para melhorar a qualidade do produto, bem como alcançar seu objetivo. Entretanto, esclarecemos que o Aplicativo Educacional José Cornélio não é um produto pronto e acabado. As sugestões para melhorá-lo sempre serão necessárias, pois esse é um produto educacional, que por sua natureza dialética, constantemente haverá motivos para reinventá-lo.

Por fim, acreditamos que, todo o esforço despendido à realização da pesquisa e a produção do produto educacional foi uma experiência única e muito valiosa à formação acadêmica do pesquisador. Além disso, seus resultados se configuram como um marco teórico importante para o pensar e o repensar da educação profissional na Amazônia, principalmente, no que concerne à área de ensino não formal, e de forma especial, contribui para o fortalecimento do Projeto de Formação José Cornélio, na medida em que a este se destina um produto educacional que irá contribuir com o processo de formação integral de jovens obidenses, que em razão de uma política pública de inclusão, ainda que com seus percalços, semeia em seus corações e de seus familiares, a esperança de dias melhores.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H. W. (1997). Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. (Número especial - Juventude e contemporaneidade), 5(6), 73-90
- ALENCAR, Eunice L. S. de. Desenvolvendo a criatividade nas Organizações o desafio da inovação. **RAE - Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 6, p. 6-11. nov./dez. 1995.
- ALVARENGA, Darlan; CAVALLINI, Marta. Informalidade bateu record em 2019; veja história de quem trabalha por conta própria. G1. São Paulo. 25 dez. 2019. Economia. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/12/25/informalidade-bateu-recorde-em-2019-veja-historias-de-quem-trabalha-por-conta-propria.ghtml>. Acesso em: 01 jan. 2020.
- ALVES, M. Z.; DAYRELL, J.; Ser alguém na vida: um estudo sobre jovens do meio rural e seus projetos de vida. **Educação e Pesquisa**. Vol. 41, n. 02, São Paulo, abr./jun. 2015, p. 375-390. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s1517-97022015021851>. Acesso: 06 nov. 2019.
- ANDRADE, J. A. P. de; GONÇALVES, T. A. P; AZEVEDO, R. O. Maris. Trabalho como princípio educativo: representações sociais de trabalho de alunos do IFRO. *Revista Relações Sociais*. Vol. 1, n. 2, 2018, p. 149 – 157. Disponível em: <https://reves.ufv.br>. Acesso em 12 maio 2020.
- ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351. maio/ago. 2004.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do mundo do trabalho. 10ª ed. São Paulo: Cortez; Campinas – SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2005.
- ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas Pedagógicas e Ensino Integrado. **Revista Educação em Questão**, natal, v.52, n. 38, p. 61-80, maio/ago.2015.
- BARDIN, LAURENCE. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto. São Paulo. Edições 70, 2011.
- BEHRING, Elaine Rossetti; PELAEZ, Elaine Junger.; ALCÂNTARA, Gisele de Oliveira. O plano plurianual do governo Lula: um Brasil de todos? *In: FREIRE, Lúcia M. B.; FREIRE, Silene de Moraes; CASTRO, Alba Tereza Barroso de (Orgs.). Serviço social, política social e trabalho: desafios e perspectivas para o século XXI*. 3 ed. São Paulo. Cortez; Rio de Janeiro, UERJ 2010.
- BORGES, M. C.; DALBERIO, O. Aspectos metodológicos e filosóficos que orientam as pesquisas em educação. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 43, n. 5, p. 1-10, 25 jul. 2007.
- BRASIL. **Lei nº 10.748, de 22 de outubro de 2003**. Cria o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens – PNPE, acrescenta dispositivo à lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, e dá outras providências. Brasília – DF: Câmara dos Deputados. 2003.

Disponível em: <https://www.camara.leg.br/sileg/integras/274980.pdf>. Acesso em 30 abr. 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 30 abr. 2019.

BRASIL. **Lei 11.692, de 10 de junho de 2008**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, instituído pela Lei no 11.129, de 30 de junho de 2005; altera a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004; revoga dispositivos das Leis nos 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, 10.748, de 22 de outubro de 2003, 10.940, de 27 de agosto de 2004, 11.129, de 30 de junho de 2005, e 11.180, de 23 de setembro de 2005; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111692.htm). Acesso em: 1 mai. de 2019.

BRASIL. **Lei nº. 12.852, de 05 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília, 2013 Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm). Acesso em: 29 abr. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005**. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem; cria o Conselho Nacional da Juventude - CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados. 2005. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2005/lei-11129-30-junho-2005-537682-norma-Atualizada-pl.html>. Acesso em: 29 abr. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006**. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Brasília, DF: 2006. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20042006/2006/decreto/d5840.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2006/decreto/d5840.htm). Acesso em: 27 abr. 2019.

BRASIL. Decreto nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Lei Orgânica do Ensino Industrial. Rio de Janeiro, 1942. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del4073.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del4073.htm). Acesso em: 05 jan. 2020.

BRAINER, Maria Simone de Castro Pereira. Setor Moveleiro: aspectos gerais e tendências no Brasil e na área de atuação do BNB. **Caderno Setorial ETENE**. Fortaleza, Ano 2, n. 34, jun., 2018.

CAMARGO. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. Revista Ciência & Educação – Editorial. Bauru, vol.23 no.1, jan./mar. 2017. Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?as\\_q=&as\\_epq=inclus%C3%A3o+%C3%A9&as\\_oq=&as\\_eq=&as\\_occt=any&as\\_sauthors=&as\\_publication=&as\\_ylo=2015&as\\_yhi=2019&hl=pt-PT&as\\_sdt=0%2C5](https://scholar.google.com.br/scholar?as_q=&as_epq=inclus%C3%A3o+%C3%A9&as_oq=&as_eq=&as_occt=any&as_sauthors=&as_publication=&as_ylo=2015&as_yhi=2019&hl=pt-PT&as_sdt=0%2C5). Acesso em 04 jan. 2020.

CARMO, Paulo Sérgio. **A ideologia do trabalho**. São Paulo – SP. Moderna, 1992.

CARRANO, Paulo. A participação social e política de jovens no Brasil. **O Social em Questão** - Ano XV - nº 27 – 2012.

CESAR, Monica de Jesus. A intervenção social das empresas no Brasil. *In*: FREIRE, Lúcia M. B.; FREIRE, Silene de Moraes; CASTRO, Alba Tereza Barroso de (Orgs.). **Serviço social, política social e trabalho**: desafios e perspectivas para o século XXI. 3 ed. São Paulo. Cortez; Rio de Janeiro, UERJ 2010.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5 ed. São Paulo – SP. Cortez, 2001.

CIAVATTA, Maria. Trabalho como princípio educativo. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Rio de Janeiro, Fundação Osvaldo Cruz – Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2009. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/trapriedu.html>. Acesso em: 07 out. 2019.

DURÃES, Marina Nunes. Educação Técnica e Educação Tecnológica: Múltiplos Significados no Contexto da Educação Profissional. **Educação & Realidade**, v.34, n.3, p.159-175, set/dez, 2009.

FALEIROS, Vicente de Paula. O serviço social no mundo contemporâneo. *In*: FREIRE, Lúcia M. B.; FREIRE, Silene de Moraes; CASTRO, Alba Tereza Barroso de (Orgs.). **Serviço social, política social e trabalho**: desafios e perspectivas para o século XXI. 3 ed. São Paulo. Cortez; Rio de Janeiro, UERJ 2010.

BERGER FILHO, Rui Leite. Educação profissional no Brasil: novos rumos. *Revista Ibero Americana*, nº 20, p. 87-105, maio / ago., 1999. Disponível em: <https://rieoei.org/historico/documentos/rie20a03.PDF>. Acesso em 02 jan. 2020.

FOSSIER, Robert. **O trabalho na idade média**. Tradução: Marcelo Berriel. Petrópolis: Rio de Janeiro. Vozes, 2019. ISBN 978-85-326-6155-5 – Edição digital.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 59. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Desafios na opção do projeto de sociedade e da relação educação básica e técnico-profissional. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 28, n.100 – Especial, p. 1152-1152, out. 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 26 out. 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora. **Perspectiva**, Florianópolis, v.19, n.1, p.71-87, jan./jun. 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (org.). **A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico**. Brasília: INEP/MEC, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores - **Excertos**. 2005. Disponível em: [https://www.academia.edu/23950615/O\\_TRABALHO\\_COMO\\_PRINC%C3%8DPIO\\_EDUCATIVO\\_NO\\_PROJETO\\_DE\\_EDUCA%C3%87%C3%83O\\_INTEGRAL\\_DE\\_TRABALHADORES](https://www.academia.edu/23950615/O_TRABALHO_COMO_PRINC%C3%8DPIO_EDUCATIVO_NO_PROJETO_DE_EDUCA%C3%87%C3%83O_INTEGRAL_DE_TRABALHADORES) - Excertos. Acesso em: 26 out. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisas**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Estudo de Caso: fundamentação científica – subsídios para coleta para coleta e análise de dados – como redigir o relatório**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GUIMARÃES, Ulysses. Fala de promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: **Congresso Nacional/ANC**, 1988. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/25anos-da-constituicao-de-1988/constituente-1987-1988/pdf/Ulysses%20Guimaraes%20.pdf>. Acesso em: 16 de abr. 2019

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. **Juventude, lazer e vulnerabilidade social**. In: SOARES, Leôncio et al. **Diálogos na educação de jovens e adultos**. 4 ed. Belo Horizonte, 2011. p. 105-132.

GOHN, Maria da Glória. **Educação Não Formal e Cultura Política: Impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. 5 ed. São Paulo, Cortez, 2011. (Coleções questões da nossa época; v. 26)

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Mercado de trabalho: conjuntura e análise**. Brasília: Ipea, 2019. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>. Acesso em 02 jan. 2019.

LAVORATO, Simone Uler; MÓL, Gerson de Souza. Percepção acerca da inclusão educacional na disciplina de química com alunos com deficiência visual. **Atas CIAIQ2016 – Investigação Qualitativa em Educação**, vol.1, p.115-1122, 2016. Disponível em: <https://www.proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2016/article/view/709>. Acesso em: 04 jan. 2020.

LUCAS, György. **Para uma antologia do ser social**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer, Nélio Scheneider. 2. Ed. São Paulo – SP. Boitempo, 2018.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. 6 ed. São Paulo – SP: Atlas, 2011.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política – livro 1: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. *E-Book*. (1493 p.). ISBN 978-85-7559-321- . Disponível em: <http://www.gepec.ufscar.br/publicações/livros-e-coleções/marx-e-engens/o-capital.../file>. Acesso em 1 maio 2019.

MIRANDA, Ione Soares. Adolescente aprendiz. Pensando a inclusão pelo viés do trabalho. **Revista Foco**. V.8, nº 2, p. 116 – 132, ago./dez. 2015. ISSN: 1981-223X. Disponível em: <http://revistafocoadm.org/index.php/foco/article/view/179>. Acesso em: 01 jan. 2020.

MOREIRA, Ildeu de Castro. A inclusão social e a popularização da ciência e tecnologia no Brasil. **Inclusão Social**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 11-16, abr./set. 2006.

MOURA, Dante Henrique; FILHO, Domingos Leite Lima; SILVA, Mônica Ribeiro. Politecnicidade e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 63, out/dez. 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/html/275/27542118013/>. Acesso em 10 jun. 2019. p. 1057-1080.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SBARDELOTTO, Denise Kloeckner. A escola unitária: educação e trabalho em Gramsci. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.30, p.275-291, jun.2008 - ISSN: 1676-2584. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&sdt=0%2C5&q=nascimento%2C+sbardeotto%2C+20008&btnG=>. Acesso em 10 jun. 2019.

OLIVEIRA, Ramon. A possibilidade da escola unitária na sociedade capitalista. **Cadernos de Educação**. Pelotas [32], jan./abr. 2009. p. 141-160. Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as\\_sdt=0%2C5&q=Ramon+Oliveira%2C+2009&btnG=](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q=Ramon+Oliveira%2C+2009&btnG=). Acesso em: 11 jun. 2019.

PACHECO, Eliezer. **Perspectivas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. São Paulo: Moderna, 2012.

PEREIRA, Potyara A. P. Cidadania e (in) justiça social: embates teóricos e possibilidades políticas atuais. In. FREIRE, Lúcia M. B.; FREIRE, Silene de Moraes; CASTRO, Alba Tereza Barroso de (Orgs.). **Serviço social, política social e trabalho: desafios e perspectivas para o século XXI**. 3 ed. São Paulo. Cortez; Rio de Janeiro, UERJ 2010.

PINHO, Ana Paula Regis de. Trabalho e Educação: Uma Reflexão da Realizações, Necessidades e Desafios da Inclusão Social. **REPATS**, Brasília, V. 5, nº 1, jan./jun., 2018 p.744-763. ISSN: 2359-5299. Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-PT&as\\_sdt=0%2C5&q=REPATS%2C+Bras%C3%ADlia%2C+V.+5%2C+n%C2%BA+1%2C+p.+744-763%2C+Jan-Jun%2C+2018+ISSN%3A+2359-5299&btnG=](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-PT&as_sdt=0%2C5&q=REPATS%2C+Bras%C3%ADlia%2C+V.+5%2C+n%C2%BA+1%2C+p.+744-763%2C+Jan-Jun%2C+2018+ISSN%3A+2359-5299&btnG=) Acesso em: 05 jan. 2020.

ÓBIDOS. **Lei nº 3.446, de 19 de dezembro de 2007**. Dispõe sobre a implantação de ensino técnico profissionalizante no projeto formação José Cornélio dos Santos e dá outras providências. Óbidos/PA, dez. 2007. (Arquivo Próprio: impresso)

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia**. 3 ed. São Paulo – SP: Rêspel, 2005.

POCHMANN, Marcio. Trabalho e Formação. *Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 491-508, maio/ago. 2012. Disponível em: [http://www.ufrgs.br/edu\\_realidade](http://www.ufrgs.br/edu_realidade). Acesso em 04.01.2020.

RAMOS. Marise. **Concepção do Ensino Médio Integrado**. Texto apresentado no seminário Desafio de Construção do Ensino Médio Integrado no Estado do Pará. Belém/PA, 2008, p. 26 Disponível em: <https://tecnicadmiwj.files.wordpress.com/2008/09/texto-concepcao-do-ensino-medio-integrado-marise-ramos1.pdf>. Acesso em: 12 Dez. 2019.

RAMOS, Marise. **História e Política da Educação Profissional**. Curitiba – PR: Instituto Federal do Paraná, 2014. (Coleção formação pedagógica; v. 5) - ISBN 978-85-8299-031-5.

ROHM, Ricardo Henry Dias; Lopes, Natália Fonseca. **O novo sentido do trabalho para o sujeito pós-moderno: uma abordagem crítica**. *Cad. EBAPÉ.BR* [online]. 2015, vol.13, n.2, pp.332-345. ISSN 1679-3951. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395117179>. Acesso em: 11 jun. 2019.

RUGIU, Antônio Santoni. **Nostalgia do Mestre Artesão**. Tradutora Maria de Lurdes Menon. Campinas – SP. Autores Associados, 1998. (Coleção memória da educação). ISBN 85-85 701-57-9.

SAMPAIO, Juliana et al. Limites e possibilidades das rodas de conversa no cuidado com a saúde: uma experiência com jovens no sertão pernambucano. **Interface**.18 Supl. 2014: p. 1299-1312. Acesso em: 14 jul. 2020.

SAVIANI, Dermeval et al. Trabalho e Educação: Fundamentos Ontológicos e Históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12 n. 34, p. 152-165, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>. Acesso em: 9 de jan. 2019.

SILVEIRA, Zuleide Simas da. **Contradições entre capital e trabalho: concepções de educação tecnológica na reforma do ensino médio e técnico**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: [http://www.uff.br/pos\\_educacao/joomla/images/stories/Teses/zuleidesilveira07.pdf](http://www.uff.br/pos_educacao/joomla/images/stories/Teses/zuleidesilveira07.pdf). Acesso em: 7 jun., 2019.

SIQUEIRA, Luana. **Pobreza e serviço social: diretrizes concepções e compromissos políticos**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SOUZA, Candida de; PAIVA, Ilana Lemos de. Faces da Juventude Brasileira: entre o ideal e o real. **Estudos de Psicologia**, p.353-360, set./dez./2012. ISSN (Versão eletrônica): 1678-4669. Disponível em: [www.scielo.br/epsic](http://www.scielo.br/epsic). Acesso em: 09 jan. 2020.

TALES, Tayson Ribeiro. A Fala de Ulysses Guimarães no ato promulgador da Constituição de 1988: Uma análise bakhtiniana. X simpósio e identidade da/na amazônia sul ocidental. VIII colóquio internacional “as Amazônias, as Áfricas e as Áfricas Pan-Amazônia. Disponível em: <http://revistas.ufac.br/revista/index.php/simposiufac/article/download/994/585>. Acesso em: 30 abr. 2019.

TAROUCO, Fabrício. **A metrópole comunicacional e a popularização dos apps**. In: Seminário Internacional de Pesquisa em Comunicação, 2013. Anais...p. 1-15. Disponível em: [http://coral.ufsm.br/sipecom/2013/wp-content/uploads/gravity\\_forms/1-997169d8a192ed05af1de5bcf3ac7daa/2013/09/A-metropole-comunicacional-o-e-a-popularizacao-dos-apps.pdf](http://coral.ufsm.br/sipecom/2013/wp-content/uploads/gravity_forms/1-997169d8a192ed05af1de5bcf3ac7daa/2013/09/A-metropole-comunicacional-o-e-a-popularizacao-dos-apps.pdf). Acesso em 01.06.2020.

YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução: Cristhian Matheus Herrera. 5. ed Porto Alegre: Bookman, 2015. ISBN 978-85-8260-232-4. Edição digital.

ZUCCHETTI, Dinora Tereza. **Jovens: a educação, o cuidado e o trabalho como éticas de ser e estar no mundo**. Novo Hamburgo - RS: Feevale, 2003.

## APÊNDICE A: PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO AMAZONAS  
e IFAM



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA COMO AÇÃO PÚBLICA DA FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL E DA INCLUSÃO DE JOVENS EM RISCO SOCIAL NO MUNDO DO TRABALHO

**Pesquisador:** JOSE BARBOSA DA SILVA

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 22296819.9.0000.8119

**Instituição Proponente:** INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 3.842.884

#### **Apresentação do Projeto:**

De acordo com o projeto, seu viés inspirador é a Implantação de Ensino Profissionalizante no Projeto de Formação José Cornélio dos Santos cuja finalidade é ofertar a formação profissional inicial e continuada aos jovens em situação de vulnerabilidade e exclusão social.

#### **Objetivo da Pesquisa:**

Os objetivos são claros e coerentes:

#### **Objetivo geral:**

Analisar as concepções de trabalho e de formação profissional presentes no Curso de Marcenaria ofertado pela SEMDES, no Município de Óbidos, no Projeto de Formação José Cornélio e sua contribuição para o processo de inclusão social no mundo do trabalho e na preparação para a vida.

#### **Objetivos específicos:**

Demonstrar, via referencial teórico, as concepções de trabalho e de formação profissional e sua importância para a formação humana integral.

Avallar, via pesquisa de campo, os discursos dos atores envolvidos no processo ensino aprendizagem do Curso Profissionalizante de Marcenaria do Projeto de Formação José Cornélio, sobre os sentidos do trabalho e da formação profissional.

Identificar, por meio de observação, as práticas educativas docentes realizadas no Curso

**Endereço:** Rua Ferreira Penna, 1109 - Prédio da Retoria, 2º andar, Manaus, AM  
**Bairro:** CENTRO **CEP:** 69.025-010  
**UF:** AM **Município:** MANAUS  
**Telefone:** (92)3304-0000 **E-mail:** cep@ppgi@ifam.edu.br

Continuação do Projeto: 3.042.004

profissionalizante de Marcenaria do Projeto de Formação José Cornélio.

Desenvolver um produto educacional didático que apresente estratégias/ ferramentas pedagógicas que possibilite a interação dos conhecimentos técnicos com a prática discente, contribuindo para o desenvolvimento da consciência crítica dos jovens participantes do Curso Profissionalizante de Marcenaria do Projeto de Formação José Cornélio.

#### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Em relação aos riscos, o pesquisador reconhece que a execução da pesquisa "contém riscos que podem trazer danos de origem psicológica, intelectual e emocional, e ainda de ordem física e orgânica, para os participantes da pesquisa". Sugere como medidas para atenuar os riscos: Estabelecimento no dia a dia uma relação de caráter colaborativa com todos os participantes da pesquisa; pautar a relação pesquisador e participantes no respeito mútuo, assegurando o respeito à diversidade e a todos os aspectos morais e éticos que envolvem o grupo de participantes. O pesquisador, ainda assegura, o sigilo de todas as informações coletas e todo o esforço para que não haja qualquer tipo de constrangimento entre os participantes da pesquisa.

Quanto aos benefícios, o pesquisador refere o texto ampliando satisfatoriamente seu escopo ao dizer que: "Para os participantes, os benefícios estão relacionados principalmente com a elaboração do produto educacional e a sua utilização prática no processo de ensino aprendizagem. Dessa forma, tanto os jovens que atualmente participam do curso de marcenaria do Projeto de Formação Profissional José Cornélio como os que formarão as futuras turmas serão beneficiados com o produto educacional resultante da pesquisa, impactando diretamente no processo de formação profissional dos jovens. Consideramos ainda que a própria Instituição parceira da pesquisa e a comunidade obidense serão beneficiadas, pois os seus resultados poderão levar à reflexão das práticas educativas adotadas no curso de marcenaria e, ainda, poderão subsidiar a elaboração de políticas públicas municipais eficientes e eficazes para a inclusão dos jovens em situação de vulnerabilidade social no mundo do trabalho"

#### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A pesquisa é socialmente relevante e tem potencial para agregar novos saberes especialmente a respeito de tema essencial no cenário brasileiro contemporâneo.

#### **Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

1. Folha de Rosto:

<b>Endereço:</b> Rua Ferreira Penna, 1100 - Prédio da Reitoria, 2º andar, Manaus - AM
<b>Bairro:</b> CENTRO <b>CEP:</b> 69.025-010
<b>UF:</b> AM <b>Município:</b> MANAUS
<b>Telefone:</b> (92)3306-0060 <b>E-mail:</b> ccapth.ppgi@ifam.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO AMAZONAS  
IFAM



Continuação do Parecer: 3.642.684

A folha de rosto foi devidamente preenchida conforme parecer anterior do CEP SH

**2. Informações Básicas do Projeto:**

Foi apresentado o questionário para avaliação do CEP SH e o mesmo está condizente com os objetivos propostos pelo pesquisador; Foi descrita de maneira mais clara os benefícios da pesquisa

**3. TCLE:**

O TCLE foi modificado para explicar em linguagem simples o que faz um CEP SH; incluir o endereço correto do CEP IFAM para que o participante recorra em caso de dúvida e/ou desacordo com os rumos da pesquisa. Também foram elaborados apropriadamente TCLE para cada segmento, considerando a técnica de coleta dos dados, inclusive o Termo de Assentimento para menores de idade. Foi acrescentado local no rodapé para que o participante coloque sua rubrica

**4. Cronograma do Projeto:**

O cronograma foi refeito e está adequado;

**5. Carta de anuência do Diretor:**

Foi acrescentada carta de anuência da Secretária Municipal de Educação de Óbidos

**6. Declaração de Infraestrutura assinada pelo responsável ou justificativa pela ausência assinada pelo pesquisador.**

Foi acrescentada declaração de permissão do uso da Infraestrutura da responsável pelo Projeto de Formação Profissional Comélio dos Santos

**Recomendações:**

Todas as recomendações feitas no parecer anterior do CEP SH foram atendidas

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Aprovação

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Colegiado acompanha o parecer do relator

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_P	20/12/2019		Aceito

Endereço: Rua Ferreira Pena, 1139 - Prédio da Reitoria, 2º andar, Manaus - AM  
Bairro: CENTRO CEP: 69.025-010  
UF: AM Município: MANAUS  
Telefone: (92)3306-0060 E-mail: cepsh.ppgi@ifam.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO AMAZONAS  
& IFAM**



Continuação do Parecer: 3.642.664

Básicas do Projeto	ETO_1414910.pdf	14:18:43		Aceito
Outros	RESPOSTA_AS_PENDENCIAS.docx	20/12/2019 14:16:54	JOSE BARBOSA DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_PAIS_E_RESPONSAVEIS.docx	20/12/2019 13:41:56	JOSE BARBOSA DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE_MENORES_DE_18_ANOS.docx	20/12/2019 13:40:47	JOSE BARBOSA DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_EX_SECRETARIA_SEMDES.docx	20/12/2019 13:39:18	JOSE BARBOSA DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_SECRETARIA_SEMDES.docx	20/12/2019 13:37:53	JOSE BARBOSA DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_INSTRUTOR_AUXILIAR.docx	20/12/2019 13:36:15	JOSE BARBOSA DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_INSTRUTOR.docx	20/12/2019 13:34:56	JOSE BARBOSA DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_EX_INSTRUTOR.docx	20/12/2019 13:32:25	JOSE BARBOSA DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_EX_COORDENADORA.docx	20/12/2019 13:30:37	JOSE BARBOSA DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_COORDENADORA.docx	20/12/2019 13:28:46	JOSE BARBOSA DA SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DE_PESQUISA_DETALHA DO.docx	20/12/2019 13:10:48	JOSE BARBOSA DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_MAIORES_DE_18_ANOS.docx	20/12/2019 12:15:58	JOSE BARBOSA DA SILVA	Aceito

Endereço: Rua Ferreira Pena, 1100 - Prédio da Reitoria, 3º andar, Manaus, AM  
 Bairro: CENTRO CEP: 66.025-010  
 UF: AM Município: MANAUS  
 Telefone: (92)3305-0000 E-mail: ceps@pggi@ifam.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO AMAZONAS  
¿ IFAM



Continuação do Parecer: 3.642.884

Declaração de Instituição e Infraestrutura	DECL_DE_INFRAESTRUTURA.pdf	20/12/2019 12:02:07	JOSE BARBOSA DA SILVA	Aceito
Outros	CARTA_DE_ANUENCIA.pdf	20/12/2019 11:58:26	JOSE BARBOSA DA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO_MODIFICADA.pdf	20/12/2019 09:36:48	JOSE BARBOSA DA SILVA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MANAUS, 17 de Fevereiro de 2020

---

**Assinado por:**  
**Tarcisio Serpa Normando**  
**(Coordenador(a))**

Endereço: Rua Ferreira Penna, 1109 - Prédio da Reitoria, 2º andar, Manaus ¿ AM  
Bairro: CENTRO CEP: 69.025-010  
UF: AM Município: MANAUS  
Telefone: (92)3336-0060 E-mail: cnpqh.ppgi@ifam.edu.br

## APÊNDICE B: CARTA DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO



Estado do Pará  
Prefeitura Municipal de Óbidos  
Secretaria Municipal De Desenvolvimento Social  
E-mail: [assistenciasocialobidos@yahoo.com.br](mailto:assistenciasocialobidos@yahoo.com.br)  
Praça Barão Do Rio Branco S/N – Centro -CEP: 68520.00

### CARTA DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução da pesquisa **"A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA COMO AÇÃO PÚBLICA DA FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL E DA INCLUSÃO DE JOVENS EM RISCO SOCIAL NO MUNDO DO TRABALHO"**, sob a responsabilidade do pesquisador **JOSÉ BARBOSA DA SILVA**, que está sob a orientação da **Profa. Dra. Maria Francisca Moraes de Lima**, a qual é vinculada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM Campus Manaus Centro.

O pesquisador responsável nos esclareceu que a pesquisa se dará através de entrevistas, observação participante e roda de conversa, conforme descrito na metodologia do projeto de pesquisa apresentado. Também fomos informados que a pesquisa ocorrerá nos meses de março a abril de 2020, com os alunos integrantes da turma da manhã do Curso Profissionalizante de Marcenaria, com os instrutores que ministram aulas e a coordenadora da respectiva turma e, ainda, com os egressos (ex-alunos e responsáveis).

O pesquisador informou que as entrevistas e a roda de conversa serão gravadas e que será garantido o absoluto sigilo quanto à identificação dos participantes (alunos, instrutores, coordenadora e egressos) e que não haverá nenhum tipo de repercussão negativa aos participantes, nem tampouco aos que se recusarem a participar da pesquisa.

Ressaltamos, que a gravação será única e exclusiva para a finalidade de contribuir com a pesquisa do projeto, responsabilizando assim qualquer divulgação extrapesquisa o pesquisador José Barbosa da Silva.

Declaramos ciência de que nossa instituição é coparticipante do presente projeto de pesquisa, e requeremos o compromisso do pesquisador responsável com o resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa nela recrutados.

Em vista do exposto, anuímos a realização da pesquisa no Projeto de Formação José Comélio dos Santos – PFJCS.

Óbidos, 27 de novembro de 2019.

Izalina Alves da Silva

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

Decreto nº 005/2017



SECRETARIA MUNICIPAL DE  
DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
ÓBIDOS - PARÁ

Protocolo nº 667.....  
Recebido 13:00 às horas  
Dia 28 11/19

Recebido

## APÊNDICE C: DECLARAÇÃO DE PERMISSÃO DE USO DA INFRAESTRUTURA DA INSTITUIÇÃO



Estado do Pará  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓBIDOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
Praça Barão do Rio Branco, s/n - Fone: 3547-2000 - CEP: 68.250-000  
PROJETO DE FORMAÇÃO JOSÉ CORNELIO DOS SANTOS- PFPJS

### DECLARAÇÃO DE PERMISSÃO DO USO DA INFRAESTRUTURA DA INSTITUIÇÃO

Eu **MARIA JOMARA BAIMA SILVA**, na qualidade de Coordenadora Responsável pela Projeto de Formação Profissional José Cornelio dos Santos, localizado na Rua Justo Chermont, nº 1475, bairro de Santa Terezinha – Óbidos-Pará afirmo que estou ciente da realização da pesquisa intitulada “A Educação profissional Tecnológica Como Ação Pública da Formação Humana Integral e da Inclusão de Jovens em Risco Social no Mundo do Trabalho”, a ser conduzida sob a responsabilidade do pesquisador José Barbosa da Silva nos meses de março e abril de 2020, e **DECLARO** que esta instituição apresenta infraestrutura necessária à realização da referida pesquisa, assim como do compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem estar dos jovens participantes. Diante do exposto, concordamos com o uso do espaço e da infraestrutura desta instituição para realização da referida pesquisa. Outrossim, na qualidade de coordenadora desta Instituição declaro cumprir com as determinações das Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016 e Norma Operacional nº 001/2013 do Conselho Nacional de Saúde.

Óbidos, 18 de dezembro de 2019.

  
\_\_\_\_\_  
**MARIA JOMARA BAIMA SILVA**  
Coordenadora do PFPJS Portaria nº 066/2019 de 01/07/2019

Prefeitura Municipal de Óbidos,  
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Soc.  
Projeto de Formação José Cornelio dos Santos

## APÊNDICE D: TCLE



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS  
PRÓ- REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO  
CAMPUS MANAUS CENTRO  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E  
TECNOLÓGICA – PROFEPT



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a),

O (A) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada “**A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA COMO AÇÃO PÚBLICA PROMOTORA DA FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL E DA INCLUSÃO DE JOVENS EM RISCO SOCIAL NO MUNDO DO TRABALHO**”, sob a responsabilidade do pesquisador **JOSÉ BARBOSA DA SILVA**, discente do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM *Campus* Manaus Centro, sob a orientação da **Profa. Dra. MARIA FRANCISCA MORAES DE LIMA**.

Esta pesquisa tem por objetivo analisar as concepções de trabalho e de formação profissional presentes no curso profissionalizante de marcenaria ofertado pela SEMDES, no Município de Óbidos, no Projeto de Formação Profissional José Cornélio e sua contribuição para o processo de inclusão social no mundo do trabalho e na preparação para a vida.

Este estudo justifica-se especialmente pelo fato de que por meio dele teremos a possibilidade de compreensão do contexto, da organização e da necessidade de manutenção de um Projeto de Formação Profissional que visa combater a exclusão social dos jovens e inseri-los no mundo do trabalho. Além disso, a sociedade obidense tomará conhecimento de dados que a ajudará na fomentação de uma consciência crítica sobre a educação profissional e o trabalho desenvolvido no Projeto de Formação Profissional José Cornélio, além de auxiliar na formulação de políticas públicas e tomada de decisões que beneficie e fortaleça o Projeto de Formação José Cornélio.

Ressaltamos ainda que, a partir dos resultados da pesquisa, será desenvolvido um produto educacional que possibilite o aperfeiçoamento ou possíveis redirecionamentos do processo de ensino aprendizagem do Curso Profissionalizante de Marcenaria do Projeto ~~de~~

Formação Profissional José Cornélio e, principalmente, sirva de instrumento colaborativo para instigar o pensamento crítico dos jovens diante da realidade histórica em que eles estão inseridos.

Os procedimentos de coleta de informações a serem utilizados na pesquisa serão entrevistas, observação participante, análise de documentos e rodas de conversas, nas quais o pesquisador discutirá com os participantes da pesquisa assuntos relacionados ao tema da pesquisa.

No transcorrer da pesquisa poderemos utilizar câmeras filmadoras, gravador de voz e câmera digital para os registros das atividades a fim de possibilitar uma melhor e mais fiel análise de dados.

Em razão da participação na pesquisa, seus participantes estarão sujeitos a riscos de: constrangimento ou vergonha ao ser entrevistado; receio de possíveis consequências decorrentes de suas respostas; sentir-se com a privacidade invadida pelas entrevistas e eventual quebra de sigilo.

Afim de prevenir riscos tomaremos as seguintes medidas: Estabelecermos no dia a dia uma relação de caráter colaborativa com todos os participantes da pesquisa. Além disso, a relação pesquisador e participantes será pautada pelo respeito mútuo. Dessa forma, será assegurada o respeito às diferenças intelectuais, culturais, políticas, econômicas, religiosas, enfim, estarão assegurados o respeito à diversidade e a todos os aspectos morais e éticos que envolvem o grupo de participantes. O pesquisador, ainda assegura, o sigilo de todas as informações coletas e todo o esforço para que não haja qualquer tipo de constrangimento entre os participantes da pesquisa.

E ainda como medida preventiva serão disponibilizadas todas as informações necessárias sobre a pesquisa e seus possíveis desdobramentos. Bem como forneceremos cópias no formato físico ou mesmo digital, de quaisquer documentos oriundos do processo construtivo da pesquisa. As entrevistas ocorrerão em ambientes reservados para fortalecer uma relação pautada na confiabilidade e na discrição. Durante a observação participante todos os cuidados serão tomados para se evitar qualquer situação que venha causar qualquer tipo de desconforto ou melindre nos participantes. Esse mesmo compromisso ético seguiremos durante a coleta de dados por meio de análise documental e rodas de conversas. Informamos que será garantido o absoluto anonimato dos participantes e o sigilo das informações.

Sua participação é voluntária e caso concorde em participar, você estará colaborando com um estudo, que após o levantamento e análise das informações, proporcionará dados indicativos para o desenvolvimento de um produto educacional que irá contribuir para o

processo de formação profissional dos participantes da pesquisa e também dos jovens que futuramente farão parte do Projeto de Formação Profissional José Cornélio.

Enfatizamos que você é livre para decidir sobre a sua participação, e tem toda a liberdade para retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem nenhum prejuízo a sua pessoa. Somente os resultados da pesquisa serão analisados e divulgados, permanecendo a identidade e os dados pessoais dos participantes mantidos em total sigilo e privacidade durante todas as fases da pesquisa.

Em caso de qualquer risco, será assegurada pelo pesquisador a prestação de assistência total aos participantes da pesquisa quanto aos possíveis danos e complicações decorrentes da pesquisa. O pesquisador é responsável em zelar pela dignidade, integridade física e moral dos participantes. É garantido também aos participantes o livre acesso à todas as informações decorrentes de suas participações na pesquisa, em qualquer momento que este solicite, seja durante ou depois da pesquisa. Os participantes têm direito de solicitar ao pesquisador esclarecimentos que julgarem necessários, de forma pessoal ou por meio dos contatos do pesquisador disponíveis neste documento. Está, ainda, assegurado ao participante, o direito de acesso ao produto da pesquisa durante a sua produção e após a sua conclusão.

Os participantes não receberão nenhuma retribuição financeira ou material, como também não terão nenhuma despesa. Quaisquer esclarecimentos adicionais, você poderá entrar em contato com o pesquisador José Barbosa da Silva, pelo telefone: (93) 99104-0818 (inclusive ligações a cobrar), e-mail [jbarbosaa@hotmail.com](mailto:jbarbosaa@hotmail.com); com o orientador Profa. Dra. Maria Francisca Moraes de Lima, telefone: (92)99128-4293, e-mail [afranlima@yahoo.com.br](mailto:afranlima@yahoo.com.br) ou ainda poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/IFAM, na Av. 7 de Setembro, 1975, Centro Manaus – AM, CEP. 69020-120, telefone (92) 3306-0056, e-mail [comissao.etica@ifam.edu.br](mailto:comissao.etica@ifam.edu.br).

Caso concorde em participar, assine ao final deste documento, que consta em duas vias. Uma via ficará com você e outra com o pesquisador responsável. E ainda, se considerar conveniente, lhe enviarei uma cópia também por e-mail. Em caso de não aceitação, não haverá qualquer espécie de penalidade a sua pessoa.

Consentimento Pós-Infomação:

Eu, \_\_\_\_\_, portador  
(a) do RG nº \_\_\_\_\_ aceito participar da pesquisa intitulada “A EDUCAÇÃO

**PROFISSIONAL TECNOLÓGICA COMO AÇÃO PÚBLICA PROMOTORA DA FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL E DA INCLUSÃO DE JOVENS EM RISCO SOCIAL NO MUNDO DO TRABALHO”** que tem como objetivo analisar as concepções de trabalho e de formação profissional presentes no Curso de Marcenaria ofertado pela SEMDES, no Município de Óbidos, no Projeto de Formação Profissional José Cornélio e sua contribuição para o processo de inclusão social no mundo do trabalho e na preparação para a vida.

Afirmo que fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi que minha participação não me acarretará nenhum ônus financeiro, não vou receber nenhuma remuneração por ela, sendo assegurado o anonimato e que posso sair quando quiser sem nenhum prejuízo. Estou ciente também que tenho direito ao acesso aos resultados e todas as demais informações, durante e após esta pesquisa, bem como o acesso ao produto da pesquisa após a conclusão do estudo. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Assinatura do Pesquisador

---

Assinatura do Participante